

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE

**CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS:
EM PERSPECTIVA O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO (1949-
1963)**

**CAMPO GRANDE – MS
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE

**CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS:
EM PERSPECTIVA O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO (1949 -
1963)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Orientadora: Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis.

**CAMPO GRANDE – MS
2019**

ASTOFE, Abigail Ferreira Alves.

Campanha Nacional de Educandários Gratuitos: em perspectiva o ensino secundário no sul de Mato Grosso (1949 -1963) / Abigail Ferreira Alves Astofe. – Campo Grande, MS – 2019.

Orientadora: Jacira Helena do Valle Pereira Assis.

Relatório da Dissertação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, campus de Campo Grande, Programa de Pós Graduação em Educação.

1. Campanha Nacional de Educandários Gratuitos; 2. Ginásio Barão do Rio Branco; 3. Ensino Secundário. 4. Sul de Mato Grosso. I. ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira.

ABIGAIL FERREIRA ALVES ASTOFE

**CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS:
EM PERSPECTIVA O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO (1949-
1963)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis – Presidente
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira - Membro
Universidade Católica Dom Bosco

Profa. Dra. Silvia Helena de Andrade Brito - Membro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande – MS, 29 de março de 2019.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me conservado de pé até o presente momento, em tudo Ele me ajudou, desde o processo de seleção. Sou grata a Deus por ter me auxiliado, iluminado meus pensamentos e me dado força de entrar e sair do curso de Mestrado.

Aos meus pais, minha mãe Neusa e meu pai Gilvan, que sempre deram valor aos estudos me mostrando que este era o caminho, sempre com paciência e amor me auxiliaram nesta jornada.

Ao meu esposo Luís Henrique, que desde o namoro me incentivou e não me deixou desistir, foi paciente, amoroso e compreensivo em todo o percurso.

Aos meus irmãos Gilvan Júnior e Alice pelo carinho e momentos de felicidade.

A minha tia Rosenaide, que sempre me auxiliou e estimulou mesmo distante, o seu cuidado e carinho foram fundamentais.

Agradeço grandemente a professora Jacira Helena, que na graduação me deu a oportunidade na Iniciação Científica e de lá estudamos mais a cada dia, seus ensinamentos e orientações foram essenciais para o desenvolvimento desse trabalho.

As Professoras da Banca, Silvia Brito e Regina Cestari que contribuíram de forma significativa, meus agradecimentos pelo tempo e atenção dispensados com o intuito de melhorar este trabalho.

A Jéssica Urbietta e Beatriz Miura, colegas da graduação que se estenderam ao Mestrado e muito me ajudaram na pesquisa, nas aflições e também nas risadas.

A Ariadne Teixeira e Paolla Rocha, colegas do Mestrado que me auxiliaram no decorrer deste processo de escrita, com boas palavras e alegria.

A todos que de alguma forma colaboraram para esta Dissertação, os colegas do curso, os funcionários dos arquivos públicos que visitei e aos colegas do Gepase.

Em tudo sou grata a Deus por ter me guiado e colocado pessoas certas no meu caminho.

*Pois será como árvore plantada junto a ribeiros
de águas, a qual dá o seu fruto na estação
própria, e cujas folhas não caem: e tudo quanto
fizer prosperará. (Salmos 1:3)*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender o processo de constituição da Campanha Nacional de Educandários no Sul do estado de Mato Grosso (1949-1963), por meio da criação e implementação do Ginásio Barão do Rio Branco, instituição de ensino secundário, em Campo Grande. A pesquisa tem como fonte principal livros de memórias, biografias e autobiografias, que são cruzadas com outras fontes, tais como legislações, decretos, ofícios, jornais e revistas, analisados à luz de estudos historiográficos e sociológicos, em especial os que derivam da obra de Pierre Bourdieu. Tendo-se este ponto de partida, buscou-se compreender o ensino secundário na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), que aconteceu no território nacional, e em especial em Mato Grosso, com a delimitação temporal entre 1949 a 1963. A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos foi fundada por Felipe Tiago Gomes com o intuito de possibilitar o acesso ao ensino secundário, para tanto idealizou ginásios para o estudante pobre. Com o auxílio de quatro ex-ginasianos, estabeleceu a instituição em Recife por meio da legitimação em jornais. A referida Campanha espalhou-se por todo o território nacional e chegou ao Mato Grosso. Oliva Enciso empenhou-se na institucionalização da CNEG em Campo Grande, fundando o primeiro ginásio de ensino secundário gratuito, o Ginásio Barão do Rio Branco. O estudo aproxima-se do campo educacional no período delimitado, dos agentes envolvidos para a institucionalização da CNEG e do poder simbólico presente. Os resultados sinalizam que a CNEG contribuiu para a expansão do ensino secundário no sul de Mato Grosso, contando com o apoio de Oliva Enciso, bem como de diversos agentes, que tinham posse de capitais e poder simbólico para a legitimação da Campanha no Sul do estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Ginásio Barão do Rio Branco. Ensino Secundário. Sul de Mato Grosso.

ABSTRACT

This study aims to understand the process of constitution of the National Campaign of Educators in the South of the state of Mato Grosso (1949-1963), through the creation and implementation of the Barão Gymnasium of Rio Branco, a secondary school in Campo Grande . The research has as main source of books of memories, biographies and autobiographies, which are crossed with other sources, such as: legislations, decrees, offices, newspapers and magazines, analyzed in the light of historiographical and sociological studies, especially those that derive from the work by Pierre Bourdieu. Taking this starting point, we intend to deepen the secondary education in the National Campaign for Free Education (CNEG), which took place in the national territory, and especially in Mato Grosso, with the temporal delimitation between 1949 and 1963. The National Campaign for Educandários Gratuitos was founded by Felipe Tiago Gomes with the aim of democratizing secondary education, for which idealized gyms for the "poor student". With the help of four gymnasts, he established the institution in Recife through legitimation in newspapers, the Campaign spread throughout the country and arrived in Mato Grosso. Oliva Enciso was involved in the institutionalization of CNEG in Campo Grande, establishing the first "free" secondary school gym, the Barão Gymnasium of Rio Branco. The study is close to the educational field in the delimited period, the agents involved for the institutionalization of CNEG, and the present symbolic power. The results indicate that CNEG contributed to the expansion of secondary education in the south of Mato Grosso, with the support of Oliva Enciso, as well as several agents, who had capital and symbolic power to legitimize the Campaign in the South of the state of Mato Grosso.

Keywords: National Campaign for Free Education. Gym Barão do Rio Branco. High school. South of Mato Grosso.

SIGLAS

ARCA	- Arquivo Histórico de Campo Grande
ASL	- Academia Sul Mato-grossense de Letras
BDTD	- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CADES	- Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CEAA	- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEE	- Conselho Estadual de Educação
CF	- Constituição Federal
CFE	- Conselho Federal de Educação
CGP	- Campanha do Ginasiano Pobre
CNEC	- Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNEG	- Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
DEC	- Departamento de Educação e Cultura
DNE	- Diretor Nacional de Educação
ICES	- Instituições Cenicistas de Ensino Superior
IGP/DI/FGV	- Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna/Fundação Getúlio Vargas
IPASE	- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MES	- Ministério da Educação e Saúde
ONG	- Organização não-governamental
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PSD	- Partido Social Democrático
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
SED/MS	- Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	- Serviço Social da Indústria
UDN	- União Democrática Nacional

FIGURAS

Figura 1.	Mapa dos estados contemplados pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em 1954.....	63
Figura 2.	Primeira sede do Liceu Cuiabano.....	68
Figura 3.	Vista Parcial de Campo Grande, ao centro a Avenida Afonso Pena (1950)	82
Figura 4.	Oliva Enciso recepciona Getúlio Vargas.....	85
Figura 5.	Fluxograma - Agentes da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Campo Grande e as diferentes espécies de capital (1949).....	88
Figura 6.	Pedido de construção do prédio do Ginásio Barão do Rio Branco.....	102
Figura 7.	Ginásio Barão do Rio Branco (CNEC).....	104
Figura 8	Sala de aula do Ginásio Barão do Rio Branco.....	105
Figura 9.	Frente do Ginásio Barão do Rio Branco.....	105
Figura 10.	Ficha Individual do Aluno com assinatura do Inspetor Amélio Baís (1953)	106
Figura 11.	Documento de Transferência de aluno com assinatura do Inspetor Henrique Carregal (1961).....	106
Figura 12.	Certificado expedido pelo Ginásio Barão do Rio Branco (1954).....	107
Figura 13.	Disciplinas ofertadas no Ginásio Barão do Rio Branco em 1950.....	108
Figura 14.	Oliva Enciso recebe de Roberto Mange Medalha de Honra ao Mérito (1951).....	114
Figura 15	Oliva Enciso como Deputada Estadual.....	117
Figura 16.	Carnê de Contribuições Sociais do Ginásio Barão do Rio Branco (1983).	119
Figura 17.	Mapa das cidades contempladas pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Mato Grosso (1949 – 1963).....	121
Figura 18.	Subvenções a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso (1960).....	131

QUADROS

Quadro 1.	Relatório de Tese e Dissertação.....	20
Quadro 2.	Ginásios fundados no estado de Mato Grosso pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos entre os anos de 1949 a 1963.....	27
Quadro 3.	Marcos históricos no Brasil entre 1937 a 1963.....	37
Quadro 4.	Instituições de educação secundária em Mato Grosso de 1880 a 1942.....	71
Quadro 5.	Descrição dos agentes memorialistas.....	77
Quadro 6.	Personalidades de destaque na fundação da Campanha nacional de Educandários Gratuitos em Campo Grande, Sul de Mato Grosso (1949)	87
Quadro 7.	Ginásios fundados no estado de Mato Grosso pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos entre os anos de 1949 a 1963.....	92
Quadro 8.	Representantes da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso (1949 – 1963)	98
Quadro 9.	Leis, Decretos e Projetos concedendo auxílio a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso.....	99
Quadro 10.	Sedes do Ginásio Barão do Rio Branco em Campo Grande (1949 -1963)	103
Quadro 11.	Diretores do Ginásio Barão do Rio Branco (1949 – 1955).....	103

TABELAS

Tabela 1.	Objetos de estudo dos relatórios de dissertação e tese por área de conhecimento.	21
Tabela 2.	Matrícula Geral.....	43
Tabela 3.	Relação das subvenções do governo do estado de Mato Grosso às instituições privadas de educação secundária, em 1928.....	71
Tabela 4.	Retrato dos estabelecimentos de ensino em Campo Grande (1933).....	83
Tabela 5.	Auxílio financeiro da União para o Ginásio Barão do Rio Branco.....	110
Tabela 6.	Eleições de 1955 Deputados Estaduais eleitos pelo partido União Democrática Nacional (UDN).	118
Tabela 7.	Candidatos inscritos no Exame de Suficiência.....	125

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Delineamento do tema e a gênese da pesquisa.....	13
1.2 Problema da pesquisa e justificativa	26
1.3 Questões teórico-metodológicas da investigação e estrutura da dissertação.....	30
2 A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS E A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA (1949-1963).....	37
2.1 Aspectos da política educacional brasileira de 1949 a 1963	37
2.2 Campanha Nacional de Educandários Gratuitos: natureza pública ou privada?	46
2.3 Institucionalização da Campanha Nacional de Educandários no Brasil: a gênese no Recife/PE	55
3 CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS EM MATO GROSSO: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO	66
3.1 Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso (1949-1963).....	66
3.2 A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos sob a ótica dos memorialistas do estado de Mato Grosso	76
3.3 A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos nos documentos públicos em Mato Grosso	96
3.4 A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos na historiografia	114
3.5 A materialização da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no estado de Mato Grosso: os ginásios	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delineamento do tema e a gênese da pesquisa

O objetivo da presente dissertação é compreender o processo de constituição da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (1949-1963), materializada por meio da implementação em Campo Grande do Ginásio Barão do Rio Branco, primeira instituição de ensino secundário criada pela Campanha no Sul de Mato Grosso. Para aproximações do objeto, propomos o levantamento e análise de obras de memorialistas que retratem a sociedade mato-grossense no período delimitado (1949-1963), bem como o arrolamento de estudos da historiografia regional e fontes documentais relacionadas ao campo educacional, analisados à luz dos estudos de Pierre Bourdieu.

Consideramos a ação política e educacional empreendida em Mato Grosso pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) basilar para um processo de desenvolvimento de uma nova organização escolar em Campo Grande, com a criação do Ginásio Barão do Rio Branco, o segundo ginásio¹ de ensino secundário a ser instalado no município, e a posterior instalação de outros seis ginásios no estado. Nesse sentido, investigar o processo histórico de organização da educação em Mato Grosso, tendo como base a CNEG, permite compreender uma parte da historiografia regional ainda não investigada.

Neste estudo, a fim de aproximar da memória local e das representações produzidas, é pertinente a compreensão do campo educacional, poder simbólico e agentes sociais envolvidos no processo de criação e consolidação da CNEG em Mato Grosso, por meio do Ginásio Barão do Rio Branco.

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos², que teve sua gênese em 1943, na cidade de Recife, estado de Pernambuco, empreendida por seu fundador, Felipe Tiago Gomes³,

¹ Primeiro ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e segundo estabelecimento ginásial a ser instalado em Campo Grande, tendo em vista que a cidade contava, à época, apenas com o Liceu Campo-grandense.

² Opta-se por utilizar a nomenclatura Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, pois no período em questão esta era sua denominação. Apenas em 1969 passou a ser intitulada Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

³ Felipe Tiago Gomes nasceu em 1º de maio de 1921, em Picuí -PB. Filho caçula de Elias Gomes Correia e Ana Maria Gomes, agricultores, teve suas primeiras aulas com sua irmã. Terminou o ginásio, concluiu em 1944 o pré-Jurídico e ingressou posteriormente na Faculdade de Direito do Recife. Filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e formou um grupo de resistência ao Governo Getúlio Vargas em Pernambuco. No ano de 1943 fundou a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, e em 1946 foi eleito prefeito de Picuí. Exerceu o mandato ao mesmo tempo em que frequentava as aulas na Faculdade de Direito. Em 1948, conseguiu uma vaga no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), mas pediu demissão para divulgar a Campanha. Em 1950, participou da Campanha de Erradicação do Analfabetismo do estado do Rio de Janeiro, onde se tornou Diretor do Departamento de Ensino Médio da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro. Participou na década de 1960 da Associação Brasileira da Educação. Felipe faleceu em 21 de setembro de 1966 em Brasília. (FERRER, 2010).

apresentava em seus princípios a finalidade de possibilitar o acesso ao ensino secundário. Com o auxílio de quatro ginásianos, Felipe Tiago Gomes estabeleceu a instituição em Recife e, por meio da utilização de jornais, fundou a Campanha do Ginásiano Pobre,⁴ que se espalhou por todo o território nacional e chegou ao Mato Grosso em 1949, com a ajuda de Oliva Enciso⁵.

De acordo com Assis (2005), tal Campanha

[...] surgiu em decorrência da ação empreendida por cinco ginásianos, vindo de diferentes localidades do Nordeste, que sob a liderança de Felipe Tiago Gomes, cientes da injusta desigualdade de acesso à escola secundária e vivenciando um clima de contestação do regime autoritário brasileiro, lançaram-se à firme tarefa de construir um ginásio para aqueles que não tinham e não podiam arcar com o ônus das mensalidades escolares. Iniciaram uma campanha para a criação de educandários gratuitos que deveriam ser espalhados por todo o país. (ASSIS, 2005, p. 41).

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos iniciou suas atividades em 1943 por meio da criação do Ginásio Castro Alves, com o ideal de oferecer ensino gratuito aos jovens “desprovidos de recursos”. Foi modificando sua denominação ao longo do tempo: de Campanha do Ginásiano Pobre para Campanha dos Ginásios Populares, depois Campanha de Educandários Gratuitos, em seguida, Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e, por último, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

Entre 1943 e 1949 a Campanha se espalhou vertiginosamente, fundando ginásios em vários pontos do Brasil: o primeiro, Castro Alves, em Recife/PE; o segundo, Felizberto de Carvalho, em Niterói/RJ; o terceiro, o ginásio Castro Pinto, em João Pessoa/PB; o quarto, o colégio João Cândido, em Curitiba/PR; e o quinto, em Coari/AM.

Segundo Naves (2013), a expansão ocorreu de maneira acelerada em especial entre 1950 e 1960, pelo grande apoio de recursos federais. Em 1951, a Campanha possuía 32 instituições e esse número quase triplicou nos quatro anos posteriores. De acordo com o autor, no início de 1950 a CNEG atuava em regiões periféricas do país e contava com:

⁴A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos surgiu como Campanha do Ginásiano Pobre.

⁵Oliva Enciso nasceu em 17/04/1909, em Corumbá na Fazenda Taquaral, cerca de 420 km de distância da capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Filha de Santiago Enciso e Martinha Florentin Enciso e irmã de mais quatro meninas aos 14 anos de idade seu pai faleceu, e com isso sua família foi para Campo Grande. Nascida em família economicamente desfavorecida, Oliva Enciso conseguiu cursar os ensinos primário e secundário em instituições particulares em virtude do seu capital social (o conjunto de relações que o agente tem e lhe proporcionam ganhos como bolsa de estudos, trabalho e etc.). Trabalhou na prefeitura de Campo Grande, período que conheceu políticos que corroboraram para a “qualidade” de seu capital social. Fundou diversas instituições como Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, Senai, participou da fundação da Apae, Sesi e a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso. Também atuou como primeira vereadora e deputada estadual.

[...] 02 escolas em Pernambuco, 03 no Amazonas, 06 na Paraíba, 01 no Rio de Janeiro, 01 no Paraná, 05 em Alagoas, 01 no Pará, 02 no Espírito Santo, 01 no Distrito Federal, 02 no Mato Grosso, 05 em Goiás, 01 no Maranhão, 01 no Rio Grande do Sul, além das escolas primárias da Escola Politécnica de São Paulo [...]. (NAVES, 2013, p. 81).

A expansão se deu pela aproximação de Felipe Tiago Gomes com o então ministro da educação Clemente Mariani, que apoiou a causa, sem investimentos financeiros, porém a partir daí o crescimento aconteceu. Nesse período, o fundador da Campanha viajava para divulgar e conseguir mais adeptos e apoio do poder público.

Desse modo, no final da década de 1950 a CNEG passou a integrar o plano desenvolvimentista do governo Juscelino Kubistchek, que almejava o crescimento do Brasil em 5 anos. Sarah Kubistchek, primeira dama, atuou como presidente da Campanha por muitos anos. Segundo Duarte (2014), a Lei nº 3.577, de 17 maio de 1959⁶, estabelecia uma subvenção anual para a Campanha, e neste ano ocorreu a maior expansão, com a criação de 120 escolas. A expansão continuou em 1960, quando foram criadas mais 105 escolas que atendiam a um total de 39.000 alunos.

Segundo a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (2018), nos anos posteriores a relação da Campanha com o Estado tornou-se de parceria, passando tanto por fases promissoras do “milagre brasileiro” quanto por crises, pois encontrava-se legitimada pelo seu histórico com o poder público e com seus adeptos.

A CNEG chegou a manter 2.000 unidades no país, mas, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o número de escolas reduziu gradativamente. Com o falecimento de Felipe Tiago Gomes, a então CNEC reestruturou-se e propôs o “Sistema de ensino CNEC”. A Campanha se distanciou das suas premissas iniciais ao ter como uma das metas apresentadas no XXIX Congresso Nacional da Campanha, realizado em 1984: “Oferecer um ensino de melhor qualidade, para atrair alunos com melhor poder aquisitivo [...]” (AZEVEDO, 2007, p. 89). A partir de então, a CNEC buscou concorrer com outras escolas da rede privada de ensino ao oferecer a educação infantil e o ensino superior, além do ensino médio.

Segundo o site da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade⁷ (2018), em 2004 a rede apoiou o Programa Universidade para Todos (Prouni) e ampliou o número de vagas na Educação Superior. Em 2005 recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação e em 2007 recebeu a Medalha Mérito Legislativo.

⁶ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7891.htm>. Acesso em: 15 Dez. 2018.

⁷ Disponível em: <<http://h.cneec.br/institucional-cnec/historia/>>. Acesso em: 11 Dez. 2018.

De acordo com o site mencionado, a rede CNEC atua com 11 Instituições Cenevistas de Ensino Superior (ICES) e possui cerca de 85 unidades ativas. A Campanha ainda mantém três unidades gratuitas atendendo 3.000 crianças que não podem arcar com os custos da educação.

A proposição da presente pesquisa tem sua gênese nas memórias de Oliva Enciso, narradas no livro “Mato Grosso do Sul - Minha Terra” (1986), quando é focalizada a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e sua constituição em Mato Grosso, com sete ginásios fundados entre os anos de 1949 a 1963. A delimitação do período deste estudo, portanto, está circunscrita ao tempo de expansão da referida Campanha, visando nos aprofundar na história do ensino secundário, por meio da investigação sobre a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com particular destaque para criação dos ginásios no território nacional e, em especial, em Mato Grosso.

Os estudos sobre a temática do ensino secundário vêm sendo explorados nos últimos anos, no entanto, percebemos que são poucos os trabalhos que tratam especificamente da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, a exemplo das pesquisas de Silva (2011) e Naves (2013), que retrataram tal organização, embora não no estado de Mato Grosso.

O trabalho com fontes da memorialística regional originou-se na graduação, no curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), ligado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que resultou no artigo “Ginásio Barão do Rio Branco nas memórias de Oliva Enciso: um estudo sobre uma instituição organizada pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos”.

Nos anos de 2014 a 2016 nosso foco de investigação culminou no trabalho de conclusão de curso intitulado: “Oliva Enciso: mulher, intelectual, política e precursora do ensino secundário no Sul de Mato Grosso”. Neste primeiro estudo, por se tratar de um artigo, utilizamos como fontes memórias de Oliva Enciso, publicadas em forma de livros ou entrevistas, e trabalhamos com alguns documentos encontrados nos arquivos de Campo Grande/MS. Desse trabalho inicial de pesquisa sobre o Ginásio Barão do Rio Branco resultaram muitas lacunas e questionamentos, tais como: a) quais eram as condições físicas da instituição? b) quais disciplinas eram oferecidas? e c) quais os seus professores?

Também, corrobora com os nossos interesses de investigação a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia e Sociologia da Educação (Gepase), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), coordenado pela Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis, que no período desenvolveu o projeto de pesquisa “O ensino secundário no sul de Mato Grosso: fontes historiográficas regionais e memorialísticas (1920-1970)”, vinculado

ao eixo “Memorialistas como fontes de pesquisa”, do Projeto, financiado pelo CNPq, intitulado “Ensino Secundário no sul de Mato Grosso (século XX)⁸”.

Os estudos sinalizaram a ausência da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e do Ginásio Barão do Rio Branco em trabalhos científicos, sendo pela primeira vez mencionado na dissertação de Adriana Espíndola Britez (2014), denominada: “A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (FAED) da UFMS.

Nesse sentido, levando-se em consideração que o ofício do pesquisador parte de uma problematização, um questionamento ou curiosidade, instigados pelas indagações provocadas pelas pesquisas realizadas na graduação, procuramos nos aproximar da temática em Campo Grande, Sul de Mato Grosso, realizando primeiramente o estado do conhecimento, ou seja, um mapeamento do que já foi discutido, pensado e analisado acerca do objeto de estudo. O estado do conhecimento contribui nesse processo ao apontar as lacunas sobre o tema abordado, configurando-se como uma luz na proa do navio apontando o caminho a ser seguido, a partir das lacunas deixadas por outras pesquisas acadêmicas.

Um aspecto singular de nossa pesquisa é a memória como fonte⁹, tais como as fontes memorialísticas são mobilizadas como ponto de partida para o cruzamento com outras fontes, tais como documentos oficiais, jornais, revistas e atas, entre outros. No entanto, as pesquisas com memória são recentes, principalmente pelo fato de não serem consideradas, entre aqueles que possuem uma visão mais canônica da pesquisa no meio acadêmico, fontes confiáveis. Para Britez (2014), o trabalho com fontes históricas¹⁰, ou seja, fontes memorialísticas que envolvem a História da Educação, encontram muitas lacunas no país, e em especial nos estudos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Ferro (1976) faz um retrospecto quanto ao uso de fontes nas pesquisas científicas. Em meados de 1970 havia receio dos pesquisadores para a utilização de determinadas fontes como biografias, autobiografias, narrativas memorialísticas, entre outras, sendo ainda muito intenso

⁸ Aprovado no Edital - Chamada pública MCTI/CNPQ/MEC/CAPES - Ação Transversal nº 06/2011 – Casadinho/Procad.

⁹ Para Britez (2014) as fontes: são pistas, os vestígios do passado deixados por indivíduos e/ou sociedades que permitem desvendar os hábitos, os costumes e formas de organização da sociedade. Fontes primárias contêm informação original sobre um assunto, por exemplo: livros, revistas, atas, diários, documentos, iconografia, entre outros. Fontes secundárias são as fontes que analisaram, interpretaram e comentaram as fontes primárias à luz de um referencial teórico-metodológico, como exemplo, a produção científica. (BRITTEZ, 2014, p. 13).

¹⁰ Como assinala Britez (2014) apoiada em Pinsky (2008), são os registros históricos, ou seja, conjunto de fontes produzidas pelo homem, e que o pesquisador utiliza para conhecer o contexto de produção, descobrir os sentidos e os modos de transmissão da história social e reconstruir os fatos passados, ou seja, a história. Podem ser fontes documentais, arqueológicas, impressas, orais, biográficas e audiovisuais, entre outras.

o uso de fontes “oficiais”, nas quais a história era escrita apenas pelo viés dos poderes constituídos por, “[...] homens de Estado, diplomatas, magistrados, empresários e administradores.” (FERRO, 1976, p. 201).

Com o advento da década de 1980 e a abrangência de conquistas da humanidade, a história tradicional começa a ser criticada por apenas privilegiar o olhar dos “poderosos” segundo Brazil (2015), no entanto, a utilização de relatos memorialísticos como fonte ainda assombra muitos pesquisadores que não enxergam a memória, as narrativas, os registros pessoais e livros produzidos por historiadores diletantes como peça inicial para o ponto de partida de suas pesquisas.

Mas, o que importa ao investigador é saber que os registros documentais ou as distintas fontes históricas, com destaque para os relatos memorialísticos, podem desvelar historicidades a partir das indagações do pesquisador, cabendo a este considerar necessariamente a sociedade que as produziram. (BRAZIL, 2015, p. 10).

Trabalhar com fontes regionais memorialísticas e autobiográficas para a composição empírica dos estudos nos parece pertinente, desde que se opere com um olhar rigoroso, uma vez que se trata de um campo ainda pouco explorado em estudos científicos. Destarte, é uma fonte de pesquisa instigante, pois retrata momentos da história pela voz dos sujeitos que presenciaram os fatos relatados.

Parece-nos relevante [...] destacar a importância da literatura regional como fonte de informações sobre as diferentes temáticas e problemáticas educacionais nas diversas partes de nosso vasto território nacional. Essa questão vem sendo apenas recentemente tematizada na historiografia da educação brasileira, que tendeu a centrar-se nas regiões hegemônicas do país, de onde se irradiam as novas ideias e os modelos culturais. (XAVIER, 2008, p. 238).

É com a análise científica das fontes que o pesquisador consegue captar informações não presentes nas produções historiográficas oficiais, pois o memorialista, ao escrever por diletantismo, ao mesmo tempo em que tem mais liberdade para relatar suas experiências vividas também tem interesses ideológicos de registrar feitos e personalidades que considera relevantes para a história de sua época.

Teremos como ponto de partida as fontes memorialísticas e biográficas de Oliva Enciso, que, em cruzamento com outras fontes histórico-documentais, possibilitarão compreender as instituições ginasiais de ensino secundário, fundadas em Mato Grosso pela CNEG.

[...] as memórias são fontes históricas, pois elas nos ajudam a saber o que tem sido lembrado por alguém em especial ou certos grupos. As memórias, como toda fonte histórica, precisam da crítica que o historiador e/ou educador elabora a partir de uma concepção teórica e do confronto que estabelece entre diferentes fontes e versões de um evento lembrado. (NUNES, 2001, p. 1).

Nessa perspectiva, os estudos com memória enfrentam um desafio ao buscar fontes alternativas e dar voz a personagens em diversos lugares do mundo. A memória precisa de uma análise para além dela, o cruzamento com a historiografia e outras fontes, desta maneira o pesquisador deve olhar criteriosamente a memória coletiva que se estabelece no local.

A memória utilizada como fonte não pode ser lida e analisada por si só, mas confrontada e compreendida em seu tempo e espaço. De acordo com Bourdieu (1989), é preciso se atentar ao senso comum douto, aquele que se mostra como científico, mas não o é, fazendo-se necessária, assim, a ruptura que se dá por meio da conversão do olhar do sociólogo.

Nesse sentido, como assinala o autor, as Ciências Sociais exigem uma grande ambição e ao mesmo tempo uma extrema humildade, esta última para conseguir dominar todo o conjunto dos conhecimentos adquiridos, dispersos e pouco formalizados. (BOURDIEU, 1989). Com relação a essa humildade, pode-se afirmar que o pesquisador deve se desvencilhar dos seus pré-conceitos ao estudar conhecimentos dispersos e pouco formalizados. No caso das fontes relacionadas à memória, pouco utilizadas no meio acadêmico e dispersas, é demandado do pesquisador, por um lado, o dispêndio de muita procura, garimpo e relação dos saberes, e por outro lado, como afirma Bourdieu (1989), um distanciamento do objeto para observar a sua essência.

Para iniciar o estado do conhecimento, de acordo com Pereira (2013) procuramos por pesquisas que já tivessem realizado um estado da arte sobre o nosso objeto, no entanto, nenhuma foi encontrada. Para Pereira (2013, p.223) o “estado do conhecimento” é uma pesquisa bibliográfica que corresponde ao processo de investigação, haja vista que,

[...] o “estado do conhecimento” é uma pesquisa a serviço da pesquisa proposta, uma ferramenta, uma etapa dentro de um processo de investigação mais amplo. E o “estado da arte”, por sua vez, corresponderia a uma metapesquisa: uma pesquisa sobre a pesquisa, cujo objetivo fundamental consiste no mapeamento da produção de conhecimento em determinada área. (PEREIRA, 2013, p. 223).

Assim, o pesquisador para realizar o estado do conhecimento necessita mapear, discutir e analisar a produção científica acerca da temática a ser estudada. O estado do conhecimento

surge como uma luz na proa do navio apontando o caminho a ser seguido pelas lacunas deixadas por outras pesquisas acadêmicas

Deste modo, demos início à busca por teses e dissertações na base digital Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹¹ (BDTD), *Scientific Electronic Library Online*¹² (SciELO) e Google Acadêmico¹³. Esta busca foi orientada pela utilização dos seguintes descritores:

- a) “Campanha Nacional de Educandários Gratuitos”;
- b) “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade¹⁴”;
- c) “memória”;
- d) “Bourdieu”.

Foram encontrados uma tese e oito dissertações, listadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Teses e Dissertações.

	Título	Autor	Ano de Publicação	Tipo	Instituição
1	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade: um estudo histórico	Ivanildo Coelho de Holanda	1977	Dissertação	Fundação Getúlio Vargas - FGV
2	Educação Comunitária: a experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade- CNEC (1985-1998)	Ronalda Barreto Silva	2001	Tese	Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
3	A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar: histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí /BA.	Daysi Laraine Moraes de Assis	2005	Dissertação	Universidade Federal de Sergipe - UFS
4	A trajetória da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em terras Capixabas (1948 – 1971)	Karla Veruska Azevedo	2007	Dissertação	Universidade Federal do Piauí - UFPI
5	A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade - CNEC e o entusiasmo pela educação ginasial no Ceará no período de 1958 a 1963	Silvaniza Maria Vieira Ferrer	2010	Dissertação	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Continua.

¹¹ Disponível em: <www.bdbtd.ibct.br>. Acesso em: 26 Set. 2017.

¹² Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php>. Acesso em: 26 Set. 2017.

¹³ Disponível em: < https://scholar.google.com.br/>. Acesso em: 26 Set. 2017.

¹⁴ Utilizamos também este descritor tendo em vista que em 1969 a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) passa a se intitular por Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), deste modo podemos mapear mais trabalhos que tratem da mesma temática.

(Continuação) **Quadro 1 - Teses e Dissertações.**

	Título	Autor	Ano de Publicação	Tipo	Instituição
6	A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC no Piauí: 1952-1997	João Batista da Silva	2010	Dissertação	Universidade Federal do Piauí - UFPI
7	História e memória do ginásio Simon Bolívar em Corumbaíba- GO (1956 a 1974)	Nelsimar José Naves	2013	Dissertação	Universidade Federal de Goiás - UFG
8	Guaimbê: Processo de construção de uma comunidade de participação por meio de práticas de nomeação	Karla Alves de Castanheira	2013	Dissertação	Universidade Federal de Goiás - UFG
9	Idealismo e educação: as relações entre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) e o colégio Santa Luzia de Gravataí/RS, 1968/2007	Ariane dos Reis Duarte	2014	Dissertação	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Fonte: BDTD, *Scielo* e Google Acadêmico.
Organização: Astofe, 2018.

Na base de dados *Scielo* não foram encontrados trabalhos acerca do objeto de estudo. No entanto, o estudo de Silva (2010), intitulado “A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC no Piauí: 1952-1997” foi encontrado na base de dados BDTD em levantamento realizado no ano de 2014.

Ao analisar os trabalhos, foi possível identificar algumas similaridades entre os assuntos abordados nas investigações, desta maneira os agrupamos em: (a) estudos da história das instituições escolares; (b) estudos de práticas de nomeação; (c) estudos da relação entre público, privado e comunitário e (d) estudos da história da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. A Tabela 1 mostra a concentração desses objetos de estudo em programas de Educação e Letras e Linguística.

Tabela 1 - Objetos de estudo dos relatórios de dissertação e tese por área de conhecimento.

Objeto	Educação	Letras e Linguística
História das instituições escolares	3	
Práticas e nomeação		1
Público, privado e comunitário	1	
História da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos	4	

Fonte: BDTD, *Scielo* e Google Acadêmico.
Organização: Astofe, 2018.

É possível observar que as pesquisas se concentram na área da Educação, sendo que quase a totalidade foi produzida nas regiões Nordeste e Sudeste do país, embora haja produções advindas da região Centro Oeste.

A **história das instituições escolares** foi investigada, sobretudo, em cursos de Mestrado na área da Educação. Em sua maioria, as dissertações tratam do histórico específico de uma determinada região, como o trabalho “Idealismo e educação: as relações entre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) e o colégio Santa Luzia de Gravataí/RS, 1968/2007”, de Duarte (2014), que traz como foco o Ginásio Santa Luzia, localizado no município de Gravataí/RS; ou o de Naves (2013), “História e memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba/GO (1956 a 1974)”, que teve como objetivo compreender a história do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba/GO. Ainda, o de Assis (2005), “A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar: histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí/BA”, que estabeleceu a compreensão do Ginásio 14 de Agosto no município de Ibicaraí/Bahia.

As dissertações supramencionadas utilizaram a memória e outras fontes como ponto de partida para a interlocução com a teoria e buscaram destacar a memória local com o intuito de “[...] construir novos conhecimentos sobre o passado, tendo em vista uma maior compreensão da história da educação na região.” (ASSIS, 2005, p. 17).

O estudo de Assis (2005) denota o processo de expansão da CNEG na década de 1950, período em que a Campanha ganhou força devido aos investimentos e doação de recursos públicos. Segundo a autora, para o município de Ibicaraí, a Campanha surgiu como uma proposta de uma nova organização do ensino secundário fundado pela primeira vez na região.

Os estudos da CNEG que focalizaram uma instituição específica têm o intuito de fortalecer a memória local, bem como perscrutam o que subjaz por trás da instalação da Campanha em determinada região. Por vezes, a instalação da CNEG se mostrou de cunho político, como assinala Naves (2013), quando ressalta que a criação do Ginásio Simon Bolívar e a maneira como ele foi organizado possui uma relação íntima com a luta por hegemonia política em Corumbáiba/GO.

Em uma primeira análise, percebemos que a CNEG não fundava instituições em todas as cidades. Em algumas, utilizava instituições já criadas, mas que não contavam com apoio ou auxílio do poder público, fazendo com que, com sua força simbólica, tal instituição se mantivesse por meio da comunidade. Um exemplo dessa situação é citada por Duarte (2014), ao relatar que no distrito de Morungava, localizado fora do perímetro urbano do município de Gravataí, estado do Rio Grande do Sul, o padre Antônio Carlos Fialho surgiu com a ideia de

criar uma escola, já que na região a educação se limitava ao ensino primário e a comunidade necessitava de uma instituição escolar secundária. Assim, segundo a autora,

Embora a ideia de lecionar não fosse bem vista pela Igreja, o então padre levou adiante a ideia de criar uma escola ginásial para a região. Talvez esse gosto pessoal, associado ao cenário local, tenha sido um elemento propulsor para a criação da escola. Através da diretora do Grupo Escolar Nossa Senhora dos Anjos (Gensa), dona Wilma Camargo, Fialho tomou conhecimento da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), atual CNEC. A partir desse momento, passou a estabelecer contato constante com a sede da CNEG, que se localizava no centro de Porto Alegre. Com a proposta aceita pela CNEG, a criação da escola começa a ganhar contornos mais definidos. (DUARTE, 2014, p. 59).

O estudo que teve como objeto as **práticas e nomeação**, intitulado “Guaimbê - Processo de construção de uma comunidade de participação por meio de práticas de nomeação”, conforme Castanheira (2013, p. 8) visou a discussão de “[...] como a nomeação pode ser utilizada como estratégia de resistência e de mudanças sociais, por meio da interferência que gera nas realidades disponíveis, fornecendo outras realidades possíveis.” A autora pesquisou as atividades desenvolvidas pela organização da sociedade civil denominada Guaimbê, que realizava em Pirenópolis/GO um trabalho de educação comunitária e revitalização de valores e saberes da tradição oral. Tal estudo foi inicialmente selecionado no mapeamento realizado na BDTD pelo fato de ter utilizado a teoria bourdieusiana e constar em suas referências uma dissertação que tratava da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Porém, a análise do texto mostrou que a pesquisa não se aproximou da temática da presente dissertação.

A única tese defendida sobre a CNEG foi produzida sob a perspectiva da relação entre **público, privado e comunitário** por Silva (2001), intitulada "Educação Comunitária: a experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC (1985-1998)", sob orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani. A tese abordou o avanço e pujança do terceiro setor em detrimento do abandono da democratização, da igualdade e da educação como assistencialismo, que, historicamente foi visto como esfera estatal e metamorfoseado no público não-estatal. Desta maneira, evidenciou que a CNEG assumia o discurso de uma via entre o público e o privado, entre o Estado e o Mercado, a partir da segunda metade dos anos 1980.

As dissertações que tratam da **história da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos** são a maioria, sendo o trabalho de Holanda (1977), “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade: um estudo histórico”, o único a perscrutar a história da CNEG de maneira geral, enquanto os outros tratam da Campanha em algumas cidades ou estados específicos, não focalizando somente uma instituição em especial.

Ferrer (2010), na dissertação “A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC e o entusiasmo pela educação ginásial no Ceará no período de 1958 a 1963”, procurou refletir sobre o ensino secundário no Ceará e compreender a instalação da CNEG, sua expansão e permanência no campo educacional cearense. Azevedo (2007), em “A trajetória da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em terras Capixabas (1948-1971)”, traçou um histórico da Campanha até chegar ao Espírito Santo, que é o seu foco no trabalho. Silva (2010), na pesquisa “A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC no Piauí: 1952- 1997”, buscou compreender o processo histórico e social que permitiu a entrada da CNEG no Piauí.

A CNEG chegou ao Ceará em 1958, fundando mais de 80 escolas em pelo menos 40 municípios cearenses ao longo de 50 anos. Sua trajetória no Espírito Santo iniciou-se em 1948, quando fundou diversas instituições e contou com o apoio do governador Christiano Dias Lopes Filho. A imprensa teve papel fundamental para a legitimação da Campanha, conforme Azevedo (2007):

A imprensa, durante o processo de implantação da Campanha no Espírito Santo, abriu espaço para sua divulgação e, conforme análise do próprio Christiano Dias Lopes Filho (2005), tal apoio foi fundamental para o sucesso da Campanha Cenequista. (AZEVEDO, 2007, p. 100).

Azevedo (2007) relata a dificuldade do pesquisador no que tange à localização de fontes, e ressalta que a Superintendência Estadual da CNEC no Espírito Santo não possuía um arquivo de sua documentação, tampouco registros de sua história.

No entanto, a autora trouxe uma tabela com a organização da Campanha em 1976 e demonstrou que mantinha 557 prédios próprios e mais de 370 mil alunos. Neste período, a Campanha vivia uma fase próspera, em que sustentava boa relação com os Governos Militares que a subvencionavam. No entanto, a partir de 1979, a CNEG perdeu espaço no estado, devido a diversos fatores, entre os quais Azevedo (2007) cita a criação de estabelecimentos públicos nas cidades onde havia ginásios da Campanha, a falta de auxílios e a encampação dos ginásios gratuitos.

No levantamento que realizamos, apenas a dissertação de Silva (2010), “A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC no Piauí: 1952- 1997”, utilizou o referencial teórico de Pierre Bourdieu, ancorando-se ainda nas concepções de Justino Pereira de Magalhães e Norbert Elias.

Silva (2010) utilizou o conceito de campo para compreender a CNEG como entidade educacional sob a perspectiva do público e do privado. O autor buscou analisar como os campos são socialmente distribuídos, e como os diferentes tipos de capitais são inseridos neste espaço, contribuindo para a instituição do poder simbólico atuante na CNEG, bem como a identificação dos agentes que participam em cada campo. A noção de poder simbólico o auxiliou na análise da relação entre política, educação e poder envolvido neste processo.

A revisão das dissertações e teses mostrou que poucos estudos tratam de questões relacionadas à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e suas repercussões educacionais em determinado local ou região. A busca nos portais BDTD, *Scielo* e Google Acadêmico demonstrou, ainda, que vários estudos partiram da memória como fonte de pesquisa, sinalizando um novo olhar do pesquisador perante as fontes alternativas para a pesquisa acadêmica, já que para Pollak (1992, p. 8): “O trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte.”

Também, observamos que poucos trabalhos empregaram o referencial bourdieusiano e nenhuma das pesquisas mapeadas que tratavam da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos associou a teoria de Bourdieu à utilização de obras memorialísticas como fonte de pesquisa, o que evidencia, dessa forma, a originalidade da nossa proposta de investigação, aliada ao *lócus* que focalizamos, qual seja, o Sul de Mato Grosso.

Essas considerações, oriundas do levantamento realizado pelo estado do conhecimento, direcionam nosso olhar para a investigação que tem por objetivo compreender o processo de constituição da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (1949-1963), materializada por meio da implementação em Campo Grande do Ginásio Barão do Rio Branco, tendo como ponto de partida as memórias de Oliva Enciso, bem como mobilizar o referencial teórico de Pierre Bourdieu, que nos auxiliará nos conceitos de campo, agentes e poder simbólico.

Como já anunciamos, iniciamos com memorialistas regionais que trazem em suas memórias a história mato-grossense e focalizam, também, os aspectos educacionais, quais sejam: Enciso (1986), Oliveira (1986), Sá Rosa (1990, 1999), Martins (2010), e Martins (2013).

A obra produzida por Oliva Enciso (1986), “Mato Grosso do Sul – Minha Terra”, que aborda os sete ginásios da Campanha em Mato Grosso, contribui para nosso estudo no que tange à sua relevância com os acontecimentos históricos locais e movimentos nacionais, por meio dos escritos dos agentes sociais.

Nosso espaço temporal foi delimitado entre os anos de 1949, quando a Campanha se instalou em Mato Grosso, e 1963, ano em que foi fundado o último ginásio da CNEG em terras mato-grossenses, em uma época em que a maioria das cidades não contavam com o curso

ginasial. O ano de 1949 foi, ademais, um período de transição do Estado Novo, imposto por Getúlio Vargas, e da redemocratização do país iniciada com a Constituição de 1946. Entre os anos de 1949 a 1963 foram fundados setes ginásios de ensino secundário, o último em 1963, marcando o término do ciclo de instalação da CNEG em Mato Grosso. Ressaltamos que a escolha em nos aproximarmos do Ginásio Barão do Rio Branco, com o intuito de compreender como funcionava a CNEG no estado, deve-se à proximidade física com os documentos, mas os outros seis ginásios de ensino secundário do estado serão mobilizados para caracterização, embora sem maiores aprofundamentos, devido aos limites desta pesquisa.

1.2 Problema da pesquisa e justificativa

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, segundo as memórias de Oliva Enciso (1986), surgiu com o Ginásio Barão do Rio Branco, fundado em 1949, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso, sendo posteriormente fundados mais seis ginásios em outras cidades do estado.

Com este ideal, instalou-se em Mato Grosso com o auxílio de Oliva Enciso, que no período atuava na Prefeitura com o cargo de “Amanuense – Datilógrafa”, e possuía um trabalho com a educação, responsável por ocupar grande parte do período em que viveu, ora como professora, ora contribuindo para o acesso à educação. . Sá Rosa (1999, p. 245) aponta que Oliva Enciso se manteve “[...] firme na missão a favor das causas sociais e da Educação.”

Enciso, em entrevista concedida à Sá Rosa (2012), relatou que trabalhou na Prefeitura de Campo Grande em 1930, descrevendo também como se deu a fundação da Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante:

No dia 4 de novembro de 1930, passei a trabalhar na prefeitura de Campo Grande, no cargo de amanuense datilógrafa. Lá, em 1937, após a leitura de uma conferência de Miguel Couto demonstrando ser a ignorância o fator que corrói os alicerces da nacionalidade, transformei a Educação no fator prioritário de minha vida. A ideia ficou germinando e, em 1940, fundamos a Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante. (SÁ ROSA, 2012, p. 82).

Nesse período em que trabalhou na Prefeitura, conheceu a proposta do Dr. Felipe Tiago Gomes, o idealizador e fundador da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Desse modo, o professor Felipe Tiago contou com a ajuda de Oliva, então secretária da Prefeitura, fundaram assim, em 12 de novembro de 1949, a Campanha em Mato Grosso, sob presidência de Oliva Enciso.

Mato Grosso encontrava-se em um cenário escasso de escolas secundárias gratuitas, contando com apenas duas no estado, quais sejam: o Liceu Cuiabano, em Cuiabá, e o Liceu Campo-Grandense, na cidade de Campo Grande. Além de escassas, outro problema encontrado à época era o da alta seletividade, conforme explicam Bittar e Ferreira Junior (1999, p. 172): “Era altamente seletivo o sistema de ensino então. O ginásio era um grau de escolaridade ao qual chegavam poucos. A existência de exames de admissão explica-se exatamente porque não havia escolas para todos. No secundário só ingressavam as elites”.

A Campanha no sul de Mato Grosso tinha por intuito possibilitar o acesso a educação, pois a única instituição pública em funcionamento em Campo Grande, naquele período, era o Liceu Campo-Grandense, criado em 1939.

[Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos], [...] inspirada na necessidade de tornar a educação nacional acessível a todos os brasileiros, visa como principal finalidade, fundar e manter, em todo o território nacional, com a participação da comunidade e do poder público, escolas [...] para estudantes desprovidos de recursos. Não admite discriminações religiosas, raciais, ou econômicas, aceita o **apoio do poder público**, mas principalmente apela para a iniciativa particular como elemento primordial das suas realizações. (ENCISO, 1986, p. 107, grifo nosso).

Ainda, foram criados outros seis ginásios no estado por meio da Campanha, dispostos no Quadro 2:

Quadro 2 - Ginásios fundados no estado de Mato Grosso pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos entre os anos de 1949 a 1963.

Ano	Cidade	Instituição
1949	Campo Grande	Ginásio Barão do Rio Branco
1950	Bela Vista	Ginásio Bela Vista
1959	Guia Lopes da Laguna	Ginásio Guia Lopes
1959	Cuiabá	Ginásio Dom Aquino Corrêa
1960	Porto Murtinho	Ginásio Ruy Barbosa
1960	Rondonópolis	Ginásio Industrial 13 de junho
1963	Rio Verde de Mato Grosso	Ginásio Agrícola de Rio Verde

Fonte: Enciso (1986).

Organização: Astofe, 2018.

Ressalvamos aqui que a função e responsabilidade da Campanha para com a sociedade eram de colaborar com o Ministério da Educação e Cultura, Secretarias de Educação nos estados e outras instituições, públicas ou particulares, para a solução dos problemas do ensino no país.

Isso posto, ressaltamos que este estudo busca responder alguns questionamentos, a saber: 1) Qual o ideário da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos? 2) Como e quando

ocorreu a fundação do Ginásio em Campo Grande – sul de Mato Grosso? Como era sua organização? 3) Como se configura o campo, os agentes e o poder simbólico na institucionalização da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos?

Para buscar aproximações que respondessem aos questionamentos, organizamos os objetivos específicos, a saber: a) Identificar e compreender o ideário da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e sua caracterização; b) Identificar em fontes memorialísticas elementos relacionados à escola aos professores, aos diretores e sua organização; e c) Identificar e compreender nas representações expressas nas fontes memorialísticas regionais a constituição do campo educacional e dos agentes, bem como os capitais e o poder simbólico do período (1949-1963) além de compreender a legitimação dada à Campanha.

Partimos da suposição de que a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos contribuiu para a expansão do curso ginásial de ensino secundário no estado de Mato Grosso com a instalação de instituições secundárias gratuitas, tendo em vista o campo presente no estado, ou seja, um local majoritariamente composto por escolas da rede privada. Nesse sentido, a Campanha tensionou o campo educacional e legitimou-se em um campo desfavorável a ela, caminhando na direção contrária das instituições no Sul de Mato Grosso, que em sua maioria eram privadas com fins lucrativos.

Justifica-se esta dissertação com base em Sanfelice (2007) quando menciona a contribuição ao tornar objeto da pesquisa acadêmica uma instituição escolar, assim sendo:

[...] não há instituição escolar e educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica. O maior ou menor grau de relevância de uma instituição, seja do ponto de vista econômico, político, educacional e segundo critérios específicos, não pode tolher a escolha do historiador. Não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer à luz esse sentido e, com frequência, há boas surpresas. (SANFELICE, 2007, p. 79).

Com base na epígrafe acima, compreendemos que o estudo da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos mostra-se pertinente, haja vista a lacuna existente no que se refere à Campanha em Mato Grosso, e em especial na parte Sul do referido estado, quando se trata do Ginásio Barão do Rio Branco.

De acordo com Braghini (2005), o ensino secundário foi organizado no Brasil com características que o diferenciavam da escola elementar que era a pedra angular do sistema escolar brasileiro. A escola secundária encerrava em si os princípios de seletividade e mantinha um caráter elitista. Não era qualquer um que chegava ao ensino secundário, muito menos que terminava esse nível de escolaridade perspectivando a entrada nos níveis superiores e a trajetória rumo a cargos de dirigentes do país.

Nos anos 1940 as Leis Orgânicas (1942), frutos da reforma educacional que visou à construção de um sistema centralizado, elaborou decretos-leis para o ensino secundário, no qual o primeiro artigo destaca os objetivos desse nível:

1) Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes, 2) Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística e 3) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (BRASIL, 1942).

O ensino secundário foi organizado em dois ciclos, o primeiro com o curso ginásial e duração de quatro anos e o segundo subdividido em curso clássico e científico, cada qual com três anos de duração, com o objetivo de aprimorar a educação do curso ginásial, como aponta o referido Decreto-Lei nº 4.244, em seu capítulo II, que trata dos ciclos e cursos:

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências. (BRASIL, 1942).

Brito (2001) fez uma minuciosa e descritiva análise da educação no Sul de Mato Grosso, possibilitando-nos compreender a demanda por educação, as políticas educacionais dos anos de 1930-1954 e o crescente investimento em educação, fatores que aos poucos minimizaram o precário atendimento em todos os segmentos de ensino no que tange às esferas públicas.

Com base no trabalho de Brito (2001), há o entendimento de que a educação secundária no Sul de Mato Grosso seguiu o processo de urbanização e modernização ocorrido em todo o Brasil no início do século XX. A ampliação da educação primária e secundária ao Sul de Mato Grosso esteve associada aos crescentes investimentos em educação por parte dos governantes, materializados na criação de escolas, no aumento do número de matrículas no ensino médio (normal, comercial e secundário), no investimento em material didático e mobiliário e na expansão das redes pública e particular de ensino.

Enciso (1986) retrata em suas memórias que, frente à falta de escolas primárias e secundárias naquele período, atuou em trabalhos de assistência domiciliar, com o intuito de

atender crianças que não tinham acesso à escola. Em 1948, Oliva Enciso conseguiu, com o apoio do governador Fernando Corrêa da Costa, a criação de sete escolas no estado de Mato Grosso, que ofereciam o primário. No entanto, devido ao fato de que “Havia falta de ginásio no estado” (SÁ ROSA, 2012, p. 83), o problema não acabara ali, pois os alunos que conseguiam terminar o primário não conseguiam avançar, visto que não havia cursos nem professores para a etapa seguinte.

Desse modo, como os poucos ginásios não davam conta da demanda por educação secundária, a criação dos ginásios da Campanha foi de suma relevância em todo o Mato Grosso e em especial na cidade de Campo Grande.

Nessa perspectiva, o conceito de campo, formulado por Pierre Bourdieu, contribui para a aproximação que fazemos com o nosso estudo, uma vez que compreendemos o ensino secundário como um campo de produção simbólica, entendido por Nogueira e Nogueira (2009, p. 32), como um “[...] palco de disputas – entre dominantes e pretendentes – relativas aos critérios de classificação e hierarquização dos bens simbólicos produzidos [...].” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 32).

Destarte, o ensino secundário permaneceu de forma dual e elitista, desenhando-se como campo de lutas, no qual a classe trabalhadora, por ter chances desiguais, necessitava formular estratégias para sua manutenção e ascensão social, haja vista os poucos ginásios secundários existentes.

Conforme Bourdieu (1996), a escola institui fronteiras sociais análogas àquelas que separavam a grande nobreza da pequena nobreza e dos simples plebeus, dando-se essa separação pelas próprias condições de vida. Ainda segundo o sociólogo, o sistema escolar age para realizar uma triagem que mantêm a ordem preexistente, isto é, aqueles que dispõem de capital econômico possuem vantagens perante aos que não o tem, mantendo-se, dessa forma, a reprodução da ordem social.

No que se refere ao objeto de estudo da presente pesquisa, podemos afirmar que as famílias economicamente desfavorecidas ficavam de fora do ensino secundário, acessível somente às frações das elites.

1.3 Questões teórico-metodológicas da investigação e estrutura da dissertação

A pesquisa tem caráter bibliográfico e documental, tendo como fontes iniciais os livros de memórias, biografias e autobiografias, cruzadas com outras fontes, tais como: legislações,

atas, ofícios, relatórios de inspeção, jornais e fotos. As fontes foram analisadas à luz de estudos historiográficos e sociológicos, em especial os que derivam da obra de Pierre Bourdieu.

Do ponto de vista metodológico, nossos dados foram levantados nos arquivos públicos de Campo Grande/MS e de Cuiabá/MT, quais sejam: fontes como legislações, decretos, projetos de lei, proposituras, fotos, jornais e revistas. Os locais para o levantamento de dados foram, em Campo Grande, o Arquivo Histórico de Campo Grande (Arca), Biblioteca Estadual Isaias Paim, Arquivo Estadual de Mato Grosso do Sul, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Biblioteca Central de Campo Grande, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e, por último, com autorização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED -MS), foi possível visitar o Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto¹⁵. Em Cuiabá, a visita se deu na Assembleia Legislativa de Mato Grosso - Instituto Memória, Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, Palácio da Instrução e Biblioteca Estevão de Mendonça.

Ressaltamos que estes locais foram visitados ao longo do período como bolsista de iniciação científica, na graduação, e no primeiro ano do curso de Mestrado em Educação. Como já mencionado, nosso percurso em busca de fontes iniciou-se em 2014, quando o foco da pesquisa de iniciação científica era o Ginásio Barão do Rio Branco, a partir de algumas informações coletadas na memorialística de Oliva Enciso, jornais, revistas e atas, entre outros documentos que pudessem nos dar indícios de como funcionou este ginásio.

Nossa busca continuou e tivemos alguns percalços na incursão. Como exemplo, citamos as visitas ao Arquivo Histórico de Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, Arquivo Estadual de Mato Grosso do Sul e Biblioteca Isaias Paim, locais em que o resultado de nossa investigação foi desanimador, pois, ao mencionar o objeto de estudo, os responsáveis pelos arquivos diziam: “Já vieram pesquisar sobre este ginásio, não encontraram nada! É melhor você trocar de objeto.” E, de fato, não foram muitos os resultados, mas a busca não foi totalmente improdutiva, uma vez que foi possível encontrar documentos sobre Oliva Enciso, jornais e revistas que mencionavam seu nome e trajetória na vida política, bem como artigos sobre educação de sua autoria. Tivemos acesso aos documentos sobre a Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante (instituição fundada por Oliva Enciso), como plantas e requerimentos.

Outro exemplo de percalço foi a falta de resposta do órgão público competente ao ofício que encaminhamos solicitando autorização para realizar pesquisas na Câmara dos Vereadores

¹⁵ O Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto é um acervo de documentos de escolas que já foram fechadas, nele, tivemos acesso a boletins, atas, fotos, históricos, etc.

de Campo Grande/MS, a fim de buscar indícios da atuação de Oliva Enciso em prol do Ginásio e da Campanha.

Na Biblioteca Central da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nosso acesso foi difícil e restrito, visto que o funcionário se recusava a abrir o acervo, afirmando que nada encontraríamos sobre tal temática. Com insistência, adentramos o arquivo de maneira rápida e com a supervisão do funcionário, que dizia: “Não tem nada aqui sobre este Ginásio”. Nessas visitas (que foram muitas) aos arquivos, procurávamos perguntar sobre o Ginásio, onde poderiam estar os documentos da escola, boletins, históricos escolares, mas as respostas sempre eram negativas. A invisibilidade mantida acerca deste Ginásio e da Campanha nos levou a representá-lo como um lugar esquecido na memória regional.

Vivenciamos uma situação diferente, em relação ao acesso aos arquivos, no município de Cuiabá/MT. Em 2016, ao participar do Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica (CIPA) nesse município, procuramos os arquivos públicos, entre eles a Assembleia Legislativa de Mato Grosso - Instituto Memória e Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, e grande foi o empenho dos funcionários em buscar respostas às nossas indagações, possibilitando-nos o acesso aos Diários Oficiais, jornais e revistas. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso possui em suas dependências físicas um anexo, denominado Instituto Memória, que organiza em seu espaço dados dos seus deputados, tais como os projetos que tramitaram e os que foram aprovados, além dos discursos proferidos. Nesse local nos foi disponibilizado um *CD-ROM* com as leis elaboradas no espaço temporal delimitado na pesquisa.

Já no ano de 2017, de volta à Cuiabá, adentramos em novos espaços, como o Palácio da Instrução e a Biblioteca Estevão de Mendonça, que dispunham em seus acervos mais informações sobre os seis ginásios da Campanha espalhados pelo estado de Mato Grosso, tais como leis, decretos, proposituras e atas, entre outros.

Em 2017, visitamos também o Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto, localizado em Campo Grande, que possui em seu acervo documentos de escolas que tiveram suas atividades encerradas no município. No entanto, inicialmente nosso acesso foi restrito, pois somente os estudantes que haviam frequentado as escolas fechadas que estavam no acervo poderiam acessar aos documentos. Dessa maneira, encaminhamos um ofício à Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS) e solicitamos autorização para acessar o acervo, o que foi concedido.

Pertinente destacar que no período de coleta de dados o prédio que abrigava o acervo estava passando por mudanças, assim, realizamos a coleta sem energia elétrica, por meio de

lanterna do aparelho celular. No entanto, neste local foi possível localizar atas, fotos, boletins, históricos e outros documentos sobre o Ginásio Barão do Rio Branco, bem como alguns documentos dos outros ginásios da Campanha.

No ano de 2018, realizamos contato com as instituições da Rede CNEC que existem no estado de Mato Grosso, obtendo como retorno informações da ausência de conhecimento do Ginásio Barão do Rio Branco e indicações que contactássemos a sede em Brasília/DF, para acessar os documentos da Campanha em Mato Grosso. Ao entramos em contato com a sede, solicitaram que fosse mandado um *e-mail* para um endereço eletrônico para solicitar os documentos, *e-mail* este que não foi respondido, o mesmo ocorrendo na página oficial da Rede CNEC na mídia social *Facebook*.

Compreendemos que as dificuldades aqui narradas não se restringem a um caso específico e são vivenciadas por muitos pesquisadores no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e possivelmente de outras localidades, quando vão realizar suas coletas de dados, haja vista a grande dispersão do acervos e o desencontro de informações, devido, em parte, à falta de uma cultura de preservação de documentos do cotidiano escolar. Santana (2013, p. 55) ressalta, no entanto, que a "[...] preservação da memória escolar, a partir da cultura material escolar, no intuito de reconstruir a história dessas instituições de ensino", contribui para a construção de um conhecimento histórico mais sólido.

Para a análise das fontes, ancorados na teoria bourdieusiana, mobilizamos como centrais as noções de “campo, agentes e poder simbólico”, que nos auxiliaram na compreensão do campo educacional e das relações que permeavam a CNEC, seus agentes, o público e o privado.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu formulou a teoria da prática, em que os agentes, além de ter papel ativo nos espaços sociais, têm ação em um determinado campo - também chamado de mundo social ou espaço social – conceito utilizado por Bourdieu “[...] para se referir a certos espaços de posições sociais nos quais determinado tipo de bem é produzido, consumido e classificado.” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 31).

Assim, o campo é permeado de jogos e lutas para a classificação de um bem produzido, isto é, o poder da legitimação. Na interação entre os agentes nesse espaço simbólico, estruturado por posições relacionais, ocorrem tanto conflitos como relações sociais. As representações que os grupos de agentes possuem são determinadas e legitimadas nesse espaço social, assumindo desta forma o poder simbólico que é capaz de dizer o que é valorado e legitimado naquele campo.

No espaço social os agentes estão envolvidos pela sua realidade social, estão envolvidos em uma luta pelo poder de produção e legitimação dos bens simbólicos. Na obra “O Poder

Simbólico”, Bourdieu (1989) afirma que o mundo social pode-se representar em forma de espaço que possui várias dimensões, no qual estão alocados em seus fundamentos os princípios de diferenciação ou de distribuição, ou seja, a força e poder nesse universo são conferidos a quem tem a posse de propriedades.

O poder simbólico é um poder que aquele que consente dá a quem exerce um crédito, põe sua confiança, só existe porque se crê que ele existe. Bourdieu utiliza Beneviste (1969) para compreender o *credere*,

É literalmente colocar o *kred*, quer dizer, a potência mágica, num ser de que se espera proteção, por conseguinte, crer nele. O *kred*, o crédito, o carisma, esse não-sei-quê pelo qual se tem aqueles de quem isso se tem, é produto do *credo*, da crença da obediência, que parece produzir o *credo*, a crença, a obediência. (BOURDIEU, 1989, p. 188, grifos do autor).

No campo, entendido por Bourdieu como local de tensão e disputas no qual o que está em jogo é um bem simbólico produzido, o que diferencia o agente que possui força para legitimá-lo é a posse de capital. O autor compreende o capital para além de bens e riquezas materiais, associa-o ao recurso ou poder de se tornar visível em uma atividade social. Para o sociólogo francês, assim, existem outros tipos de capital, como o capital social, cultural, econômico e o simbólico.

O capital é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2008, p. 67).

Este conceito diferencia os agentes pela quantidade de forças que possuem e os colocam em posições diferentes no espaço social, classificando os agentes de acordo com o volume das diferentes espécies de capitais. No campo, em que a todo instante há lutas para a legitimação de um bem simbólico, os que determinam e atuam com o poder simbólico são os agentes possuidores de capitais. Os capitais funcionam como moeda de troca e contribuem para a definição de sua posição na estrutura social e da representação que os outros têm dele.

Os agentes constroem o mundo social de acordo com o volume de capitais e legitimam e oficializam produtos de determinado campo. Como no caso do campo político, em que o agente possui poderes políticos, possui o poder simbólico para agir e falar, ou seja, representar um determinado grupo. Isso ocorre pelo fato de ter uma posse de capitais, como o capital

político (uma forma do capital simbólico), capital social, capital institucionalizado, capital cultural, entre outros.

Nessa pesquisa, o campo, local de tensão e disputas, é o ensino secundário, que, por ser seletivo, demandava estratégias para adentrá-lo, possuía sua dinâmica organizada e um funcionamento estabelecido, apresentando, em outras palavras, “[...] uma cultura que se diferencia da de outras instituições, tendo em vista seus valores e seu sistema simbólico.” (KNOBLAUCH *et al*, 2012, p. 559). Os agentes envolvidos, então, deveriam se estruturar para esse novo espaço e adequar as suas práticas.

A dissertação está organizada em dois capítulos. O primeiro é o capítulo 2 intitulado: “A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e a política educacional brasileira (1949-1963)”, em que são discutidas questões que tratam do contexto econômico, político e educacional do período delimitado, bem como situado o local em que a CNEG foi originada, com uma breve caracterização de sua natureza e organização. Este é organizado em três subtópicos, quais sejam: “Aspectos da política educacional brasileira de 1949 a 1963”, “Campanha Nacional de Educandários Gratuitos: natureza pública ou privada?” e “Institucionalização da Campanha Nacional de Educandários no Brasil: no Recife a gênese”, nos quais se caracterizou o contexto vivenciado no país no período histórico apresentado, identificou-se a natureza da Campanha, sua gênese e institucionalização no Brasil.

No capítulo 3, denominado “Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso: processo de implantação e consolidação”, debruçamo-nos sobre a Campanha no estado de Mato Grosso, retratamos a implantação e consolidação por meio de diversas fontes, quais sejam: memorialistas, da historiografia e dos documentos públicos. Neste organizamos cinco tópicos, a saber: “Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso (1949-1963)”, “A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos sob a ótica dos memorialistas do estado de Mato Grosso”, “A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos nos documentos públicos em Mato Grosso”, “A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos na historiografia” e “A materialidade da Campanha no estado de Mato Grosso: os ginásios”, que abordam a instalação da Campanha no estado e discutem como a Campanha obteve auxílio de Oliva Enciso e de outras personalidades representativas naquele momento histórico que, por meio da força simbólica e posse de diferentes espécies de capitais, contribuíram na sua legitimação e oficialização em Campo Grande e em Mato Grosso.

As estratégias mobilizadas por Oliva Enciso e pela direção da Campanha, por meio de sua atuação política junto à sociedade, angariava recursos do poder público municipal, estadual e federal. Dessa maneira, a Campanha se instalou em outras seis cidades do estado, e em cada

uma busca por agentes “entusiastas”, em sua maioria representantes políticos ou agentes mobilizadores dentro da região, que tinham o objetivo de promover a educação naquele município, oficializando-se, assim, como instituição privada que exercia função pública.

Por último, apresentamos as considerações finais e problematizações para futuras pesquisas.

2 A CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS E A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA (1949-1963)

Neste capítulo focalizamos os aspectos econômicos, políticos e educacionais que contextualizam o momento que propiciou a criação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, em Recife, estado de Pernambuco. Assim sendo, perscrutamos como se deu a formação da CNEG em seu estado *locus*, com o intuito de evidenciar o processo histórico inicial de sua organização.

Consideramos relevante a apresentação do cenário nacional para a compreensão da organização da Campanha no Brasil, decorrente de uma política educacional desenvolvida entre os anos de 1949 a 1963. Partimos da compreensão de que a instalação da CNEG em Mato Grosso aconteceu na fase de expansão desse movimento, que se deu em um período em que a falta de escolas motivou as tensões que levaram ao incentivo dos poderes públicos por meio de subvenções e doações.

2.1 Aspectos da política educacional brasileira de 1949 a 1963

Este tópico tem o objetivo de compreender o contexto político, econômico e educacional entre os anos de 1949 a 1963, para aproximar-nos da política educacional no momento de criação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Ao longo do texto, mobilizamos a nomenclatura **ensino secundário** que, no entanto, possui diversas denominações ao longo da história devido à falta de continuidade da política brasileira. Tal termo começou a ser utilizado ainda na Primeira República, que incluiu a obrigatoriedade de frequência mínima e os exames de admissão para ingresso no Colégio Pedro II¹⁶. O ensino secundário possuía prestígio social e era destinado às classes abastadas que conduziram o país e necessitavam de uma formação ampla, que segundo Romanelli (1986):

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, *deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional*, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si e tomar, em

¹⁶ Com a independência política do Brasil e em atendimento à definição de responsabilidade do ensino, a Assembleia Legislativa aprovou, em 1837, o projeto de criação de uma escola secundária no Município da Corte, mantida pelo governo imperial. E em 2 de dezembro de 1837, foi fundado o Imperial Collegio de Pedro II, que deveria seguir o padrão dos Liceus europeus. O modelo escolhido para ser seguido foi o da França, que muito influenciou nos aspectos curriculares. O Collegio Pedro II foi criado com a finalidade de formar a elite brasileira, e este foi considerado uma forma de padronização dos liceus em todo o país, já que para os alunos ingressarem no ensino superior, deviam realizar tais exames, que eram realizados conforme os programas do referido Colégio. (VECHIA; CAVAZOTTI, 2003).

qualquer situação, as decisões mais convenientes e seguras. (ROMANELLI, 1986, p. 135, grifo da autora).

No decorrer da primeira metade do século XX o ensino secundário significou a modernidade na sociedade, tornando-se assim *lócus* por excelência de jogos e disputas de interesses das classes dominantes¹⁷, que utilizavam de mudanças em seu interior, com várias reformas educacionais.

O exame de admissão¹⁸ postulado na Primeira República passou a ser obrigatório nas escolas do país em 1931, com a Reforma de Francisco Campos, por meio do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, e se manteve como maneira de acesso ao ensino secundário. A Lei nº 4.024/1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também manteve o referido exame de acesso ao primeiro ciclo do ensino secundário, findado o seu oferecimento apenas com a promulgação da LDB seguinte, a Lei nº 5.692/1971.

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) instalou-se em Mato Grosso em 1949, período no qual o Brasil vivenciava uma explosão populacional, desequilíbrios regionais e uma política inconstante. Para Assis (2005), o país estava à mercê, sem uma política nacional de educação, sendo preconizado somente o acesso ao ensino primário, o secundário era de caráter elitista voltado à formação dos dirigentes do país.

Para uma melhor compreensão do ensino secundário brasileiro no período delimitado nesse estudo, organizamos o Quadro 3, que apresenta uma seleção de alguns marcos históricos desde 1937 a 1963.

Quadro 3 - Marcos históricos no Brasil entre 1937 a 1963.

1930	Início do Governo Vargas
1937	Instituição do Estado Novo
1939	Segunda Guerra Mundial
1942	Reforma Gustavo Capanema
1945	Fim da Segunda Guerra e do Governo Vargas
1946	Início Governo Dutra e promulgação da CF de 1946
1951 -1954	Segundo Governo Vargas
1955	Governo Café Filho
1956-1961	Governo Juscelino Kubistchek
1961	Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024
1964	Golpe Civil Militar

Fonte: Saviani (2007).

¹⁷ Para Bourdieu (1990) as classes não são grupos reais ou mobilizados, mas existem como um espaço de relações, é constituída de acordo com posições e condições semelhantes e são condicionados semelhantemente, tem toda possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes e produzirem práticas semelhantes.

¹⁸ Os exames de admissão, de acordo com a Lei Nº 4.244, de 9 de abril de 1942, identificavam a aptidão intelectual para os estudos secundários. Foram estabelecidos pelo Decreto no 19.890/31, como parte da Reforma Campos, e eram obrigatórios em todas as escolas secundárias oficiais do Brasil, sendo extintos com a Lei n. 5692/71. (AKSENE; MIGUEL, 2014).

Organização: Astofe, 2018.

Entre esses acontecimentos, elencamos ainda a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e a reforma estabelecida por Francisco Campos, ministro da Educação, permeada por ideais escolanovistas¹⁹, principalmente dirigida ao ensino secundário, ao comercial e à organização do sistema universitário. Dessa forma, o ensino secundário, “[...] passa a ter dois ciclos: um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos, visava-se à preparação para o ingresso ao ensino superior.” (ARANHA, 1989, p. 246).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) iniciou-se a Segunda República²⁰ que ocorreu entre os anos de 1945 a 1964, também denominada República Populista. De acordo com Aranha (1989), o populismo tem sua gênese na insatisfação com as condições de vida e trabalho das classes urbanas, que apresentou um aumento significativo advindo da crescente industrialização vivenciada no período. No entanto, o governo se apresentou de maneira dual frente a essas insatisfações, ora atendendo e reconhecendo os anseios, ora manipulando o ideal popular.

Segundo Saviani (2013), entre os anos de 1932 a 1947 o Brasil viveu um equilíbrio das ideias pedagógicas, protagonizadas pela pedagogia tradicional e pedagogia nova. Entretanto, havia outras correntes não hegemônicas, como a do movimento operário, apoiado no campo da esquerda pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que ganhava força nesse momento e defendia a revolução democrático-burguesa.

Com o fim do Estado Novo²¹, em 1943, Getúlio Vargas aproximou-se das grandes massas visando o processo de redemocratização. O PCB o apoiou, tornando-o uma ameaça aos grupos dominantes e, dessa maneira, os partidos foram modificados e ocorreu o golpe:

As Forças Armadas, já comprometidas com o Partido Social Democrático (PSD), que estava lançando o general Dutra para a Presidência do país, viram na substituição do chefe de polícia, João Alberto, por Benjamim Vargas, irmão de Getúlio, o motivo para depor o presidente. Consumou-se, então, o golpe de 29 de outubro de 1945 pelo qual o ministro da Guerra, general Góis Monteiro, impôs a Vargas a sua renúncia, transferindo o poder para o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares. A tarefa do presidente interino resumia-se a presidir as eleições previstas para 2 de dezembro e transferir o governo do país para o vencedor. (SAVIANI, 2014, p. 278).

¹⁹ Os ideais escolanovistas eram liderados por: Ferrière na Inglaterra no ano de 1889; Dewey nos Estados Unidos no ano de 1894; Kerschensteiner da Alemanha no mesmo ano; Decroly em 1907 na Bélgica e Montessori na Itália. Em 1990, no Brasil, o ideal foi representado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Sampaio Doria. (FRAGA, 2012).

²⁰ A Primeira República inicia-se em 1889.

²¹ O Estado Novo surgiu a partir de um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937 com o apoio das Forças Armadas e com o aval da Carta Constitucional que legalizava as medidas que visavam tolher as liberdades políticas, controlava os movimentos dos trabalhadores e dos sindicatos, disciplinava a mão-de-obra e daí para frente influenciaria a industrialização do país. (COSTA, 2003, p. 51).

Devido ao Estado Novo, os partidos foram extintos, todavia, em meados de 1944 a 1945, com o possível fim da ditadura, os grupos começaram a se reorganizar em partidos. Dessa forma, inicialmente surgiu a União Democrática Nacional (UDN) que se tornou:

Um dos primeiros partidos a articular-se [...], que surgiu do PSD²², fundado em 1926 por um grupo dissidente do PRP que, então, dominava a política nacional. O referido grupo dissidente ligava-se, principalmente, às firmas exportadoras de café. E foram os remanescentes do Partido Democrático Paulista, em 1945, [que] fundaram a UDN. (SAVIANI, 2013, p. 278).

A UDN tornara-se um partido ligado aos banqueiros e empresários, com abrangência também nas classes médias urbanas. Foram criados nesse contexto diversos partidos, sendo que em 1945, quando se realizaram as eleições, Dutra se tornou presidente sob a Constituição de 1937. O fim do Estado Novo possibilitou ao país vivenciar um período de redemocratização, que, no entanto, apesar da Constituição de 1946, tinha ainda vestígios do Estado Novo.

O segundo Governo Vargas, como assinala D'Araújo (1992), é organizado em dois momentos: o primeiro, de 1951 até meados de 1953, marcado pela boa relação com os grupos dominantes e conservadores, demonstrada na composição do “Ministério da Experiência”, a partir da conciliação de interesses,

[...] a política econômica governamental pautava-se por uma conduta de composição com os setores mercantis da burguesia e do capital estrangeiro, em detrimento de uma linha de atuação mais ofensiva em relação aos interesses da indústria, do nacionalismo e do trabalhismo. (D'ARAÚJO, 1992, p. 21).

Já a partir de 1953, Vargas voltou-se para as massas e para os interesses das classes populares, o que ocasionou desentendimentos com os conservadores e despertou a reação da classe média e dos grupos econômicos dominantes, junto com as Forças Armadas, que se voltaram contra o Governo. Dessa maneira, se instala em seu mandato uma instabilidade. (D'ARAÚJO, 1992).

Na educação, o ministro Gustavo Capanema empreendeu reformas no período de 1942 a 1945, as denominadas Leis Orgânicas de Ensino. O ensino secundário passou por mudanças e estabeleceu-se como ginásio, com duração de quatro anos, e colegial, com três anos de duração e dividido em curso clássico e científico.

²² Partido Social Democrático.

A Lei Orgânica criou dois tipos de ensino profissional, sendo um sustentado pelo governo e outro pelas empresas privadas. Aranha (1989) afirma que a população das classes menos abastadas encontrava nesses cursos uma oportunidade de se profissionalizar para atuar no mercado de trabalho. Tal reforma corroborou para uma dualidade do ensino, haja vista que aqueles provindos das classes médias e altas permaneceram nos ginásios de ensino secundário, que, segundo Romanelli (1987, p. 169), classificavam-nos socialmente, enquanto "[...] os componentes dos estratos populares" passaram a fazer opção pelas escolas "[...] que preparavam mais rapidamente para o trabalho. Isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social."

Para Nunes (1980), entre os anos de 1940 e 1960 o Brasil passou pelo processo de redemocratização da sociedade, visto que o Estado Novo anteriormente reprimia e agia de maneira autoritária. De acordo com a autora, esse período possui ligação com a expansão do capitalismo internacional liderado pelos Estados Unidos da América.

Nesse sentido, com o término da Segunda Guerra Mundial o capitalismo se redefiniu e passou a ter outras relações com as economias retardatárias, como a América Latina, com sua crescente introdução nos setores industriais, e assim "[...] os investimentos no setor manufatureiro atingiram 60 % dos investimentos diretos, em contraposição aos 12% no setor de mineração e fundição e 24% no setor de comércio e outros." (NUNES, 1980, p. 28).

Nesse processo de internacionalização da economia subdesenvolvida as relações entre a estrutura do setor industrial foram estreitadas à estrutura econômica mundial e, conseqüentemente, à ideologia do poder. Neste ínterim, os Estados Unidos estabeleceram uma doutrina de coexistência pacífica, e desse modo, segundo Nunes (1980), o Brasil, que se encontrava permeado pela influência norte-americana, passou a consolidar seu processo de industrialização. Para a autora:

É nesse sentido que se pode visualizar a política econômica liberal do Governo Dutra (1946-1950), os entraves à formulação de um capitalismo nacional no Governo Vargas (1951-1954) e a opção política no sentido da consolidação e expansão do capitalismo dependente no Governo Kubitschek (1955-1960). (NUNES, 1980, p. 29).

Com a internacionalização, o setor industrial passou a empregar recursos tecnológicos e necessitar de força de trabalho qualificada, o que contribuiu para a geração de excedentes de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação, que se mantinham à margem da sociedade ao passo que a população se multiplicava. Tal problema corroborou para o aumento da

marginalidade, o desemprego e a inflação que, em 1950, causou a mobilização de operários urbanos. (NUNES, 1980).

Sucintamente, a industrialização dependente tornou-se a base socioeconômica da política que permanecia com obstaculizações, pois,

[...] se defrontava com sérios problemas como a inflação, a insuficiência de energia, de transportes e de oferta de gêneros alimentícios para as populações dos centros urbanos e, principalmente, a opção política por uma estratégia de organização e expansão da economia do país. (NUNES, 1980, p. 33).

Na segunda fase do Governo Vargas²³(1951-1954), a sociedade brasileira já havia passado por grandes mudanças em seu contexto socioeconômico, com a abertura de grandes indústrias, crescimento populacional e dos centros urbanos dominantes, conseqüentemente surgindo alguns problemas, tais como inflação, falta de alimentos, insuficiência de energia e transportes. O Governo Vargas tentou estabelecer uma política nacionalista, que, no entanto, era pressionada e limitada. (NUNES, 1980).

A redemocratização da política brasileira e a eleição do Presidente Dutra (1946-1951) influenciaram diretamente o ensino secundário. Na presidência de Eurico Gaspar Dutra, manteve-se a égide de diretrizes liberais. Seu governo foi marcado pela adoção do liberalismo econômico, anti-intervencionista e internacionalizante.

Na sua presidência promulgou-se a Constituição Federal (CF) de 1946 que combatia o caráter autoritário da última Constituição Federal de 1937. Nela, a União se responsabilizava por legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, atuando de maneira supletiva, e colocava nos estados a maior parte da responsabilidade para com a educação. (ANDRADE, 2017).

A Constituição de 1946 trouxe em seu escopo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário para todos, e responsabilizou o governo estadual para com a educação. Para Boaventura (1996) o Texto Constitucional de 1946 serviu como instrumento de redemocratização e trouxe normas para a efetivação da descentralização do sistema educacional, tendo como principal mantenedora a União, transferiu tal responsabilidade para os estados e o Distrito Federal e reconheceu os sistemas estaduais de ensino. No entanto, tal texto não esclareceu quanto à responsabilidade pelo ensino secundário e superior, o que favoreceu os estados a manter somente o ensino primário e normal. Segundo o referido autor,

²³ A primeira fase foi entre 1930 a 1945, seu governo se estabeleceu com características do nacionalismo e populismo voltado às classes trabalhadoras.

até a Constituição em questão cabia à União o ensino secundário e superior, restando aos estados-membro apenas o ensino primário e normal. A grande mudança encontrava-se na possibilidade de os estados arcarem com toda a educação, da pré-escola à pós-graduação, com a União atuando, dessa maneira, em caráter supletivo.

Além disso, em seu governo, Eurico Gaspar Dutra nomeou o ministro Clemente Mariani para o Ministério da Educação e Saúde que, em 1948, constituiu uma Comissão para elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Os debates tratavam de diferentes interpretações, a partir da CF de 1946, sobre a organização de um sistema de ensino, sendo que temas como centralização ou descentralização, laicidade e gratuidade, entre outros, continuaram a ser debatidos durante 13 anos no percurso de elaboração e votação do projeto, devido às novas gestões de governos que possuíam posicionamentos políticos diversos.

A educação técnico-científica tornou-se o principal eixo a ser futuramente contemplado na primeira LDB, com o intuito de fazer uma ruptura com o caráter elitista que o currículo obteve na reforma do Ministro Gustavo Capanema. Esse período foi vivenciado pela democratização do ensino, em que houve a expansão do ensino secundário com o aumento no número de vagas, criação de estabelecimentos de ensino e adequação do currículo.

Com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – Cades, pelo Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953, que possuía como atribuições a administração e o caráter técnico, a fim de organizar e manter prédios, professores, funcionários, fiscalização, orientação, assistência e inspeção, foi possível organizar de maneira acelerada o ensino secundário.

Este objetivo foi profícuo, sobretudo, para amenizar as disparidades regionais entre os estabelecimentos de interior e os estabelecimentos dos grandes centros, pois, enquanto os grandes centros possuíam instituições com tradição de 30, 40, 50 anos de atuação no ensino secundário, em algumas regiões interioranas instituições mais antigas haviam sido criadas na década de 1930 e 1950, e passavam ainda por processo de implantação, organização e consolidação institucional. (ANDRADE, 2017, p. 69-70).

O Cades surgiu com o intuito de tornar o ensino secundário mais eficaz e ampliar o acesso. No entanto, Nunes (1980) alerta que grande parte de recursos financeiros eram alocados para a iniciativa privada, que possuía grande parte do número de estabelecimentos secundários no país. A Campanha firmou contratos com instituições públicas e privadas, por meio do Fundo Nacional de Ensino Médio, que, com a Lei nº 2.342/1954, impulsionou os recursos do poder público à rede privada.

Esse processo de redemocratização e efervescência do clima cultural favoreceu os debates em torno da democratização do ensino, permeados pelos embates entre progressistas e conservadores das camadas dominantes, que lutavam pelo controle do sistema de ensino secundário. A ideia de transformar a escola secundária e dar prestígio ao ensino técnico circundava desde 1945, visto que o ensino secundário era encarado de forma problemática devido às novas clientela e configuração das indústrias no Brasil.

A expansão ocorreu em um período que as atenções estavam voltadas para o ensino industrial, dessa forma, foram criados programas de financiamento com o intuito de reformar o ensino secundário a fim de torná-lo barato e designado à classe média assalariada que necessitava de escolaridade para ingressar nos empregos urbanos. A derrocada da classe média e dos trabalhadores por obra da inflação fomentou a pressão para o ensino gratuito. De acordo com Nunes (1980), dois grupos dominantes balizavam estas discussões:

A competição entre defensores das escolas particular e pública manifesta-se dentro da burocracia educacional, através do confronto entre seus setores conservadores e progressistas. Os primeiros identificam-se com a linha autoritária e centralizadora que impregna a burocracia educacional sob a liderança de Gustavo Capanema; os segundos defendem uma postura liberal-democrática que apresenta, entre outras metas, a gratuidade do ensino e a introdução das práticas de trabalho na escola secundária. Os setores progressistas eram mais sensíveis às exigências educacionais impostas pelo crescimento econômico naquele momento histórico. No entanto, [...] apesar da inovação das suas propostas e da aparência democrática de que se revestiam, mantinham-se intactos e dissimulados os objetivos reais, presentes na postura conservadora – de manter e reproduzir as desigualdades dentro e fora do sistema escolar. (NUNES, 1980, p. 43).

Esta escola se expandiu no período de vigência da Lei Orgânica em que o número de matrículas cresceu rapidamente, como demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Matrícula Geral

Anos	Secundário	Comercial	Industrial	Agrícola	Normal
1945	237.695	56.750	16.531	659	19.533
1950	406.920	76.455	19.436	2.099	33.436
1960	991.391	194.124	26.850	6.850	93.600

Fonte: SEEC Ensino Médio – 1933-59 – 1950-64
Organização: Nunes, 1980.

Diante desse quadro, o ensino secundário avançou, enquanto o industrial e agrícola sequer preenchiam a quantidade de vagas ofertadas. Segundo Abreu (1961, apud NUNES, 1980), o favoritismo pelo ensino secundário se dava por esse nível ofertar prestígio social, pois era destinado às classes dominantes, facilitava o ingresso no ensino superior e não demandava

muitos recursos. Acrescido a isso, o crescimento populacional e as novas exigências das indústrias brasileiras também influenciavam.

Havia crescente demanda por educação impulsionada pelas classes médias, que idealizavam na educação sua ascensão profissional. Neste contexto, os líderes populistas reforçavam tais ideais, que se tornavam bandeira nas lutas para expandir o número de vagas na escola secundária. Segundo Nunes (1980), a expansão do ensino secundário ocorreu a partir de três formas, a saber:

[...] o estabelecimento de ginásios nas localidades onde, anteriormente, o ensino secundário era inexistente; o aumento da matrícula nas mesmas unidades escolares, sem a criação de novos ginásios: por fim, a criação de novos ginásios em locais onde já havia estabelecimentos de ensino secundário. (NUNES, 1980, p. 47)

Silva (1969, apud NUNES, 1980) apresenta a caracterização do processo de expansão do ensino secundário voltado às questões regionais e a iniciativa privada. Essa expansão ocorreu de maneira desigual, tendo em vista as condições e o desenvolvimento econômico de cada ente federado, presenciando-se um favorecimento da iniciativa privada para se instalar e ofertar educação. A ação privada possuía grande parte das escolas até 1960, e em 1940 esse quantitativo representava 73,3%, enquanto a ação pública representava 26,7%.

Para a referida autora, a burocratização impedia o governo de avançar em educação, o que levou a iniciativa particular a dominar o cenário educacional. A demanda por educação era enorme, no entanto, a evasão se tornava uma realidade latente, pois as classes menos favorecidas que adentravam a escola se evadiam por motivos de ordem econômica.

Em 1957, de 100 alunos que frequentavam o nível primário apenas 14 chegavam ao nível subsequente e apenas 1% dos indivíduos provenientes das camadas populares, que correspondiam a mais de 50% da população brasileira, nele ingressavam. (SILVA 1969 apud NUNES, 1980, p. 51).

Já em 1960, as matrículas do ensino secundário eram baixas nas regiões Nordeste e Sul (18,82%) e ainda mais baixas nas regiões Norte e Centro-Oeste (2,05% e 2,76%), o oposto da região Sudeste que alcançava 60%.

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos se estabeleceu no fim da Primeira República e sua fase de expansão, com a instalação em Mato Grosso, deu-se na Segunda República, envolta pelo populismo, advindo da insatisfação das classes populares urbanas com as condições de vida e trabalho. Nesse cenário, o empoderamento das classes, o comunitarismo e a gratuidade do ensino urgiram como bandeira (SILVA, 2001).

Nesse sentido, cabe analisar sobre o caráter e a natureza da CNEG: qual o entendimento de público e privado na sua constituição? Desse modo, trataremos no tópico a seguir de aspectos relevantes para essa compreensão.

2.2 Campanha Nacional de Educandários Gratuitos: natureza pública ou privada?

Neste tópico pretendemos nos aproximar do caráter e da natureza da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) para compreendê-la como instituição pública ou privada, tendo em vista que não há menção clara nos seus Estatutos, bem como nas fontes da memorialística mobilizadas na pesquisa, sobre sua natureza. Para tanto, recorreremos aos estudos científicos com o propósito de historicizar como as instituições privadas foram se configurando no decorrer do tempo, por meio da legislação nacional, em especial os estudos de Cury (2016).

Nesse sentido, buscamos identificar a natureza de três tipos de instituições: 1) pública; 2) privada com fins lucrativos e 3) privada sem fins lucrativos. E, com esse intuito, buscamos traçar uma linha do tempo a fim de identificar a gênese do termo Terceiro Setor e compreender se a Campanha, no período delimitado nesse estudo, poderia ser configurada com tal nomenclatura. Inicialmente, retomemos aspectos históricos para compreendermos o contexto no qual a CNEG surgiu.

João Fernandes Campos Café Filho assumiu a vice-presidência no segundo governo de Vargas (1951-1954). Em 1954, com a pressão dos militares, empresários e setores conservadores, que atrelavam seu governo ao comunismo, Getúlio Vargas cometeu suicídio. A presidência, assim, foi administrada por Café Filho, que governou durante 14 meses.

Juscelino Kubistchek foi eleito para a presidência da República em 1956, ocupando o cargo até 1961. Seu Plano de Metas buscava fazer crescer o Brasil “50 anos em 5”, por meio da atuação em cinco setores da economia nacional: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação.

Nesse contexto, efervescia o debate acerca da LDB. O projeto de lei, iniciado em 1948 com o ministro Clemente Mariani, havia sofrido alterações em seu texto nesse percurso, devido ao confronto de interesses. Segundo Aranha (1989), a “liberdade de ensino” proposta pela iniciativa privada, considerava como competência do Estado: “[...] o suprimento de recursos técnicos e financeiros, a igualdade de condições das escolas oficiais e particulares e o veto ao monopólio do ensino estatal.” (ARANHA, 1989, p. 250).

De acordo com a referida autora, quando a Lei nº 4.024 foi publicada, em 1961, já estava ultrapassada, pois, além do fato de não trazer alterações no que tange à estrutura do ensino, que

permaneceu a mesma da reforma Gustavo Capanema (1942), apresentava desvantagens, como a permissão das escolas de iniciativa privada terem representantes nos recém criados Conselho Federal de Educação (CFE) e Conselhos Estaduais de Educação (CEE), o que contribuía para a pressão e o uso de influências na obtenção de recursos assegurados por lei.

Em setembro de 1961 João Goulart foi eleito presidente da República e governou até abril de 1964, quando foi retirado do poder por uma articulação civil-militar, também conhecida como Golpe Civil Militar, que perdurou de 1964 até 1985. Esse período, considerado por historiadores como ditadura militar, foi marcado, entre outros elementos, pela repressão à representação estudantil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), e pelo controle das escolas de nível médio. (ARANHA, 1989).

A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos insere-se nesse contexto conturbado de reformas e redemocratização do País. Para compreendermos a CNEG como instituição pública ou privada ou, ainda, aproximá-la da perspectiva do Terceiro Setor, buscamos compreender as relações entre o público e o privado na educação brasileira, bem como quando o termo terceiro setor passa a ser mobilizado na sociedade brasileira.

O trabalho de Cury (2016) nos auxilia na compreensão histórica da relação público e privado na educação. Para o autor, a iniciativa privada escolar no Brasil se dividiu entre instituições com fins lucrativos e instituições sem fins lucrativos. Com base na legislação nacional, Cury (2016) apreendeu diferentes conceitos como o de **concessão** e o de **autorização**, utilizados pela iniciativa privada que dependiam do Estado para emissão de certificados e diplomas oficiais.

A **concessão** estabeleceu-se nas reformas imperiais até a Constituição de 1988, já a **autorização** passou a vigorar após a Constituição e permeou a relação educação escolar e rede privada. Nesse sentido, para este estudo, focalizaremos como se deu este processo de concessão até a delimitação temporal estabelecida neste trabalho, isto é, 1963, com a primeira LDB, Lei nº 4024/1961.

Segundo o referido autor, naquele momento histórico a educação era responsabilidade do Estado, logo, uma função pública. No entanto, ao longo da história, esta função pública também foi autorizada para o ente privado. Desde 1930 o Estado era responsável pela educação e concedia aos entes privados “[...] a função pública inerente à escola pública sem se referir à lucratividade ou mesmo proibindo-a, a depender da reforma de educação.” (CURY, 2016, p. 112-113). Contudo, estas escolas não precisavam ser gratuitas, apenas não havia referência ao lucro.

Estabelecia-se, assim, dois tipos de escolas: as públicas e as privadas. As escolas privadas que pertenciam aos sistemas públicos de educação eram consideradas privadas com função pública concedida pelo Estado. (CURY, 2016). As escolas deveriam visar ao interesse coletivo. Todavia, havia diferenciação entre aquelas que praticavam algum tipo de gratuidade e recebiam recursos públicos e as que exerciam sua função privada com o mercado.

Com o advento da Revolução de 1930, no campo educacional o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), entre as medidas adotadas, autorizou o ensino religioso em escolas oficiais, reorganizou o ensino secundário, criou o Conselho Nacional de Educação, oficializou os currículos regulares e trouxe para a discussão o ensino público *versus* ensino privado.

O Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, estabelecia em seu Art. 1 que: “O ensino secundário, oficialmente reconhecido, será ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial.” (BRASIL, 2018a). O Colégio Pedro II era o modelo, assim, os estabelecimentos privados que buscavam oficialização necessitavam atender aos critérios impostos pelo Colégio.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, por meio do Decreto-Lei nº 4244, de 19 de abril de 1942, tratava de outro aspecto da organização escolar:

Art. 69. O ensino secundário será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular.

Art. 70. As pessoas naturais e as pessoas jurídicas de direito privado, que mantenham estabelecimentos de ensino secundário, são consideradas como no desempenho de função de caráter público. Cabem-lhes, em matéria educativa, os deveres e as responsabilidades inerentes ao serviço público. (BRASIL, 1942, p. 16).

Nesse Decreto-Lei estabeleceu-se outra caracterização do ensino, além do oficial (Colégio Pedro II), surgindo assim os estabelecimentos equiparados (rede pública estadual e do Distrito Federal) e os reconhecidos - administrados pelos municípios e por pessoas de direito privado que possuíam a autorização do Estado. (CURY, 2016).

Nesse sentido, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, fundada em 1943 sob a égide dessa legislação, que a configurava como um estabelecimento de ensino secundário reconhecido e administrado por pessoa de direito privado, veio a desempenhar uma função pública, cabia a ela no que tange a educação, os deveres e responsabilidades inerentes ao serviço público. Deste modo, este “[...] desempenho de função de caráter público.” (BRASIL, 1942, p. 16) consistia em desempenhar as mesmas funções dos estabelecimentos de ensino secundário federais que eram equiparados.

A CNEG funcionava como instituição secundária reconhecida que podia ser mantida pelos municípios ou por pessoa natural ou jurídica de direito privado. Para desempenhar sua função pública necessitava ser reconhecida pelo Governo Federal, isto era possível mediante verificação das condições da escola, que necessitava ser regular e útil para seu bom funcionamento. Para tanto a inspeção federal realizava este papel que verificava a administração escolar e a orientação pedagógica. (BRASIL, 1942).

De acordo com Silva (2002), o ano de 1948 foi marcado pelo apoio financeiro do Estado e aproximação da CNEG com pessoas ligadas ao Ministério da Educação. Felipe Tiago Gomes aproximou-se do então ministro da Educação Clemente Mariani no ano de 1947, apresentando a ele um plano de criação dos ginásios gratuitos. Após este encontro, a Campanha expandiu-se pelo país, porém “[...] dependente do apoio de autoridades do Ministério da Educação e da Diretoria do Ensino Secundário do referido Ministério.” (SILVA, 2002, p. 5).

Lourenço Filho, diretor do Departamento Nacional de Educação, recomendou à Campanha, no ano de 1948, a elaboração do primeiro Estatuto, que, nesse contexto, passou a contar com a participação de pessoas ligadas ao Estado. Sua expansão para os entes federados ocorreu a partir de 1949, com a proposição de projetos de lei municipais que garantiam sua manutenção por meio de subvenções. Segundo Silva (2002, p. 5) “Em vários desses estados, o estabelecimento de subvenções dos governos estaduais e municipais foi adotado como medida obrigatória para a instalação de ginásios.”

Dessa forma, o Estado passou a subvencionar e aumentar os recursos destinados à Campanha. No governo de Juscelino Kubitschek não foi diferente, pois as políticas de incentivo à iniciativa privada na educação permitiram que a Campanha se expandisse de maneira acelerada, com crescimento de 232% nas matrículas e aumento de 249% no número de escolas. Assim, os 9.433 discentes, atendidos em 107 escolas em 1956, passaram a ser 31.371, distribuídos em 373 escolas em 1960. (SILVA, 2002).

Compreende-se que as subvenções dos governos contribuía com as instituições da rede privada, que procuravam se “encaixar” nas legislações para requerer este “direito” estabelecido por lei.

A LDB, Lei nº 4024/1961, trazia em seu Art. 5 o direito de representação dos estabelecimentos públicos e particulares autorizados nos conselhos estaduais de educação, assegurando no Art. 12 que não haveria “[...] distinção de direitos entre os estudos realizados em estabelecimentos oficiais e os realizados em estabelecimentos particulares reconhecidos.” (BRASIL, 2018a, n.p.).

Com a nova redação dada no Art. 45 da Lei nº 5692/1971 ao que assegurava o Art. 5º da Lei nº 4024/1961, observamos que a iniciativa privada continuou com a prerrogativa de receber recursos técnico-financeiros do poder público “[...] quando suas condições de funcionamento [fossem] julgadas satisfatórias pelos órgãos de fiscalização [...]” (BRASIL, 2018b, n.p.).

Ainda, o Art. 95 da referida lei de 1971 evidenciava, especificamente, os auxílios que as instituições públicas ou privadas poderiam receber do Estado: “A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de: [...] financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios ou particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos [...]” (BRASIL, 2018b, n.p.).

O Art. 95, parágrafo 2 ressaltava alguns requisitos para o auxílio da União aos estabelecimentos particulares, como a obrigação de conceder matrículas gratuitas a estudantes pobres no valor correspondente a subvenção recebida. No Estatuto da CNEG, datado do ano de 1961, o Art. 4º trazia que: “A CNEG, coerente com seus princípios e finalidades não admitirá, no cumprimento do seu programa qualquer discriminação religiosa, racial ou econômica [...] (ESTATUTO, 1961, p. 4), que combinado com o Art. 3º evidenciava sua finalidade “[...] inspirada nos princípios cristãos de solidariedade humana [...]” (ESTATUTO, 1961, p. 3).

Face ao exposto, compreendemos que a CNEG atuava como uma instituição privada que teve concedida sua autorização pelo Estado e, logo, ao praticar gratuidade, diferenciava-se da instituição privada de mercado angariando recursos públicos.

Segundo Santos (2007), a CNEG é uma sociedade civil filantrópica, com objetivos educacionais e assistenciais, sem fins lucrativos. Foi reconhecida de utilidade pública pelo Decreto nº 36.505, de 30 de novembro de 1954, e recebeu do Conselho Nacional de Serviço Social o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.

Esta sua característica de entidade de caráter filantrópico possibilitou que recebesse um expressivo apoio do Estado. Sua política, voltando-se, frequentemente, a atender às demandas educacionais das comunidades, recebeu, em contrapartida condições para sua manutenção. Por este motivo, por muitos anos ela foi considerada como uma entidade subordinada ao Estado, tendo em vista essa dependência institucional e financeira. (SANTOS, 2007, p. 42-43).

Assim, a CNEG difere das instituições privadas com fins lucrativos, pois não obtém lucros, visto que não havia proprietários da instituição. O seu primeiro Estatuto, datado do ano de 1948, apresentava no Art. 4º suas finalidades:

- a) Colaborar com o Ministério da Educação e órgãos competentes estaduais e receber dos mesmos a **necessária orientação**;
- b) Difundir o ensino e fornecer material didático gratuitamente às classes menos favorecidas;
- c) Fundar educandários gratuitos em todo o território nacional;
- d) Assegurar assistência social aos educandos;
- e) Promover pesquisas de interesses educacionais;
- f) Fundar bibliotecas e órgãos de caráter científico educacionais;
- g) **Interceder junto a qualquer órgão do poder público no sentido de obter financiamento, verbas para a manutenção da Campanha.** (AZEVEDO, 1983, p. 125-127, grifo nosso).

Por meio desse trecho do Estatuto, elaborado no ano de 1948 por solicitação de Lourenço Filho e logo após a LDB de 1948, compreendemos as estratégias adotadas pela CNEG em sua atuação conjunta com os Poderes Público, uma vez que tais finalidades recaem sobre a premissa de “enquadrar-se” no padrão exigido pelo Ministério da Educação, no que tange ao favorecimento de recursos, já que em seu início²⁴ a Campanha não aceitava auxílios governamentais.

Com base em Cury (2016), compreendemos a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos como instituição privada que exercia uma função pública, no entanto, uma instituição que se difere da instituição privada de mercado por ser uma instituição sem fins lucrativos.

Santos (2007) ao tratar da denominação “Campanha” nos oferece outro olhar. Para a autora, o termo “Campanha” subjaz um esforço de emergência, que, à época (1943), fundamentava-se no programa educacional do governo federal denominado Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), promovida no governo Vargas. A autora fundamenta-se em Paiva (1987) que apresenta uma semelhança nas “Campanhas”:

A nova programação, entretanto, transforma-se num programa independente no qual predomina a metodologia do desenvolvimento comunitário... [...] a aplicação de princípios de desenvolvimento comunitário e a busca de uma metodologia cada vez mais eficaz no tratamento dos problemas rurais e na educação de sua população. (PAIVA, 1987, p. 177).

Para Santos (2007), o desenvolvimento comunitário foi um dos objetivos da CEAA, que esteve voltada aos que até então não eram beneficiados por ela. Sendo assim, a CNEG propunha possibilitar o acesso ao ensino ginasial para estudantes pobres.

²⁴A Campanha quando fundada, não aceitava colaboração do Estado nem políticos em suas atividades. A partir de 1945, alguns de seus fundadores deixaram o movimento para se candidatar a uma vaga eleitoral, assim esse momento de ruptura provocou uma mudança na ideia original da Campanha, que diante da realidade os agentes “[...] perceberam que era necessário iniciar uma parceria com o Estado, se quisessem de fato dar continuidade à Campanha.” (AZEVEDO, 2007, p. 76).

Na ótica de Santos (2007), a CNEG não é pública ou privada, mas se caracteriza como comunitária. A referida autora, com base em Boechat (1993), afirma que a escola comunitária é uma escola comprometida com a comunidade, em que cada um é reconhecido e coopera para uma sociedade melhor.

A partir de 1958, segundo Silva (2002) no artigo intitulado: “Educação comunitária: além do estado e do mercado? a experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC²⁵ (1985-1998)”, pode-se compreender a dimensão da comunidade como:

A conjugação de esforços do Poder Público e das *comunidades* para resolução dos problemas dessas, a fim de que tivessem acesso aos serviços essenciais e se modernizassem, faz parte do discurso propagado na política do Pós-Guerra, deflagrada em toda a América Latina, preocupada com a disseminação de ideologias contrárias ao regime aí vigente. (SILVA, 2002, p. 6).

Para a autora, esse discurso se baseia na necessidade da participação das pessoas para a melhoria do seu nível de vida, e tal premissa passa a ser assumida pela Campanha, que começa a se preocupar com a formação de mão-de-obra, oferecendo cursos técnicos.

O comunitário passa a ser o fundamento da sua atuação a partir de 1963, quando no XIV Congresso Ordinário (1963), por meio de um documento enviado da Secção Estadual do Rio Grande do Sul, assume-se “[...] como unidade social capaz de dar condições ao *desenvolvimento psicossomático do Homem* [...]” (SILVA, 2002, p. 6, grifo da autora).

A partir de 1961, com a queda no crescimento de escolas e no número de matrículas, a CNEG demonstra preocupação em responsabilizar as comunidades pela manutenção das escolas. De acordo com Silva (2001), desde décadas anteriores a comunidade contribuía financeiramente, em serviços e donativos.

Em sua tese, intitulada “Educação comunitária: a experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC (1985-1998)”, Silva (2001) traz para o debate o termo “terceiro setor”, levantando a hipótese de que a CNEC, sendo um braço do Estado, no que tange à oferta da educação, apresentava-se como uma via de privatização. Afirma, ainda, que o abandono das concepções da democratização, da igualdade e da inscrição da educação no âmbito do assistencialismo levou ao fortalecimento do terceiro setor da sociedade, que, historicamente, foi visto como esfera estatal, metamorfoseado de público não-estatal. Desta maneira, a autora

²⁵ A CNEG surgiu como Campanha do Ginasiano Pobre, passando a denominar-se Campanha dos Ginásios Populares, Campanha de Educandários Gratuitos, em seguida, Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) e por último a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

evidencia que a CNEG assume o discurso de uma via entre o público e o privado, entre o Estado e o Mercado.

A expressão “terceiro setor”, para Albuquerque (2006), é uma tradução do termo em inglês *third sector*, utilizado nos Estados Unidos da América com as expressões “organização sem fins lucrativos” ou “setor voluntário.”

Os termos “caridade” e “filantropia” são utilizados na Inglaterra, sendo que o primeiro apresenta uma origem histórica medieval, evidenciando as ações religiosas comunitárias, e o segundo trata-se de um conceito moderno e humanista da caridade religiosa.

“Organizações não-governamentais” (ONGs) é o termo utilizado na Europa continental, que tem sua origem na Organização das Nações Unidas que assim denominava as organizações internacionais. (ALBUQUERQUE, 2006).

A “sociedade civil” é utilizada no Brasil e na América Latina, e possui sua gênese no século XVIII. No período em questão, a sociedade civil encontrava-se no meio termo, entre o Estado e a natureza pré-social e,

[...] inicialmente incluía as organizações particulares que interagiam na sociedade-inclusive as empresas e seus negócios – limitadas pelos sistemas legais nacionais. A sociedade civil também pode ser entendida como um conjunto de associações e organizações livres, não pertencentes ao Estado e não econômicas que, entretanto, têm comunicação com o campo público e com os componentes sociais. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 19).

Para o autor, as organizações sociais que atualmente fazem parte do terceiro setor foram germinadas nos séculos XVI e XVII, inicialmente com caráter religioso ou político. Nesse período, o trabalho organizado socialmente na Europa estava emparelhado com o trabalho religioso e tais organizações eram fortemente influenciadas pelos sistemas e políticas governamentais.

A partir de 1800, com o surgimento das associações patronais e sindicatos de trabalhadores, ampliou-se a relação entre sociedade civil e setor privado com o Estado. A Igreja e o Estado tornaram-se responsáveis pela delimitação, horizontes e atividades da sociedade civil organizada, que possuíam participação massiva e politizada e uma hierarquia central.

Ao longo dos séculos XIX e XX ocorreram mudanças na estrutura do papel do Estado que modificaram as organizações sociais e a relação que estabelecem. Para Albuquerque (2006, p. 22), no auge do Estado liberal havia forte crença “[...] nas virtudes abstratas da lei e confiança nos instrumentos constitucionais [...]” e, o individualismo contribuiu para um distanciamento entre Estado e sociedade.

Após a Primeira Guerra Mundial o Estado liberal adentrou em crise e o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) necessitou realizar um papel mais ativo no que tange aos aspectos econômicos, sociais e culturais, em uma tentativa de reaproximação entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, a sociedade civil e o setor privado corroboraram com os temas e preocupações a serem incorporados no desenvolvimento das políticas sociais, econômicas e ambientais.

Mudanças como a revolução nos sistemas de comunicação e aumento da produtividade agrícola e industrial, a partir da Segunda Guerra Mundial, alteraram as políticas, os aspectos sociais e econômicos. Dessa maneira, também se alteraram outros aspectos, como o aumento da pobreza, de doenças, poluição, conflitos religiosos, sociais e étnicos, entre outros.

Segundo Albuquerque (2006), as organizações da sociedade civil que atuavam com expressivo caráter político em atividades de desenvolvimento comunitário e assistencial na América Latina contribuíram para a redemocratização em 1970. .

Montaño (2014) compara o terceiro setor a um canto de sereia, que muitas vezes se apresenta de maneira “boa”, mas esconde por detrás muitas ideologias dominantes. Para ele, enquanto as sereias seduzem por meio do canto, levando indefesos a um abismo, no terceiro setor são as palavras e projetos que seduzem. Segundo o referido autor, para se perpetuar, a classe hegemônica volta-se em direção ao social, a fim de introduzir seu projeto com pouca resistência ou oposição e legitimar-se no campo. E, para tanto, utiliza como imposição um “linguajar” popular, que não seja capaz de demonstrar os seus reais interesses, fetichizando e ocultando a realidade e tratando-a como vontade do próprio povo, usando “[...] uma linguagem, portanto, que esconda seu caráter de classe”. (MONTAÑO, 2014, p. 23).

Essa linguagem não deve possuir fronteiras, nem estar arraigada a um grupo, mas criar uma linguagem e conceitos técnicos ou apolíticos. E, dessa maneira, para legitimar seus projetos e atuar com o poder simbólico,

A classe dominante [...] se vale tanto das *palavras e termos oriundos das esquerdas*, das históricas bandeiras progressistas – “democratização”, “popular”, “solidário”, “empoderamento”, igualdade”, “participativo” -, mas esvaziando e refuncionalizando seus conteúdos, quanto dos termos “*politicamente corretos*” [...]. (MONTAÑO, 2014, p. 29, grifos do autor).

Nesse sentido, a partir da compreensão de que há interesses e/ou projetos dentro da ideologia da CNEG, buscaremos perscrutar no próximo capítulo como se deu, em 1949, esse processo em Mato Grosso.

A CNEG eximia-se de se denominar como instituição privada, no entanto, atuava juridicamente como tal, haja vista que não era uma organização estatal. Em suma, no momento

histórico em que a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos foi fundada, pelo fato de o termo terceiro setor ainda não ter sido elaborado, os termos organização da sociedade civil, filantropia, comunitário, organização não- governamental eram mais utilizados, mas todos esses termos se relacionavam a instituições privadas sem fins lucrativos.

Em síntese, compreendemos a CNEG como instituição privada que desempenhava função pública, a partir da legislação em vigor no período de sua fundação, ou seja, o Decreto-Lei nº 4.244, de 19 de abril de 1942, o qual apontava em seu texto que as pessoas naturais e jurídicas de direito privado que mantinham estabelecimentos de ensino secundário desempenhavam uma função pública, esta por sua vez, referia-se ao caráter educativo e deveria funcionar nos mesmo moldes das instituições secundárias equiparadas

O contexto político, econômico e educacional entre os anos de 1949 a 1954 mostrou-se conturbado, com diversas reviravoltas, uma vez que o Brasil acabara de passar pelo Regime do Estado Novo e, com o advento do Governo Dutra, vivia um período de redemocratização do país, o qual continuou com Vargas até 1954.

Nesse contexto, o aspecto econômico era singular, o país vivia a explosão populacional e as crescentes indústrias efervesciam a urbanização. No entanto, como o trabalho industrial requeria uma nova educação, uma educação secundária que abrangesse as necessidades da indústria, muitas pessoas que não adentravam ao ensino secundário ficavam à margem, o que gerou excedentes. A nova educação foi permeada por muitas políticas educacionais que modificaram a estrutura do ensino secundário, tornando-o técnico e científico e, conseqüentemente, mais elitista e desigual, com uma educação voltada às classes dominantes e outra às classes menos favorecidas.

O ensino gratuito era voltado, sobretudo, ao ensino primário. No ensino secundário, no entanto, a rede particular, apoiada pelo poder público, detinha grande parte do número de escolas. A CNEG entrou por esse viés, pois, em meio a um campo educacional carente de escolas secundárias, apresentou-se com o objetivo de democratizar a educação secundária, configurando-se de modo privado, mas recebendo recursos da administração pública.

2.3 Institucionalização da Campanha Nacional de Educandários no Brasil: a gênese no Recife/PE

Este tópico, a partir da memória e da obra “Escolas da Comunidade” (1973), escrita por Felipe Tiago Gomes, tem como objetivo identificar a institucionalização da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Recife/PE (1943), bem como compreender a constituição do campo educacional e dos agentes no período (1943) e a legitimação dada à

Campanha, que permitiu sua expansão pelo país. Para tanto, faremos um retrospecto histórico com o intuito de evidenciar o campo educacional, além dos aspectos relacionados à Campanha, tais como: sua finalidade, os agentes que a fundam, a quem se destinava e as estratégias mobilizadas na legitimação da sua instalação.

Holanda (1977) assinala que, no período em que os jovens ginásianos empreenderam tal Campanha no Recife, imperava no Brasil os princípios do nacionalismo defendidos pelo Estado Novo, por meio da ditadura. Para o autor, nesse contexto político a educação era “[...] vista como o reflexo das transformações que se operavam no Brasil, especialmente a partir de 1930, visando atender, porém, às circunstâncias de um processo de industrialização desencadeado e a instalação de um estado autoritário.” (HOLANDA, 1977, p. 7). Dessa maneira, creditava-se à educação o poder de solucionar os problemas nacionais.

Com a Reforma Capanema, em 1942, acentuou-se a dicotomia do ensino secundário²⁶, tendo em vista que a Reforma compreendeu o ensino secundário e o ensino técnico industrial. O ensino secundário apresentava um caráter elitista, voltando-se à formação de futuros dirigentes do país, aqueles que tinham condições de arcar com o seu custo, já o ensino técnico industrial destinava-se aos menos favorecidos financeiramente.

Com base no estudo de Holanda (1977), compreendemos que na legislação do período não há vestígios que apontassem a escola secundária como dever do Estado, o que restringia o acesso a esse nível de ensino e abria espaço para a iniciativa particular. Assim, o campo educacional do período era permeado por escassas escolas públicas.

Encontramos aqui a razão de o ensino secundário brasileiro estar, praticamente todo, entregue à iniciativa privada e a explicação do fato de, ainda na década de 40, os estados manterem apenas um ginásio público em suas capitais, como o Ginásio Pernambucano em Recife-PE. (HOLANDA, 1977, p. 9).

Dessa forma, as famílias economicamente desfavorecidas ficavam de fora do ensino secundário, em sua maioria de caráter particular e acessível somente às frações das elites. Para Moreira (1956), a situação educacional era precária, tendo em vista a falta de recursos advindos dos poderes estadual e municipal, que não conseguiam atender a demanda por educação elementar. O autor, à época, propunha como solução para o cenário educacional o alinhamento entre o Governo Federal e o estadual, afirmando que “[...] o Brasil precisa empenhar-se no

²⁶Neste momento histórico o Estado ofertava a o ensino primário como educação elementar, o ensino secundário assim era destinado aos grupos das elites que podiam arcar com seus custos.

planejamento do desenvolvimento econômico, cultural e educacional [...]” (MOREIRA, 1956, p. 74).

Recorrendo a obra de Gomes (1973) podemos compreender o campo educacional, em que apenas aqueles que detinham recursos financeiros terminavam os estudos. Os próprios fundadores da Campanha não obtiveram dinheiro fácil para estudar, alguns passaram fome e só compravam sapatos quando os velhos não podiam mais ser usados. (GOMES, 1973). Defronte disso, em outro trecho, o autor relata, “Os filhos de ricos podiam libertar-se da ignorância; os pobres estavam condenados a permanecer na infraestrutura social.” (GOMES, 1973, p. 15). Dessa maneira, as famílias abastadas perpetuam as estratégias²⁷ de reprodução – utilizando do capital financeiro para arcar com os estudos – e permaneciam na mesma posição, enquanto as famílias desfavorecidas continuavam sem estudos e, conseqüentemente, consentindo com o poder simbólico atuante.

De acordo com Bourdieu e Passeron (1992, p. 21), a escola trabalha reproduzindo as desigualdades produzidas na sociedade por meio da ação pedagógica, “[...] que reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima.”

Destarte, a fundação da Campanha naquele período tornou-se necessária, haja vista a precariedade e escassez de escolas secundárias públicas e gratuitas. Nesse sentido, no que tange à relação com o campo em Bourdieu, o que estava em jogo e era objeto de disputas era o ensino secundário gratuito em Pernambuco, tendo em vista a falta de escolas, em especial na cidade do Recife.

Como já mencionado, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) teve sua origem em 29 de julho de 1943, na cidade de Recife/PE, e em seus primórdios foi denominada de Campanha do Ginásio Pobre, empreendida sob a liderança de Felipe Tiago Gomes, estudante de Direito. No ano de 1969, quando passou a se intitular Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), possuía instituições em todo o território nacional²⁸, sendo

²⁷ Para Bourdieu o conceito de estratégia é uma alternativa para escapar do ponto de vista objetivista e subjetivista. Segundo o autor, “[...] é preciso inscrever na teoria o princípio real das estratégias, ou seja, o senso prático, ou, se preferirmos, o que os esportistas chamam de "sentido do jogo", como domínio prático da lógica ou da necessidade imanente de um jogo, que se adquire pela experiência de jogo e que funciona aquém da consciência e do discurso (à semelhança, por exemplo, das técnicas corporais). Noções como a de *habitus* (ou sistema de disposições), de senso prático, de estratégia, estão ligadas ao esforço para sair do objetivismo estruturalista sem cair no subjetivismo.” (BOURDIEU, 1990, p. 79).

²⁸ Segundo o Projeto de Lei nº 4.421, de 17 de maio de 1954, a Campanha mantinha oitenta e oito educandários do ciclo secundário e contava com a matrícula de cerca de doze mil alunos, nos estados a seguir mencionados: Amazonas, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

uma sociedade civil sem fins lucrativos, com prazo de duração ilimitado, considerada o mais expressivo movimento de educação comunitária da América Latina. (SANTOS, 2007).

O primeiro ginásio a ser fundado denominava-se Ginásio Castro Alves e foi criado a partir da iniciativa de um grupo de estudantes universitários, liderados pelo jovem Felipe Tiago Gomes, que tinham como ideal ajudar o estudante secundário.

Era o ano de 1943. E ele, Felipe Tiago Gomes, que conhecia na própria carne o drama do estudante pobre, do jovem que quer estudar e não pode, teve uma ideia: [...] criar-se uma instituição [...] que oferecesse aos moços pobres possibilidades de obter conhecimentos capazes de vencer os obstáculos naturais, existentes numa sociedade [...]. (GOMES, 1973, p. 8).

Felipe, que estudava na Casa do Estudante, posteriormente foi admitido como bibliotecário da instituição. Nesse período, conheceu a obra de John Gunther e o trabalho de Haya de La Torre com a alfabetização de índios.

De porteiro da Casa do Estudante de Pernambuco, passei a trabalhar na Biblioteca dessa Instituição. Um dia, lendo o DRAMA DA AMÉRICA LATINA, de John Gunther, descobri interessante experiência realizada pelo líder peruano Haya de La Torre. Ele criara escolas de alfabetização para os índios, cujos professores eram estudantes, que lecionavam gratuitamente. Levei o fato ao conhecimento de Everardo da Cunha Luna, meu colega de quarto. (GOMES, 1980, p.13, grifo do autor).

Frente a isso, Felipe Tiago Gomes idealizou a Campanha, com o intuito de realizar o ensino gratuito no curso secundário. Para tanto, convocou alguns colegas e, após a ideia ter sido aceita, segundo ele narra, esse pequeno grupo lançou “[...] as bases de um movimento de profundo sentido social e humano.” (GOMES, apud ENCISO, 1986, p. 108). Os agentes que fundaram a Campanha foram estudantes secundários que conseguiram terminar o curso ginasial em meio a muitas dificuldades financeiras. Além de Felipe, outros quatro deram força à ideia, quais sejam: Carlos Luis de Andrade, Florisval Silvestre Neto, Joel Pontes e Eurico José Cadengue. Assim,

Em pouco tempo, esse grupo de jovens criou uma sociedade educacional denominada de Campanha do Ginasiano Pobre, responsável pela fundação, em 1944, do primeiro ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, o “Ginásio Castro Alves”, que foi instalado numa sala do Sindicato dos Contabilistas, funcionando no turno da noite. As condições exigidas pela legislação em vigor, no primeiro momento, concorreram para que o ginásio tivesse o seu pedido de reconhecimento negado na Capital Federal. (ASSIS, 2005, p. 41).

Nesse sentido, a CNEG surgiu com o intuito de possibilitar o acesso ao ensino secundário²⁹ para aqueles que por algum motivo não podiam estudar, um problema presente em todo o Brasil, visto que o Estado não conseguia atender as necessidades educacionais.

Em uma análise à luz da teoria bourdieusiana, podemos compreender que os agentes que fundaram a Campanha agiram em prol de interesses e de acordo com a posição que ocupavam na estrutura social, pois apreenderam os esquemas do mundo social em que estavam inseridos, ou seja, possuíam a percepção da falta de escolas secundárias gratuitas no período, e tenderam a formular estratégias capazes de mover aquela estrutura. Para tanto, contaram com a legitimação da imprensa como uma estratégia para a aceitação da institucionalização da Campanha e sua representação em Recife, como veremos a seguir.

Para Bourdieu, o campo é permeado de jogos e lutas para a classificação de um bem produzido, isto é, o poder da legitimação. Assume, assim, a forma de uma luta pelo poder simbólico, de fazer crer, predizer e prescrever.

Para algo ser legitimado e reconhecido, isto é, ser valorado no campo, é preciso *a priori* de lutas para se impor a legitimação (violência simbólica). E, para tanto, quem o faz tem que ter autoridade, pois tudo que enuncia se produz, não basta ser diferente, mas ser reconhecido como tal perante os “outros”.

Os agentes e grupos são definidos pelas suas posições relativas no espaço social. Nesse sentido, as propriedades (capitais) acumuladas nesse espaço são capazes de nele atuar e o constituir, estabelecendo-se assim um campo de forças que se impõe a todos. Em suma, o espaço social é construído na diferenciação dos agentes pelo conjunto de propriedades atuantes (capitais) que atribuem poder ao detentor. As propriedades atuantes são as diferentes espécies de poder ou de capital que contribuem para a construção do espaço social.

Com esses apontamentos, compreendemos que o campo educacional em Recife era permeado por disputas, haja vista que as escolas secundárias gratuitas eram escassas e as escolas privadas detinham grande número de estabelecimentos. Os estudantes sem condições financeiras permaneciam à mercê, sem uma política educacional capaz de mudar este cenário. Assim sendo, para inserir-se e permanecer nesse campo eram necessários capitais capazes de legitimar a atuação, que também atribuíssem força e poder ao detentor.

Segundo Assis (2005), a Campanha obteve força e presença na educação brasileira com atuação da educação infantil ao ensino superior, em todo o território nacional, “[...] contando

²⁹ A CNEG no Sul de Mato Grosso, ofertou apenas o ciclo ginasial de maneira gratuita.

com o apoio do poder público, além da presença de conhecidos representantes políticos na sua estrutura de poder.” (ASSIS, 2005, p. 19).

Dessa maneira, os agentes fundantes da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, não tendo posse de capitais que emanavam força para a legitimação na cidade, recorreram a jornais e boletins.

O movimento pela causa dos educandários gratuitos utilizava-se, como estratégia para a sua disseminação, da distribuição de boletins nas escolas e nas faculdades, do trabalho de um grupo teatral que, percorrendo bairros de Recife e cidades do Nordeste, levava a arte para divulgar a Campanha; foram ainda realizadas duas semanas de cultura com a finalidade de obter o apoio e a adesão dos intelectuais à causa. Os fundadores, sobretudo, buscaram e conseguiram um espaço na imprensa, além do apoio dos órgãos oficiais. O jornal “A Noite”, de Recife, em 26 de junho de 1949, publicava: “Está ganhando terreno a *Campanha Nacional de Educandários Gratuitos*, iniciativa de extraordinária envergadura e que se destina a constituir o marco inicial de uma era de renovação e aprimoramento da cultura brasileira”. (ASSIS, 2005, p. 41-42).

Na obra de Felipe Tiago Gomes (1973) observa-se que os próprios fundadores escreviam no “Boletim da C.G.P” (Campanha do Ginásio Pobre) com o intuito de “[...] difundir a ideia da criação de um ginásio gratuito [...]” (GOMES, 1973, p. 18), sendo o Boletim criado especificamente com esse objetivo.

Além do Boletim da C.G.P, a Campanha contou com a colaboração da imprensa neste processo de legitimação. Após a contribuição do primeiro jornal, “O Semeador” de Alagoas, os jovens perceberam que podiam contar com o apoio da imprensa. Gomes (1973, p. 25) retrata: “A nós, moços empolgados pelo ideal da democratização do ensino, o comentário do jornal alagoano constituía uma vitória: sentíamos que a imprensa seria nossa aliada na luta que então se iniciava”. Outros jornais contribuíram, como “Correio da Manhã”, “A Noite”, “O Globo” e “O Jornal”. Para Felipe Tiago Gomes, o incentivo dado pela imprensa na divulgação da Campanha contribuiu para o entusiasmo da causa defendida por eles, que era a de criar um ginásio gratuito para o estudante “necessitado”. (GOMES, 1973).

Além disso, no dia 07 de setembro de 1943, por conta dos desfiles escolares e das Forças Armadas, os jovens buscaram proclamar ao povo do Recife o ideário, por meio da distribuição de panfletos que traziam um texto que clamava à mocidade para auxiliarem o estabelecimento de um ginásio para o “moço pobre”. Nesse sentido, a Campanha em seus primórdios contou com a mobilização de estratégias dos agentes para uma legitimação na região, e com o apoio da imprensa.

Outra estratégia relatada eram os incessantes convites feitos pelos dirigentes da Campanha para que as autoridades recifenses visitassem-nos. A insistência surtiu efeito e, desse modo, o Prefeito Novais Filho realizou a visita e proferiu palavras de estímulo, dizendo que, para ele, a Campanha refletia “[...] a inteligência, o patriotismo e a sensibilidade da alma pernambucana, com os meus aplausos deixo sinceramente os melhores votos.” (GOMES, 1973, p. 40). Com isso, a Campanha ganhou força e legitimação por meio de personalidades políticas, tendo em vista que se tornou visível à sociedade recifense.

Percebemos nas memórias de Gomes (1973) que a CNEG instituiu promotores, pessoas que ficavam encarregadas de divulgar a Campanha nas ruas, nas entradas de cinemas e em demais locais, distribuindo panfletos que mostravam uma foto de alunos assistindo às aulas em pé, para chamar a atenção de quem passava e obter auxílios para a instituição.

Embora com dificuldades, como a falta de cadeiras e mesas, após ser instalada e possuir um espaço para ministrar as aulas, a Campanha foi recebida com entusiasmo, devido à divulgação e legitimação feita pelos fundadores em diversos locais. Raquel de Queiroz, memorada na obra de Gomes (1973), informa que a Campanha se tornou uma das entidades mais sérias do país e foi reconhecida como de utilidade pública pelo Decreto nº 35.505, de 30 de novembro de 1954, com sede em todas as unidades da Federação, o que demonstra sua legitimidade e reconhecimento pelo poder público.

Nas fontes primárias identificamos a Lei nº 91/1935³⁰, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, que determinou as regras pelas quais podiam se declarar sociedades de utilidade pública:

Art. 1º - As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- a) que adquiriram personalidade jurídica;
- b) que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade;
- c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados [...]. (BRASIL, 1935, p. 1).

As sociedades civis, associações e fundações poderiam ser consideradas de utilidade pública, portanto, quando solicitassem e cumprissem os requisitos supracitados no Art. 1º da Lei nº 91/1935, recebendo o título quando comprovavam, ainda, com relatórios dos três anos anteriores ao pedido, que promoviam a educação ou atividade de pesquisa, artística, cultural ou

³⁰Em 2016 foi extinta a concessão do título de utilidade pública.

filantrópica. Este título era conferido somente a entidades sem fins lucrativos e de maneira desinteressada que poderiam se beneficiar com recursos públicos.

Assim sendo, a CNEG solicitou tal título e apresentou os requisitos prévios comprovando sua ação “desinteressada” para com a sociedade. Ressalvamos que tal pedido foi realizado após a aproximação da instituição com pessoas ligadas ao Ministério da Educação, ou seja, após 1948.

Dessa maneira, em 1958, no X Congresso Nacional da Campanha, foi criado o Conselho Consultivo, que era constituído de pessoas ligadas às esferas governamentais executiva ou legislativa, além de personalidades, empresários, militares e religiosos, entre outros. Neste, foi possível estabelecer trocas políticas e ganhar cobertura ideológica.

Nesse contexto, um aspecto relevante diz respeito à finalidade da Campanha, que passou a ter nuances do tema comunidade, discurso propagado pelo Poder Público após a Segunda Guerra Mundial. (SILVA; FONSECA, 2001, p. 5).

A CNEG surgiu com o objetivo principal, de caráter humanístico e solidário, de melhorar a educação nacional, como mostra o capítulo II do Estatuto da CNEG, denominado “Das Finalidades”, no Art. 3º: "A CNEG, inspirada nos princípios cristãos de solidariedade humana e tendo em vista que a educação nacional exige a convergência da ação das forças vivas do País, com o apoio e a ajuda dos Poderes Públicos, para tornar-se acessível a todos os brasileiros." (CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS, 1961, p. 3-4).

A Campanha disseminou-se por todo o território nacional e se instalou em várias localidades. “Em cada canto do Brasil, um ginásio gratuito será o Brasil descobrindo-se a si mesmo, firmando a sua consciência, ocupando o lugar que lhe cabe no concerto das Nações.” (BRASIL, 1954, p.3).

Como assinala Nunes (1988), a filosofia da Campanha

[...] consistia acima de tudo em popularizar a educação. Era uma campanha que visava fornecer ao alunado pobre os instrumentos básicos com os quais ele poderia educar-se, e atingir a sua plena maturidade espiritual e intelectual. A campanha foi, portanto, o ponto de partida da chamada educação popular no Brasil. Ela representa o marco dessa conquista de todo país civilizado, ou seja, a extensão da educação básica às camadas mais representativas da sociedade brasileira. (NUNES, 1988, p. 32)

Naves (2013) aponta que a Campanha se expandiu de modo acelerado, com a criação de escolas cenegistas entre os anos de 1950 e 1960, devido ao apoio do poder público e o aumento de recursos federais.

Nota-se que a atuação da CNEG no início dos anos 1950 se estendia por alguns estados brasileiros, mas, em especial, nas regiões mais periféricas do país. [...] eram: 02 escolas em Pernambuco, 03 no Amazonas, 06 na Paraíba, 01 no Rio de Janeiro, 01 no Paraná, 05 em Alagoas, 01 no Pará, 02 no Espírito Santo, 01 no Distrito Federal, 02 no Mato Grosso, 05 em Goiás, 01 no Maranhão, 01 no Rio Grande do Sul, além das escolas primárias da Escola Politécnica de São Paulo, para as quais a fonte não relata a quantidade. (NAVES, 2013, p. 81).

Entre estes anos, o governo federal contribuiu para a expansão da CNEG, especialmente no governo Juscelino Kubistchek, tendo em vista que o então presidente considerava o ensino secundário uma importante possibilidade para os ganhos sociais e consequente avanço no setor econômico, ao propiciar o acesso ao ensino superior. Para Cunha (1991), Juscelino reconhecia a necessidade de investir em professores, técnicos, administradores e inspetores, e em 1958 reconheceu a relevância da preparação de técnicos de nível médio para trabalhar no magistério, na indústria e comércio.

Silva (2002) destaca que o Ministro da Educação Clóvis Salgado “[...] *sentia a necessidade de difundir a CNEG.*” (SILVA, 2002, p. 4, grifo do autor). Felipe Tiago Gomes afirma que a CNEG ganhou mais visibilidade quando a primeira dama Sarah Kubistchek tornou-se presidente da entidade, favorecendo o grande volume de recursos neste governo. Sarah Kubistchek ocupou o cargo na presidência da Campanha entre 1956 a 1957. Cabe ressaltar que a expansão partiu além do estímulo dos governantes, por solicitação desses. Nesse período, segundo Silva (2002), 250 prefeituras solicitaram escolas, das quais 23 foram atendidas.

Para melhor exemplificar elaboramos o mapa representado na Figura 1, que, de acordo com o Projeto de Lei nº 4.421, de 17 de maio de 1954, apresenta as escolas da Campanha no Brasil.

Figura 1 - Mapa dos estados contemplados pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, em 1954.



Fonte: Brasil (1954).

No ano de 1954, como observado nos arquivos encontrados, cumprindo com suas finalidades, a Campanha mantinha oitenta e oito educandários do ciclo secundário, inteiramente gratuitos, que funcionavam sob o regime de inspeção por parte do Ministério da Educação e Cultura, contanto, no período em questão, com a matrícula de cerca de doze mil alunos em todo o território nacional.

Cabe ressaltar que no período delimitado neste estudo os alunos não pagavam mensalidades para frequentar o ensino secundário na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, pois, como já mencionado, o intuito era popularizar a educação secundária às classes menos favorecidas. No entanto, seu ideal ao longo da história foi alterado, sendo que a partir de 1983 a Campanha passou a cobrar mensalidades de seu alunos, após o falecimento de Felipe Tiago Gomes e a perda de recursos públicos com o investimento da União na educação pública.

A Campanha cresceu e foram fundadas diversas instituições em várias localidades do país. De acordo com Ferrer (2010), até o início do século XXI fundou-se mais de 2.000 escolas espalhadas pelo Brasil, que compunham uma rede de escolas que esteve presente em cidades carentes de educação. Em 2001, com as mudanças no cenário educacional, a CNEG perdeu força devido a leis que obrigavam o Estado a arcar com a educação, e assim,

[...] a CNEC parece ter perdido a razão de ser. Sem a subvenção do dinheiro público e tendo que se manter a partir de seus próprios recursos, não restou nenhuma alternativa senão cobrar mensalidades escolares de seus alunos, o que não a diferenciava em nada da rede de estabelecimentos particulares, partindo para a livre concorrência. As escolas começaram a fechar, após um redirecionamento da administração que assumiu o controle no Brasil e uma após outra foram fechando, ficando apenas aquelas que estivesse com as contas sanadas. (FERRER, 2010, p. 14).

Para Felipe Tiago Gomes, a ideia conseguiu atingir seu propósito e foi além, pois tinha em seu ideal fundar apenas um ginásio, no entanto, a Campanha se espalhou e transformou-se na maior obra comunitária das Américas.

Em suma, compreendemos no presente capítulo que o campo analisado era constituído por poucas escolas secundárias, a maioria de iniciativa particular. Os agentes desse campo eram os ginasianos que não possuíam capitais nem força simbólica para legitimar a Campanha em Recife e nas cidades circunvizinhas, o que os levou a mobilizar estratégias, como a distribuição de panfletos, utilização da imprensa e o constante pedido para autoridades visitarem a Campanha, para assim conferir-lhe representação perante a sociedade recifense. Destarte, com auxílio de outros agentes, da imprensa e de recursos públicos, a Campanha se legitimou no Recife e ganhou força para se expandir para outros estados, incluindo o Mato Grosso, no ano de 1949.

3 CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS EM MATO GROSSO: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Neste capítulo temos como escopo compreender como ocorreu a instalação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso, focalizamos o contexto histórico do estado e os indícios de instalação da Campanha. Mobilizamos fontes da historiografia e da memorialística, a fim de compreender o estado e o município, bem como aspectos específicos da criação de instituições ligadas à referida Campanha. Buscamos o cruzamento com documentos públicos e a observação de sua materialização no estado, nas cidades contempladas, nos ginásios fundados e agentes, que foram analisados com aportes da teoria bourdieusiana.

3.1 Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso (1949-1963)

Neste tópico temos como objetivo compreender o campo educacional do Sul do estado de Mato Grosso, no qual a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos se instalou, especificamente no que se refere aos aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais. Para tanto, inicialmente recorreremos à historiografia como Marcílio (1963), mas principalmente a dissertações e teses que retratam o estado de Mato Grosso do Sul na década em estudo, 1949-1963, e outros os estudos, como os de Oliveira (2014), Brito (2001) e Jacomeli (1989), dentre outros.

Para Oliveira (2014), Mato Grosso passou pelo processo de modernização projetado nos séculos XVII e XVIII e, conseqüentemente, a educação e o ensino secundário tornaram-se símbolo de modernidade e de progresso. Com a efervescência do humanismo advindo das transformações ocorridas no século XVII, o progresso passou a figurar como tema dos debates, no bojo das críticas que líderes como Francis Bacon já declaravam aos métodos antigos, defendendo a necessidade de avanços em vários campos. Nesse sentido, as transformações que começam a tomar corpo no século XVIII, com o advento do Iluminismo, puderam concretizar o início da modernidade. Kant (1989) citado por Boto (2003, p. 3) esclarece: “O Iluminismo tinha, assim, a crença de que o ser humano traria com ele a ‘vocação para o pensamento livre’” e este, por sua vez, requeria o preparo da desenvoluç o racional para aprimorar-se e, para além da potência, atualizar-se em ato.

Cahen (1970) ressalta que os iluministas compreendiam a instru o como processo de progresso do próprio indivíduo aperfeiçando-o. Diderot (1995) compreendia que instruir uma

nação equivalia a civilizá-la, ou seja, a educação tinha papel primordial no progresso e modernização.

A versão brasileira do Iluminismo apresentou-se no período colonial e fez-se efetiva pelas ações de Marques de Pombal, a partir de 1750, com reformas para a modernização, laicidade e desenvolvimento da área comercial. Boto (2011) adverte que o movimento iluminista no Brasil não ocorreu de forma reflexa ao francês, mas obteve outros desdobramentos e facetas tendo em vista as diferentes condições a ele impostas.

Condorcet (1793) em “*Esquisse d’un tableau historique des progrès de l’esprit humain*” (Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano) corroborou para uma nova ideia do tempo cíclico de progresso, exaltando o moderno. (OLIVEIRA, 2014). E com as *Cinq mémoires sur l’instruction publique* (Cinco memórias sobre a instrução pública) apresentou sua ideologia no que tange à instrução pública, laica, gratuita e universal. O iluminista assim afirmava:

Tal deve ser ainda o objetivo da instrução; e é, para o poder público, um dever imposto pelo interesse comum da sociedade, e de toda a humanidade. [...] a educação tão igual quanto universal; de outro, tão completa quanto as circunstâncias pudessem permitir [...] dar a todos igualmente a instrução que possível de se estender a todos. (CONDORCET, 2010, p. 235-236).

Deste modo, a modernidade e o progresso se mantiveram atrelados à educação, considerada como instrumento capaz de inculcar no homem um novo *habitus*, um meio de transformá-lo socialmente.

Oliveira (2014) apresenta as contribuições de Auguste Comte e o “Curso de Filosofia Positiva”, que em seu bojo remonta as ciências e a razão como basilares de uma sociedade desenvolvida rumo ao progresso. A educação precisaria ser regida sob a égide da racionalidade e do ensino científico a partir da Matemática e, posteriormente, Astronomia, Física, Química, Fisiologia e Física Social.

O Positivismo instaurou-se no Brasil ainda no Império (1822), influenciando o projeto da República. Na educação, passou a ser aceito com uma nova proposta de ensino científico adotada em instituições. Segundo a referida autora, Condorcet e Comte influenciaram seus ideais na ideologia da política no Brasil, uma vez que:

[...] discutia-se no seio da intelectualidade o significado da instrução pública para uma sociedade democrática, o projeto de uma escola estatal, pública, gratuita e universal, a projeção da educação laica assentada na secularização do Estado separado da Igreja, a articulação entre os vários níveis de ensino. (OLIVEIRA, 2014, p. 63).

Assim sendo, a educação tornou-se um projeto civilizador, enquanto no Iluminismo os ideais da Modernidade efervesciam e se concretizavam em uma educação controlada pelo Estado, gratuita e universal.

A modernidade, no entanto, caracterizou-se em cada região de acordo com suas especificidades e seu vigor econômico e político. O estado de Mato Grosso, tido como “atrasado”, passou por mudanças com a exploração fluvial na cidade de Corumbá, caracterizada como espaço internacionalizado e polo comercial, haja vista o maior aproveitamento do rio Paraguai, que se tornou o canal principal entre Mato Grosso e a corte do Rio de Janeiro.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento econômico e modernização do estado no século XX foi a chegada do telégrafo e da eletricidade, bem como a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil³¹, que, segundo Oliveira (2014), tornou-se símbolo de modernidade, promovendo Mato Grosso a estado promissor e rumo ao progresso.

Segundo Jacomeli (1998), com o advento da República em Mato Grosso os ensinos primário e secundário foram repassados para os estados e mantidos descentralizados com a Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

[...] a constituição de 1891 institui a forma federativa e retoma a tradição que vinha do Ato Adicional de 1834, transferindo a instrução primária aos Estados, aos quais ficou assegurada a organização do ensino geral e reservando, mas não privativamente, a atribuição de criar instituições do ensino secundário e superior nos Estados e prover à instrução no Distrito Federal, antigo Município Neutro. (AZEVEDO *apud* JACOMELI, 1998, p. 31).

Nesse sentido, tal forma de organização ultrajou a situação educacional e, desta maneira, a instituição da República acabou não impulsionando uma política educacional nacional. O ensino secundário em Mato Grosso permaneceu estagnado, sem muitos avanços, tendo em vista que a prioridade era dada para outros níveis de ensino. Com a autonomia dos estados, os sistemas escolares estaduais apresentavam um curso irregular, haja vista as diferenças de nível econômico de cada um. Neste ínterim, os estados, seguindo uma linha de desenvolvimento que se voltava para o investimento no ensino primário e normal, deixando de fora o ensino secundário, haja vista a sua não obrigatoriedade.

Nessa linha, o ensino secundário público foi mantido em Mato Grosso nos moldes das aulas régias, embora tenha havido tentativas de organizá-las em um espaço, quando se criou o

³¹ A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil iniciou-se na cidade de Bauru em 1905 com previsão de chegada a Cuiabá. No entanto, o percurso foi alterado para concluir seu trajeto em Corumbá, o que não se concretizou. Sua finalização ocorreu em 1914, indo até Porto Esperança. (OLIVEIRA, 2014).

Liceu Cuiabano na capital do estado, Cuiabá, em 1848. No entanto, a iniciativa não passou do papel. Apenas em 1880 o Liceu foi realmente criado pela Lei Provincial nº 536, de 3 de dezembro de 1879.

Segundo Britez (2014), a instrução pública secundária no século XIX permaneceu na capital, com o Liceu Cuiabano oferecendo os ensinamentos secundário, profissional e normal e a Escola Normal Pedro Celestino a formação de professores. O Liceu Cuiabano possuía um cunho moralizador “[...] cujo objetivo era formar a elite mato-grossense para cumprir seu papel de propulsora do progresso e formar as camadas populares para se submeterem às classes dominantes.” (BRITTEZ, 2014, p. 90).

Figura 2 - Primeira sede do Liceu Cuiabano.



Fonte: Album Graphico de Matto-Grosso (1914).

Oliveira (2014), analisando os relatórios dos presidentes (governadores) do estado de Mato Grosso ao longo do século XIX, constatou suas preocupações com a obrigatoriedade do ensino primário e adequação à modernização do ensino. Todavia, poucas eram as instituições em funcionamento e, por volta de 1930, o estado contava com apenas uma instituição pública, o Liceu Cuiabano, sendo as outras cinco instituições, Liceu São Gonçalo, Colégio Salesiano Santa Teresa, Ginásio Maria Leite, Ginásio Municipal Dom Bosco e Colégio Osvaldo Cruz, de iniciativa privada, ainda que contassem com subvenções públicas para seu funcionamento.

Até 1930, a falta de diretrizes para uma prática escolar e a existência de variados sistemas educacionais organizados pela autonomia dos estados corroboraram para a ausência de uma unidade de estrutura da educação nacional. Dessa maneira, os sistemas escolares da União e dos estados eram caracterizados pela dualidade de sistemas, pois, se por um lado havia

o ensino popular destinado às classes menos favorecidas, composto pelo ensino primário, normal e técnico-profissional, do outro lado estava o ensino para a classe dominante, caracterizado pelo ensino secundário e superior. (JACOMELI, 1998).

Em 1914, Campo Grande, situada a aproximadamente 706 quilômetros de distância da capital do estado, Cuiabá, beneficiou-se da instalação da Noroeste do Brasil, que efetivou a abertura da linha tronco da ferrovia, conectando o estado de São Paulo com o interior de Mato Grosso.

Ao receber os trilhos, Campo Grande teve seu centro comercial alterado. Antes da sua instalação, este se localizava à Rua Velha (atual Rua 26 de Agosto) e após, com a Estação Ferroviária de Campo Grande, movimentou-se para Rua João Pessoa (atual Rua 14 de Julho), que se transformou, assim, em novo local de comércio. Com tais mudanças, Campo Grande tornou-se cidade *locus* de comunicação com o país, o que contribuiu para um prestígio no que tange à modernidade.

A cidade, até então denominada como “vila”, ganhou um Código de Posturas Municipais em 1905, que regulava o comércio, construções e outros assuntos. Segundo Arruda (2008), após a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a pequena vila teve suas construções transformadas, agora de forma planejada e arquitetada pelo engenheiro Nilo Javary Barém.

Em 1914, com a chegada da Noroeste do Brasil, inaugurou-se a estação de Campo Grande e, com ela, o desenvolvimento e progresso. Dessa forma, Campo Grande destacou-se e tornou-se uma das cidades mais importantes do Sul de Mato Grosso. Pode-se afirmar que por esse motivo a Campanha tem sua instalação em Campo Grande, além da intervenção da então secretária da Prefeitura, Oliva Enciso, que possuía um trabalho com educação.

Apenas em 1937, no governo do interventor federal Julio Strübing Müller, houve investimento na educação secundária no Sul de Mato Grosso, quando foi fundado o Ginásio Municipal Maria Leite, em Corumbá. No ano seguinte, 1938, fundou-se o Liceu Campo-Grandense, na cidade de Campo Grande.

Para Arruda (2008, p. 3) os edifícios educacionais ao longo do século XX eram arquitetados em perímetro urbano, “[...] ocupando sempre espaços centrais, privilegiados, ao lado da praça principal, dotados de uma arquitetura imponente, resultado do padrão social da classe dirigente.” O autor supramencionado afirma que estas eram escolas destinadas aos grupos das elites e, assim, sua arquitetura havia que imprimir sua imponência nos prédios. Em contrapartida, outras cidades careciam deste nível de ensino.

No Sul de Mato Grosso, a cidade de Campo Grande começava a representar-se como centralizadora do desenvolvimento na região sul, pelo desenvolvimento impulsionado pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e como capital militar, pela transferência do Comando da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande, em 1921. Todavia, tal posição não a favoreceu no que tange aos auxílios financeiros ou investimentos por parte do estado, principalmente em relação à instrução primária e secundária. Como não obteve auxílio público para o investimento em educação, a parte Sul do estado foi contemplada pela iniciativa privada.

O sul de Mato Grosso, carecendo de instrução secundária estatal, foi suprido pela iniciativa privada, com a criação da Sociedade de Instrução Corumbaense, em março de 1918, sob a iniciativa da professora Maria Leite Pedroso de Barros, que iniciou em Corumbá as aulas avulsas de secundário particular, este posteriormente transformado em Ginásio Municipal Corumbaense. Em 1928, foi criado o Ginásio Maria Leite, pela iniciativa particular. Assumido pelo Governo Estadual em 1937, recebeu a denominação de Ginásio Estadual Maria Leite. (SOUZA, 2010, p. 12).

O setor privado avançava cada vez mais, tendo em vista as subvenções concedidas pelo poder público, contando com prédios próprios ou alugados, que funcionavam com professores advindos de São Paulo e Rio de Janeiro. Oliveira (2014) ressalta que Cuiabá detinha exclusividade na educação secundária gratuita, ofertada às camadas privilegiadas da sociedade, e com o início do século XX outros horizontes puderam ser explorados.

O Liceu Cuiabano, como instituição pública, utilizava de processos de seleção, como o exame de admissão, apresentando grande número de reprovações. Entre os anos de 1926 a 1929, por exemplo, formaram-se apenas dez bacharéis no Liceu. A seletividade causava um problema dúbio: se, por um lado, o exame contribuía para a excelência dos que adentravam ao espaço escolar, mantendo-se nele somente uma camada privilegiada, por outro, aumentava-se a preocupação com aqueles que não passavam em tal exame.

Isso posto, o setor privado encontrava espaço nesse campo. Para Oliveira (2014), o estado investia em instituições públicas e privadas com vistas a instituir uma educação moderna, que fosse capaz de progredir com seus discentes. Tal prática denominada como “auxílio do estado” para instituições de iniciativa privada ocorreu no governo de Mario Corrêa da Costa (1926-1930).

Na Tabela 3 estão dispostos valores subvencionados a instituições secundárias:

Tabela 3 - Relação das subvenções do governo do estado de Mato Grosso às instituições privadas de educação secundária, em 1928

Instituições	Valor
Gymnasio Municipal [Dom Bosco]	10:000\$000
Escola Commercial Corumbá	10:000\$000
Instituto Commercial Antônio Corrêa, da capital	10:000\$000
Missão Salesiana, para manutenção de 30 alunos no Lyceu S. Gonçalo e 30 alumnas no Asylo Santa Rita	31:500\$000

Fonte: Matto Grosso (1928).

Organização: Oliveira, 2014.

Importante ressaltar que o estado, como podemos observar, subvencionou a iniciativa privada desde muito cedo. A Campanha também recebeu muitos recursos e doação de terreno, como veremos mais adiante

Face ao exposto, a compreensão que se tem do campo no período é que as escolas gratuitas de ensino secundário eram poucas, o estado de Mato Grosso caracterizava-se por uma imensa extensão territorial, cerca de 1.231.549 quilômetros quadrados e 93 municípios e apenas em 8 cidades havia ensino secundário. Segundo Britez (2014), a educação secundária permaneceu concentrada em Cuiabá, pois apenas oito instituições ofereciam o ensino secundário em todo o Mato Grosso. A seguir apresenta-se no Quadro 4 as instituições do período.

Quadro 4 - Instituições de educação secundária em Mato Grosso de 1880 a 1942

Ano de criação	Instituição	Iniciativa	Cidade
1880	Liceu Cuiabano	Pública	Cuiabá
1917	Instituto Pestalozzi	Privada	Campo Grande
1918	Sociedade Instrução Corumbaense	Privada	Corumbá
1927	Instituto Oswaldo Cruz	Privada	Campo Grande
1928	Escola do Comércio	Privada	Corumbá
1937	Ginásio Municipal Maria Leite	Pública	Corumbá
1938	Liceu Campo-Grandense	Pública	Campo Grande
1942	Ginásio Dom Bosco	Privada	Campo Grande

Fonte: Britez (2014).

Organização: Astofe, 2018.

Das instituições secundárias deste período, três instituições públicas ofereciam o ensino secundário gratuito, localizadas em cidades diferentes. No entanto, as instituições de iniciativa

particular, predominantes, possuíam mais de uma instituição em algumas cidades, com maior número em Corumbá (duas) e Campo Grande (três).

O Quadro 4 demonstra também a concentração de ginásios de ensino secundário em três cidades, deixando à mercê as outras regiões do estado, tornando-se claro que a educação acompanhava o vigor econômico de cada região, como em Campo Grande e Corumbá. Como exemplo, citamos Corumbá, município portuário,

[...] situado às margens do rio Paraguai, a meio caminho dos centros urbanos de maior destaque em âmbito regional (Cáceres e Cuiabá, em Mato Grosso e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul), aparece também como a mais importante cidade brasileira na fronteira do Brasil com a Bolívia. Estes dois fatores — sua localização privilegiada na bacia do Alto Paraguai e a proximidade com a Bolívia — vão marcar, neste contexto, o desenvolvimento da cidade, desde seus primórdios, no século XVIII. Da mesma forma, após a Guerra da Tríplice Aliança, no final do século XIX a efetiva abertura da navegação no rio Paraguai fez de Corumbá um dos centros comerciais de maior importância em Mato Grosso, porto internacional responsável pelo abastecimento das cidades do interior do estado (Campo Grande, Cuiabá, Cáceres, Coxim e outras), com mercadorias vindas de todas as regiões do Brasil e do exterior, além do escoamento da produção local. (BRITO, 2001, p. 47-48).

Desse modo, até 1938 não era ofertado em Campo Grande este nível de ensino de forma gratuita à população. Cabe ainda ressaltar que adentrar neste espaço demandava passar pela seleção do exame de admissão, o que na prática significava que apenas um seleto grupo podia acessar a educação.

Brito (2001) resalta os poucos investimentos em educação, tanto primária como secundária, evidenciando o financiamento do ensino secundário:

Outro aspecto interessante a assinalar sobre o ensino médio público³² nesse período diz respeito ao seu financiamento. Uma vez que o Regulamento de 1927, em seu artigo 2º, estendia a gratuidade do ensino apenas à escola pública primária, para alunos na faixa de 7 a 12 anos, a escola secundária manteve-se ao largo desta exigência. Ao contrário, seus alunos despendiam um certo montante de recursos para a permanência e conclusão dos cursos. (BRITO, 2001, p. 78).

Nesse sentido, apenas aqueles que dispunham de recursos financeiros poderiam arcar com os custos dos estudos secundários, intensificando ainda mais a dicotomia entre o ensino para a classe trabalhadora e o ensino para grupos das elites.

Segundo a autora supramencionada, as taxas eram cobradas nos Liceus Cuiabano e Campo-Grandense e Escolas Normais públicas, de acordo com a Lei nº 49, de 10 de outubro de 1936. Esse quadro alterou-se em 1939, com o Decreto-Lei nº 254, de 15 de março de 1939, que

³² A autora se refere ao ensino secundário público como ensino médio público.

dispensava os filhos de operários pobres das taxas de matrícula e frequência nos estabelecimentos de ensino secundário. (BRITO, 2001). Tendo em vista a falta de ginásios de ensino secundário público, a educação secundária se manteve elitizada e dual, uma vez que visava formar a classe dirigente do País.

Em síntese, em todos os casos, a principal força da imposição do reconhecimento da cultura dominante como cultura legítima e do reconhecimento correlativo da ilegitimidade do arbitrário cultural dos grupos ou classes dominantes reside na exclusão, que talvez por isso só adquira força simbólica quando toma as aparências da autoexclusão. Tudo se passa como se a duração legítima do trabalho pedagógico que é concedido às classes dominadas fosse objetivamente definida como o tempo que é necessário e suficiente para que o fato da exclusão adquira toda a sua força simbólica. (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Dessa maneira, o discurso da escola universal e igual para todos, na verdade, subjaz uma exclusão realizada por meio de exames. No ensino secundário os exames de admissão selecionavam aqueles aptos para adentrar a este nível de ensino, era preciso ter conhecimentos prévios, selecionados pela classe dominante, para fazer parte deste seletivo grupo. Assim sendo, os exames serviam para selecionar quais agentes são capazes de permanecer na escola.

De acordo com Bourdieu e Passeron (1992, p. 171): “[...] nada é mais adequado que o exame para inspirar a todos o reconhecimento da legitimidade dos veredictos escolares e das hierarquias sociais que elas legitimam.” Nesse sentido, os exames ressaltam aqueles que estão aptos para receber a certificação escolar. Do mesmo modo que as outras práticas escolares, os exames são aplicados seguindo a lógica dominante do que é legitimado como um saber.

Segundo Brites (2014), a escola exerce a reprodução social pela reprodução da cultura, e perpetua a estrutura social de hierarquização, imposta por uma classe a outra. A autora afirma que o ensino secundário cumpriu duas funções: “[...] a formação humanística das classes dominantes e médias e oportunizou às classes populares a formação para o campo de trabalho, mantendo a reprodução das desigualdades sociais.” (BRITTEZ, 2014, p. 44). Ou seja, a educação era marcada pela dualidade, o ensino para a classe trabalhadora e o ensino para as classes dominantes. Dessa maneira, nesse campo, o que estava em jogo e era objeto de disputas era o ensino secundário gratuito no Mato Grosso, tendo em vista a falta de escolas, em especial na cidade de Campo Grande.

Isso posto, Marcílio (1963) nos apresenta, por meio da historiografia, que o governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo, empossado em 1947, configura-se como pertinente no contexto anterior à instalação da CNEG, pois, no ano posterior à sua posse, sancionou a Lei n.º 53, de 26 de dezembro de 1948, que reorganizou o Departamento de Educação, o qual passou

a ser constituído como: Divisão de Administração, Divisão do Ensino Primário e Divisão do Ensino Médio. A responsabilidade desta última divisão era de administrar, fiscalizar e orientar o ensino de instituições públicas e privadas.

Já no ano de 1951, com a criação, pelo governador Fernando Corrêa da Costa, do Serviço de Orientação do Ensino Primário e de Assistência à Administração Educacional, foram implementadas diversas medidas na Educação Pública, sendo construídos e inaugurados prédios para funcionamento do ensino secundário em cidades como Guiratinga, Poxoréu, Poconé, Rosário Oeste e Paranaíba. (MARCÍLIO, 1963).

No ano de 1953, a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde foi implantada, tendo Rubem Alberto Abbott de Castro Pinto como seu titular. Referindo-se ao discurso feito pelo secretário, Marcílio (1963, p.181) o caracteriza como: “Moço inteligente, operoso e sobretudo entusiasta dos problemas da educação, a eles ligados através de sua atuação junto à Campanha Nacional dos Ginásios Gratuitos³³, e como autor também que fora de um projeto de lei criando ginásios [...]”. O titular da Secretaria Rubem Alberto Abbott de Castro Pinto contribuiu para a instalação da CNEG na cidade de Bela Vista, no ano de 1950, com o auxílio de Oliva Enciso, como veremos mais adiante.

Como assinala Marcílio (1963), o ensino secundário manteve-se por certo período restrito ao Liceu Cuiabano em Cuiabá, e obteve investimentos na educação pública a partir de 1951. Apenas em 1949 Campo Grande contou com seu segundo ginásio de ensino secundário gratuito, o Ginásio Barão do Rio Branco.

Extender-se-ia ao Estado em 1949 a Campanha Nacional dos Ginásios Gratuitos, que a 12 de novembro desse ano promove sob patrocínio da Sociedade Miguel Couto, a sua primeira reunião. Foram animadores desse movimento, os Drs. Felipe Tiago Gomes, Paulo Coelho Machado, a professora Maria Constança de Barros Machado, Carlos Schrader e Oliva Enciso. Dessa primeira reunião resultou a criação do Ginásio Gratuito “Barão do Rio Branco”, em Campo Grande. (MARCÍLIO, 1963, p. 172).

No que tange ao campo anterior à instalação da CNEG em Mato Grosso, é possível constatar que haviam poucas escolas secundárias, em especial na cidade de Campo Grande. O campo era envolto por lutas e disputas daqueles que buscavam legitimar o ensino secundário privado (com fins lucrativos), pois, tendo em vista a falta de instituições públicas, o ensino secundário convertia-se em bem simbólico. Por outro lado, a Campanha Nacional de

³³ A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em diversos estudos pode ser encontrada com diferentes nomenclaturas como: Campanha de Educandários Gratuitos, Campanha dos Ginásios Gratuitos e Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Neste trabalho utilizaremos a nomenclatura dada no período delimitado do estudo entre 1949 a 1963, em Mato Grosso.

Educandários Gratuitos adentra neste espaço, no qual um grande número de escolas secundárias privadas disputavam por sua legitimidade, fundando o Ginásio Barão do Rio Branco com o intuito de oferecer o curso ginasial no ensino secundário de forma gratuita.

Em síntese, o campo apresentava-se permeado por disputas para a legitimação do ensino secundário, que neste momento histórico era majoritariamente privado. Nesse espaço social, a população menos favorecida contava com apenas três instituições públicas, que, no entanto, possuíam rigorosos exames de admissão, inviabilizando o seu acesso. A CNEG surgiu neste espaço com a finalidade de oferecer gratuitamente o curso ginasial, contribuindo, portanto, ao se instalar em Campo Grande e a *posteriore* em outras regiões, para a expansão do ensino secundário em todo o estado de Mato Grosso.

Compreendemos a educação secundária como legitimadora das classes dominantes, tendo em vista a posse dos capitais econômico e cultural das/e para as elites dirigentes. O ensino secundário possuía caráter seletivo, pois somente aqueles que dispunham de determinados capitais tinham acesso a este nível de ensino. Retomando Nunes (2000), o exame de admissão acentuava ainda mais a dicotomia entre o ensino para a classe trabalhadora e o ensino para os grupos das elites, e tornava-se cada vez mais a linha divisória entre o ensino primário e secundário.

3.2 A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos sob a ótica dos memorialistas do estado de Mato Grosso

Este tópico tem por objetivo compreender a instalação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos entre os anos de 1949 a 1963, por meio de fontes da memorialística de Mato Grosso. Para tanto, buscamos delinear aspectos econômicos, políticos e educacionais pela sua lente, utilizando autores como Enciso (1986), Oliveira (1986), Sá Rosa (1990, 1999), Martins (2010) e Martins (2013).

Importante ressaltar que a escolha dos memorialistas não se deu por acaso, mas todos tiveram peso no que tange ao que chamamos de “rede de relações”. Oliva Enciso teve papel fundamental em todo o processo de implantação e consolidação da CNEG em Mato Grosso e, baseados em suas memórias, procuramos outros agentes que pudessem contribuir com suas narrativas para este estudo. Sá Rosa (1990; 1999) fez diversas entrevistas com personalidades da sociedade campo-grandense, dentre eles destacamos José Barbosa Rodrigues, que foi o primeiro secretário do ginásio em Campo Grande, e Paulo Coelho Machado, que fez parte da primeira Comissão Estadual da CNEG em Mato Grosso.

Já Wilson Barbosa Martins (2010) fundou o partido União Democrática Nacional (UDN) e atuou como prefeito de Campo Grande no período em questão, tendo Oliva Enciso trabalhado como sua secretária. Luiz Alexandre de Oliveira (1986) foi professor e dono do Ginásio Oswaldo Cruz, em Campo Grande, e contribui no contar da história de Campo Grande, principalmente a história da educação. Por fim, Demóstenes Martins (2013), que em sua obra “A poeira da jornada” retrata assuntos de cunho político, econômico e educacional, atuou como prefeito de Campo Grande.

As fontes da historiografia regional também auxiliaram na compreensão do processo educacional em Mato Grosso, dentre as quais citamos os trabalhos de Britez (2014) e Centeno (2007). Este último destaca a contribuição das obras memorialistas para a reconstituição da história de um lugar.

Mesmo não tendo formação profissional especializada ou não utilizando, de forma sistemática, métodos científicos, esses autores levantaram e transcreveram fontes, abordaram acontecimentos regionais e relataram detalhadamente fatos, alguns, inclusive, só contidos em seus escritos. Os registros são preciosos, mas em grande parte são, também, decorrentes de observações retiradas da realidade imediata, carecendo, portanto, de confronto com teorias ou estudos científicos já difundidos. (CENTENO, 2007, p. 223).

Segundo Britez (2014, p. 24) “[...] as obras memorialísticas são produções escritas por memorialistas que, a partir de seus escritos, compõem a historiografia sobre a região sul de Mato Grosso.” Para a autora, a partir das produções escritas por memorialistas, a historiografia regional passou a ser produzida. Os memorialistas eram moradores da região ou intelectuais que possuíam formação em Jornalismo, Direito e Engenharia Civil e produziam acerca de região que viviam com base nos estudos de fontes documentais.

Com o intuito de identificar os agentes (memorialistas) que por meio da memória expressaram um tempo e espaço, elaboramos o Quadro 5, que traz uma breve caracterização dos autores da memorialística que nos forneceram informações:

Quadro 5 - Caracterização dos agentes memorialistas.

Agente	Profissão	Livros
Luiz Alexandre de Oliveira	Advogado e professor	O mundo que eu vi (1986)
Wilson Barbosa Martins	Advogado, prefeito, deputado federal, governador e senador	Memória: janela da história (2010)
Demóstenes Martins	Advogado, vereador e prefeito	Marechal Rondon (1962) Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município (1972), História de Mato Grosso (1975), Uma Comarca (1978), A poeira da jornada: memórias (1980) e In memoriam: Fernando Corrêa da Costa (1989).
José Barbosa Rodrigues	Professor e jornalista	Palavras de um professor (1949); Mato Grosso do Sul (1978); "Campo Grande, meu amor" (1978); "Isto é Mato Grosso do Sul", (1978); "História de Campo Grande" (1980); "Estórias da Terra Matogrossense" (1983); "História de Mato Grosso do Sul"(1985); e "Meus Haicais" (1987).
Paulo Coelho Machado	Advogado, pecuarista, professor e vereador	A parceria pecuária (1972); A criminalidade em Mato Grosso (s/d) Processo e julgamento de nosso Senhor Jesus Cristo (1954); Arlindo de Andrade, primeiro Juiz de Direito de Campo Grande (1988); Pelos ruas de Campo Grande (2008).
Oliva Enciso	Professora, vereadora e deputada estadual	Palavras de Poesia; Pensai na educação, brasileiros! (1995); Mato Grosso do Sul Minha Terra (1986).

Fontes: Enciso (1986); Oliveira (1986); Quarti; Jalles (2014); ASL (2014); Dourados News (2003); Britez (2010).
Organização: Astofe, 2018.

De maneira a exemplificar por meio da condição social de cada agente memorialístico a compreensão da expressão de uma parcela da sociedade, buscamos apresentar uma breve biografia de cada agente, descritos a seguir.

O primeiro, Luiz Alexandre de Oliveira, foi um aluno da classe trabalhadora, sem condições econômicas de frequentar um curso secundário. Nasceu em 14 de abril de 1903, em Minas Gerais, filho de Januária Maria de Oliveira, que teve cinco filhos, mas somente três sobreviveram. Luiz Alexandre de Oliveira nasceu cego e recuperou parte da visão aos três anos de idade. Abandonados pelo pai, Januária trabalhou como lavadeira e cozinheira. Com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a eminente efervescência de trabalho, mudaram-se para Aquidauana, em Mato Grosso.

Com o intuito de trabalhar nas obras de abastecimento de água e na construção do prédio da circunscrição militar, Luiz Alexandre mudou-se para Campo Grande, onde foi aluno do Instituto Pestalozzi no curso primário e secundário. Trabalhou como vigilante da escola quando frequentava o curso ginásial e lecionou no curso primário para pagar seus estudos. Atuou como professor e diretor da escola Visconde de Cairu e fundou o Instituto Rui Barbosa de ensino primário em 1923. Formou-se professor em 1928. (BRITTEZ, 2010).

O segundo autor da memorialística que mobilizamos, Wilson Barbosa Martins, nasceu em Campo Grande, em 21 de junho de 1917, filho de Henrique Martins e Adelaide Barbosa Martins. Já tendo posse de capital social e econômico, pois vinha de família de políticos, como seu tio Vespasiano Barbosa Martins e seu irmão Plínio Mendes, atuou no meio político como prefeito de Campo Grande, deputado federal, senador e governador do atual estado de Mato Grosso do Sul. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo. (QUARTI, JALLES, 2014).

O terceiro, Demóstenes Martins, nascido em 26 de outubro de 1984, na cidade de Goiana, estado de Pernambuco, bacharelou-se em Direito em 1919. A sua atuação política iniciou como prefeito de Nioaque, foi vereador em Bela Vista, prefeito em Campo Grande, Secretário de Estado de Interior, Justiça e Finanças de Mato Grosso, de 1951 a 1952, Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas, de 1952 a 1956 e Secretário do Interior, Justiça e Finanças, de 1962 a 1966. (ASL, 2014).

O quarto memorialista, José Barbosa Rodrigues, ao ser entrevistado por Sá Rosa (1999) no livro “Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce”, conta que nasceu em família economicamente desfavorecida, no entanto, ao longo de sua vida construiu laços de amizade que foram capazes de ampliar seu capital social e simbólico, tornando-se dono do jornal “Correio do Estado”, que era ligado ao partido UDN e ao campo educacional.

O quinto memorialista, Paulo Coelho Machado, nasceu em São Paulo, filho de Eduardo Olímpio Machado e Elvira Coelho Machado, foi casado e teve quatro filhos. Alfabetizou-se em Campo Grande, formou-se em Direito pela Faculdade Fluminense do Rio de Janeiro, atuou

como professor e, pela sua representatividade na sociedade, adentrou diversos campos. No campo social, exerceu cargos de presidente de entidades de classe e sociais, tais como: Associação dos criadores do Sul de Mato Grosso, Cruz Vermelha de Campo Grande e Rotary Clube de Campo Grande, entre outras. (BRITTEZ, 2010).

No campo econômico, Paulo Coelho Machado tonou-se um dos maiores pecuaristas do estado, tendo em vista que sua família era detentora de grandes áreas de terra, o que ocasionou diversos prêmios. Destarte, com grande representatividade, Paulo Coelho Machado fez parte do campo político e atuou como vereador de Campo Grande por duas vezes. Pesquisas acadêmicas sobre a história de Mato Grosso do Sul, Amarilha (2006), Bittar (2009), entre outros, apontam que Paulo Coelho Machado foi um dos principais articuladores da divisão do estado de Mato Grosso. (BRITTEZ, 2010).

E, por último, caracterizamos a memorialista Oliva Enciso. Nascida em Corumbá, na fazenda Taquaral, chegou a Campo Grande aos 14 anos de idade, e lecionava como professora do ensino primário em troca de uma bolsa de estudos no Instituto Pestalozzi de João Tessitore Júnior. Ingressou na Prefeitura no ano de 1930, onde atuou por muitos anos, fez diversas amizades com prefeitos e trabalhou em prol da educação. Em 1955, adentrou na vida política pelo partido União Democrática Nacional (UDN), tornando-se a primeira mulher a ingressar na Câmara Municipal e exercendo o cargo de vereadora até 1959. No mesmo ano, recebeu o convite para o cargo de deputada estadual em Cuiabá, sendo eleita com enorme pleito eleitoral.

Em sua atuação política, diversos de seus projetos abarcavam as classes menos favorecidas, dentre elas destacamos: a Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante, fundada em 1940, com o intuito de socorrer o estudante necessitado. Segundo Enciso (1995, p. 3), “Socorrer um indigente – é um gesto de caridade. Mas evitar que uma criança de hoje seja indigente de amanhã – é a mais sublime das formas de se fazer caridade.”

De acordo com o exposto, compreendemos que os agentes memorialistas derivam de diversos campos da sociedade, Oliva Enciso e Luiz Alexandre de Oliveira eram de família trabalhadora e necessitaram do capital social e escolar para ascender socialmente. Já Wilson Barbosa Martins, Demóstenes Martins e Paulo Coelho Machado possuíam capitais econômicos, sociais, culturais, escolares e políticos que garantiam maior probabilidade de ascensão social e grande representatividade e legitimidade no ser e estar.

Desse modo, a rede de relações corrobora para a compreensão de diversas lutas, combates, entraves e disputas de poder em um jogo dentro do campo. Para Seidl (2017), os agentes se orientam em determinado espaço social movidos por uma lógica de competição e de

luta entre eles. Compreende-se que tais agentes atuavam em favor de interesses, de acordo com uma lógica pré-disposta, como em um jogo, a partir de suas regras.

As condições de socialização dos agentes, o tempo de exposição às regras e a aprendizagem de determinados códigos sociais que tornam naturais e evidentes a familiaridade com alguns universos sociais e suas questões são dimensão fundamental no desenvolvimento do sentido do jogo. (SEIDL, 2017, p. 241).

O gênero memorialista tem em seu interior o escopo de construir e afirmar uma identidade regional do Sul de Mato Grosso. Paulo Coelho Machado retrata Campo Grande em uma série de livros com tal intuito, já que a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a instalação do telégrafo fizeram com que Campo Grande competisse por prestígio com Corumbá e Cuiabá, até então as grandes cidades. Dessa maneira, acrescia-se uma rivalidade.

O outro lado desse estado passava a ser atrasado e, portanto, rejeitado, como se aquela situação estivesse por ser obrigatoriamente destruída para dar lugar ao novo, ao moderno. A reprovação do tipo de homem rural - índio, caboclo, pantaneiro, bugre -, desconhecedor do trato civilizado, não afeito ao trabalho metódico tomado por isso como indolente e preguiçoso. (OLIVEIRA, 2014, p. 72).

Nesse sentido, tornava-se necessário a criação do novo homem mato-grossense. Era preciso afirmar uma identidade regional, mas uma identidade nova, com a perspectiva do progresso e do moderno, que deixasse de lado o “estigma de barbárie” citado por Galetti (1995), que era veiculado prioritariamente pelas camadas intelectualizadas, que “[...] reduzia Mato Grosso a um estado de barbárie formado por selvagens violentos e contrários a tudo o que fosse moderno.” (OLIVEIRA, 2014, p. 72).

Bourdieu (1989) alerta que a identidade regional, por vezes, é pensada e construída. Nesse sentido, é preciso ter em consideração que tais representações podem apresentar estratégias de manipulação para uma inculcação em determinar as representações de forma legítima.

Segundo Bourdieu (2007), as lutas regionalistas podem ser caracterizadas como

[...] lutas pelo monopólio do fazer ver e do fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por esse meio, de fazer e desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 2007, p. 113).

Bourdieu assinala o caráter performativo do discurso regionalista, que visa impor como legítima uma nova definição de fronteira e de dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada. Nesse sentido, o ato de categorizar e ser reconhecida exerce um poder, e esse ato mágico só possui resultados se quem dá a existência tiver poder em sua palavra, é autorizado a autorizar, atingindo assim a eficácia do discurso performativo. Isso posto, tal discurso é exercido quando há o reconhecimento e crença que os membros do grupo lhe concedem. (BOURDIEU, 1989).

O regionalismo é um exemplo das lutas simbólicas em que os agentes estão envolvidos individualmente ou coletivamente, com o objetivo da conservação ou transformação das forças simbólicas. Nesta luta, são postos em jogo interesse poderosos e vitais, tendo em vista o valor da pessoa e sua identidade social, que está em jogo.

Oliveira (1986) retrata um cenário peculiar que outros memorialistas³⁴ não trazem: o estado de Mato Grosso não existia para o restante do Brasil. As duas cidades conhecidas eram Cuiabá e Corumbá, o Sul de Mato Grosso era ignorado por não ter comunicação. O evento que mudou este contexto foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que tornou o sul lugar propício para novos empregos.

José Barbosa Rodrigues, entrevistado por Sá Rosa (1999), retrata que Campo Grande possuía cerca de trinta mil habitantes em 1943, e suas ruas largas encantavam os novos habitantes em busca de emprego. A cidade encontrava-se com muitos hotéis cheios e “[...] os trens de primeira e de segunda despejavam centenas de pessoas de São Paulo, atraídas pela fama de um menino milagroso³⁵ no bairro Amambaí.” (SÁ ROSA, 1999, p. 97).

³⁴Entre os memorialistas selecionados.

³⁵De acordo com Maciulevicius (2016) era uma menina, que foi considerada santa após ser violentada e morta no bairro Amambaí em 1919. A Santa Carminha teve seu auge por volta de 1950 e pairou como uma lenda no imaginário regional.

Figura 3 - Vista parcial de Campo Grande, ao centro a Avenida Afonso Pena (1950)



Fonte: Revistas ARCA números 6, 8 e 15.

Martins (2013) retrata um pouco da cidade em 1937, quando Eduardo Olímpio Machado, pai de Paulo Coelho Machado, tornou-se prefeito e o convidou para exercer o cargo de secretário da Prefeitura, o que, para ele, era de suma responsabilidade, pois Campo Grande era um grande município. Segundo o referido autor, o então prefeito traçou um planejamento para a cidade, estabelecendo um zoneamento, retomando a arborização, zelando pela construção e manutenção das rodovias e do ensino primário, entre outros. (MARTINS, 2013). Como podemos observar na memória de Martins (2013), o ensino que recebe atenção em 1937 na cidade foi o ensino primário, o que deixa claro que o ensino secundário continuava em segundo plano e destinado à elite cuiabana.

De acordo com Luís Alexandre de Oliveira, no livro “Memória e Cultura da Educação em Mato Grosso do Sul”, organizado por Sá Rosa (1990), a educação secundária até 1914 limitava-se à capital cuiabana. Outro ponto levantado em sua obra diz respeito à falta de professores, que eram trazidos do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que os alunos necessitavam deslocar-se para São Paulo para serem examinados e terem seu certificado de conclusão. Em 1918, com a “Lei dos Preparatórios”, os alunos do Instituto Pestalozzi passaram a prestar os exames finais na cidade, com bancas vindas do Rio de Janeiro.

No que tange às subvenções, Paulo Coelho Machado, em entrevista concedida a Sá Rosa (1999), aponta que o colégio do Prof. João Tessitore, mais conhecido como Instituto Pestalozzi, alterou o nome para passar a receber subvenções, passando a se denominar Ginásio Municipal de Campo Grande.

Luís Alexandre de Oliveira, também em entrevista a Sá Rosa (1990, p. 31), menciona que a instituição se instalou em Campo Grande em 1917, a pedido da Prefeitura, haja vista que:

“Além das vantagens que a Prefeitura lhe concedeu, como homem arguto, compreendeu que Campo Grande era um campo bem mais promissor, para qualquer iniciativa no terreno escolar.” Para Paulo Coelho Machado, a cidade nasceu “[...] com ares cosmopolitas, tanto que aqui nunca vingaram como em Cuiabá e Corumbá os hábitos das visitas familiares e das conversas na porta das calçadas [...]” (OLIVEIRA apud SÁ ROSA, 1999, p. 239).

Segundo Martins [19-] poucos foram os governos que deram importância à educação entre os anos de 1835 a 1970, destacando-se, nesse sentido, Rufino Eneas Gustavo Galvão, que, segundo Sá Rosa (1999) incentivou a instrução pública, criando o Liceu Cuiabano e o Gabinete de Leitura.

Júlio Strübing Müller, interventor federal no estado entre 1937 a 1945, construiu prédio escolares. Arnaldo Estêvão de Figueiredo (1948-1950) reabriu a Escola Normal Joaquim Murtinho em Campo Grande. Fernando Correa da Costa (1951- 1955 e 1961 – 1966) fundou a Secretaria de Educação Cultura e Saúde e, segundo Sá Rosa (1999), ainda criou dezenas de escolas, colégios, ginásios, escolas normais e grupos escolares, instalados em diferentes localidades: “Construiu prédio para seu funcionamento como os do Colégios **Maria Leite**, em Corumbá e **Estadual Campo-grandense** em Campo Grande, projetos de Oscar Niemeyer.” (SÁ ROSA, 1999, p.31, grifo da autora).

Oliva Enciso escreveu sobre “A Instrução em Campo Grande”, na Revista Mensal “Folha da Serra”, publicada em Campo Grande, Mato Grosso, em Edição especial dedicada ao Município de Campo Grande, em que retrata os estabelecimentos de ensino no período de 1933, dispostos na Tabela 4.

Tabela 4 - Retrato dos estabelecimentos de ensino em Campo Grande (1933).

Nome do Estabelecimento	Primário	Ginásial	Normal	Comercial	Total
Ginásio Municipal	191	171	-	-	362
Colégio N. S. Auxiliadora	204	-	85	67	356
Internato Osvaldo Cruz	28	101	-	14	143
Escola Modelo e Normal	654	-	28	-	682
Escola Ativa Visconde de Taunay	321	-	-	-	321
Patronato Barão do Rio Branco	66	-	-	-	66
Escola Visconde de Cairú	97	-	-	-	97
Escola Antônio João	177	-	-	-	177
Externato São José	44	-	-	-	44
Escola Propedêutica	53	-	-	-	53
7 Escolas mantidas pelos Governos	279	-	-	-	279
Total	2.114	272	113	81	2.580

Fonte: Revista Mensal Ilustrada. Folha da Serra (1933).

No período em questão, apenas dois colégios ofereciam o ensino secundário, o Ginásio Municipal³⁶ e o Colégio Oswaldo Cruz, que atendiam um total de 272 alunos. Assim,

No que tange ao acesso à escola, “apenas o ensino primário era aceitável ao projeto das elites brasileiras”, sendo o ensino secundário “adjetivando como bacharelesco, arcaico, elitista, voltado para a formação dos quadros burocráticos e administrativos do Estado”, tornando-se praticamente inacessível às camadas menos favorecidas, sobretudo pelo reduzido número de escolas públicas disponíveis. (ASSIS, 2005, p. 47).

Observamos que em Mato Grosso, até 1914, só existia como estabelecimento de ensino secundário o Liceu Cuiabano. “Era altamente seletivo o sistema de ensino então. O ginásio era um grau de escolaridade ao qual poucos chegavam. A existência de exames de admissão explica-se exatamente porque não havia escolas para todos. No secundário só ingressavam as elites.” (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 1999, p. 172).

Luiz Alexandre de Oliveira, no livro de Sá Rosa (1999), evidencia o campo educacional precário em Mato Grosso, o que confirma tal assertiva, pois, naquele período, havia duas instituições públicas, o Liceu Cuiabano, em Cuiabá, única a ofertar o ensino secundário, e o Colégio Santa Tereza, em Corumbá, que ofertava o ensino primário. Oliveira (2014) afirma que os primeiros cursos secundários noturnos foram criados em Campo Grande por meio do Colégio Oswaldo Cruz, instituição da qual foi diretor.

Demóstenes Martins (2013) narra sobre a falta de recursos e a dificuldade para conseguir investimentos em Campo Grande, situação parcialmente modificada quando, em 1941, o então presidente Getúlio Vargas fez uma visita ao município e referenciou a cidade, em seu discurso, como “Capital Econômica de Mato Grosso”, vindo futuramente a conceder recursos para a Educação.

Em 12 de outubro de 1942, Demóstenes assumiu a Prefeitura, e o Presidente Getúlio retornou a Campo Grande em 1944, para abastecimento de seu avião. A cidade tornou-se centro distribuidor para o estado, pois o prefeito passou a estimular:

[...] a produção, especialmente a agrícola, para o atendimento ao consumo local e fornecimento aos demais municípios. Aos proprietários de alambique e fabricação de aguardente, impus o fabrico de rapadura, prioritariamente, para minorar a escassez de açúcar; aos que solicitavam querosene para iluminação domiciliar, preconizava o uso de velas ou candeias, utilizando-se sebo de bovinos. (MARTINS, 2013, p. 130).

³⁶O Ginásio Municipal era o Instituto Pestalozzi criado em 1917. Em 1927 se intitula Ginásio Municipal Campo-Grandense. (BRITTEZ, 2014).

Figura 4 - Oliva Enciso recepciona Getúlio Vargas



Fonte: Lima (1999).

Entre seus auxiliares, o então prefeito destacou a secretária Oliva Enciso: “Moça dotada de um alto espírito público, magnífico preparo intelectual e inteligência lúcida [...]” (MARTINS, 2013, p. 144), ressaltando ainda seu trabalho em atender os “desvalidos de fortuna”, especialmente os jovens desamparados.

No período em que Oliva Enciso trabalhava na Prefeitura de Campo Grande, por volta de 1930, começou-se o processo de instalação da CNEG no estado de Mato Grosso. Felipe Tiago Gomes, o idealizador e fundador da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, viajou a Mato Grosso com o intuito de fundar um ginásio de ensino secundário gratuito, procurando por Oliva, que possuía um trabalho voltado à educação.

Desse modo, o professor Felipe Tiago contou com a ajuda de Oliva, então secretária da Prefeitura, e em 12 de novembro de 1949 iniciou a Campanha em Mato Grosso, sob presidência de Oliva Enciso, sendo então criado o Ginásio Barão do Rio Branco.

Nesse contexto, em seu livro “Mato Grosso do Sul Minha Terra”, Enciso (1986) relata sobre a reunião para a institucionalização da CNEG em terras mato-grossenses,

Aos doze dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e nove, às 17 horas, presentes a Diretoria da Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante e as pessoas abaixo assinadas, no local de costume (Fórum) teve lugar uma reunião extraordinária, a qual compareceu o Dr. Felipe Tiago Gomes, Delegado da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com sede em Recife – Pernambuco [...] que expõe aos presentes a finalidade dessa Campanha. (ENCISO, 1986, p. 111).

Felipe Tiago Gomes, idealizador e fundador da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (1973) retratou sua chegada ao Mato Grosso. Narrou que, viajou pela Força Aérea Brasileira e ao chegar em Campo Grande já teve seu desejo suprimido por um sargento que o indagou: “O senhor trouxe, bastante dinheiro para fundar esse ginásio?” Felipe respondeu que não, assim o sargento continuou: “Então, nada arranjará aqui. ”

No entanto, afirmou que viera a cidade com o intuito de fundar um ginásio de ensino secundário gratuito, pois “[...] ouvira falar numa professora que realizava um interessante trabalho de educação a menores desamparados.” (GOMES, 1973, p. 105). Fundou-se assim, no Sul de Mato Grosso, o primeiro ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

E foi assim. Dois dias após, no Fórum, eram fundados com **a presença de autoridades**, em 12 de novembro de 1949, a Campanha em Mato Grosso, sob a presidência da Professora Oliva Enciso, e o Ginásio Barão do Rio Branco. Ficava assim, mais uma vez provado que o idealismo consegue realizar o que, para muita gente, só se faz com dinheiro. (GOMES, 1973, p. 105, grifo nosso).

Feito isso, algumas deliberações foram tomadas para seu funcionamento, organizou-se a Comissão Estadual, com sede na cidade de Campo Grande, para tratar dos interesses da Campanha dentro do estado. A Comissão constituiu-se da seguinte maneira: Presidente – Oliva Enciso, 1º Vice-Presidente – Múcio Teixeira Jr., 2º Vice-Presidente – Mariano Cebalho, Secretário-Geral – Elisa Augusta da Silva, 1º Secretário – José Barbosa Rodrigues, 2º Secretário – Regina de Oliveira, Tesoureiro – Nelson de Souza Pinheiro. Também tiveram a responsabilidade de localizar, nesta cidade, um ginásio noturno e gratuito, nos moldes dos demais estabelecimentos da Campanha. A Comissão de Redação dos Estatutos foi constituída por Dr. Paulo Coelho Machado, Prof. Carlos Schrader e Profª. Maria Constança de Barros Machado. (ENCISO, 1986).

Percebe-se que para a instalação da CNEG em Mato Grosso houve a necessidade de mobilização da sociedade local. Dentre as personagens de vários campos da sociedade campograndense, mencionamos o professor Múcio Teixeira Junior, o jornalista e professor José Barbosa Rodrigues, o representante político Paulo Coelho Machado e a professora Maria Constança de Barros Machado. Compreendemos, assim, que o auxílio e legitimação que a Campanha necessitou para se instalar em Campo Grande contou com a ajuda de personalidades representativas do período para sua oficialização na parte Sul do estado.

Estas personalidades de destaque em Campo Grande atuaram contribuindo para legitimar um discurso. Portanto, no Quadro 6 procuramos caracterizar quem eram esses agentes:

Quadro 6 - Personalidades de destaque na fundação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Campo Grande, Sul de Mato Grosso (1949).

Personalidade	Profissão	Atuação
José Barbosa Rodrigues	Professor e jornalista	Professor na escola Boa Vista, Joaquim Murinho e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora; publicou artigos no Jornal Correio do Estado, e foi dono deste jornal; membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.
Múcio Teixeira Júnior	Professor	Agrimensor; auxiliou na construção de estradas como o trecho da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil entre Itapura e Corumbá; lecionou matemática no Liceu Artes e Ofícios do Rio de Janeiro; professor e diretor do Colégio Oswaldo Cruz; examinador e professor no Ginásio Municipal João Tessitore (Dom Bosco); fundou o Ateneu Rui Barbosa; examinador da primeira Faculdade de Odontologia e Farmácia de Campo Grande; diretor da Escola Normal Joaquim Murinho e do Ginásio Campo-grandense.
Maria Constança de Barros Machado	Professora	Normalista; diretora, secretária e professora da primeira escola isolada do sexo feminino; professora do Grupo Escolar Joaquim Murinho; vice-diretora da Escola Normal e do Grupo Escolar Joaquim Murinho; inaugurou o Liceu Campo-grandense e tornou-se diretora; participou da instalação de um Jardim de Infância no Educandário Getúlio Vargas.
Oliva Enciso	Professora, vereadora e deputada estadual	Normalista; professora no Instituto Pestalozzi; secretária na Prefeitura e organizadora da Diretoria de Educação; fundou a Sociedade Miguel Couto dos Amigos dos Estudantes; organizou a implantação do Senai na região Centro-Oeste; participou da organização e implantação do Sesi em Corumbá; atuou como vereadora; criou com Hércules Maymone e Yule Baís a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Mato Grosso; exerceu o cargo de Deputada Estadual; membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras; colaborou com a implantação da Apae.
Paulo Coelho Machado	Advogado, pecuarista, professor e vereador	Professor no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Colégio Oswaldo Cruz e Escola Normal Joaquim Murinho; foi Secretário de Agricultura e Indústria e Comércio; chefe da Casa Civil; atuou como vereador em Campo Grande; participou da Liga Sul-Mato-Grossense ³⁷ .

Fonte: Andrade (2016); Sá Rosa (1990); Silva (2015); Brites (2010).

Organização: Astofe, 2018.

De acordo com Bourdieu (1989), o espaço social ou campo possui várias dimensões e constrói-se nos princípios de diferenciação ou de distribuição, constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado. Essas propriedades conferem ao detentor força e poder nesse universo, ou seja, o legítima.

As propriedades atuantes são as diferentes espécies de poder ou de capital. O capital pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou no estado

³⁷ “A Liga tem por fim atendendo a grande extensão geográfica do atual Estado de Mato Grosso, o seu despovoamento e outros fatores econômicos dificultam, sensivelmente, o seu progresso e a sua civilização, trabalhar para que o mesmo se divida em dois Estados federados. O Estado de Mato Grosso, com capital Cuiabá e o Estado de Maracaju, com capital Campo Grande.” (RODRIGUES, 1978, p.110).

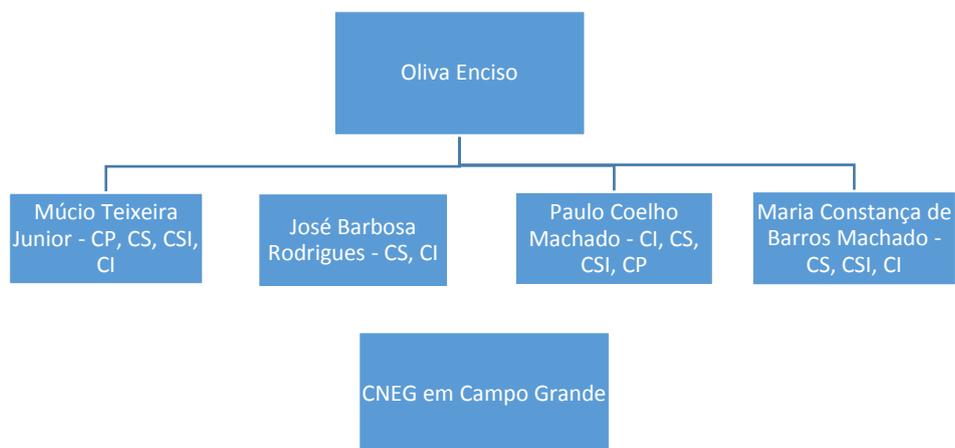
incorporado, como o capital cultural, e representa um poder sobre um campo e sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens. (BOURDIEU, 1989).

As diferentes espécies de capital são como trunfos no jogo, definem as probabilidades de ganho em determinado campo. Assim sendo, a posição que determinado agente possui em um campo pode ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, ou seja, a maneira que cada capital está alocado em cada espaço social. A posição do agente no campo, determina os poderes atuais ou potenciais nos diferentes campos e com isso as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam.

Nesse sentido, compreendemos que Oliva Enciso atuava em diversos campos, contava com diferentes espécies de capital e configurou-se como principal agente mobilizador na atuação da Campanha no estado.

Dessa maneira, elaboramos o fluxograma, representado na Figura 5, para exemplificar a posse de capitais de cada agente e sua atuação na CNEG. Os capitais apresentados no fluxograma são: capital político, capital social, capital simbólico e capital institucionalizado.

Figura 5. Fluxograma - Agentes da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Campo Grande e as diferentes espécies de capital (1949).



Fonte: Andrade (2016); Sá Rosa (1990); Silva (2015); Britez (2010).
Organização: Astofe, 2018.

Gomes (1973) retrata que, após a instalação da CNEG em Recife, procurou expandir, buscando por adeptos em cada estado. Nesse sentido, os adeptos da Campanha no Sul de Mato

Grosso detinham diversas espécies de capitais que oportunizaram maior chance de ganho no campo, isto é, probabilidades de se consolidar no estado.

Compreendemos que todos os agentes que colaboraram na fundação da CNEG em Campo Grande possuíam relação com o ensino secundário e, além disso, ocupavam posições de destaque na sociedade por meio de sua trajetória e inserção nos diversos campos. Dessa maneira, apresentamos uma breve biografia de José Barbosa Rodrigues, Múcio Teixeira Júnior e Maria Constança de Barros Machado, com a descrição de seus respectivos capitais.

José Barbosa Rodrigues, retratado por Sá Rosa (1999), nasceu em família economicamente desfavorecida, sendo filho de um carpinteiro e de uma lavadeira. Concluído o ginásio, estudou Filosofia e lecionou nas escolas Boa Vista, Joaquim Murtinho e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora. No entanto, devido ao pouco salário, trabalhou de faxineiro no jornal do “Comércio”, ao mesmo tempo em que escrevia artigos, o que o levou, posteriormente, a ser convidado para trabalhar na redação, chegando a ocupar o cargo de redator-chefe. Em 1957, foi contratado pelo jornal “Correio do Estado”, do qual se tornou proprietário.

Em sua vivência, José Barbosa Rodrigues construiu amizades e fez contatos sociais que contribuíram para o acúmulo do capital social e simbólico. Nos campos sociais em que se inseriu, conheceu pessoas de destaque, como Múcio Teixeira Júnior, diretor do colégio que fora professor, Fernando Correa da Costa, à época governador, Marcílio de Oliveira Lima, vereador e depois prefeito de Campo Grande, estes últimos devido ao seu trabalho no “Correio do Estado”, que, desde sua fundação, em 1954, manteve uma relação estreita com a política. De fato,

Também participavam do jornal outros políticos, empresários e profissionais liberais ligados à UDN, entre eles Vespasiano Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-senador), Laucídio Coelho (ex-senador), Laudelino Barcelos e Wilson Barbosa Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-governador) (CE, 07 fev. 2004). (SCWHENGBER, 2018, p. 2).

Para Scwhengber (2018), o “Correio do Estado” possuía relação com a política, pois a sua origem se deu pelo grupo do Sul de Mato Grosso ligado ao partido UDN, com o intuito de propagar as ideias do partido. Naquele período, os jornais eram conduzidos pela “paixão política”, sendo que de um lado estava o jornal “O Progresso”, ligado ao PSD, na cidade de Dourados, e do outro o “Correio do Estado”, ligado à UDN, em Campo Grande. Cabe ressaltar que Oliva Enciso escrevia artigos, crônicas e poesias para o “Correio do Estado”.

Por meio das fontes primárias, especialmente a obra de Sá Rosa (1990), ressaltamos um elemento que demonstra a disposição do capital simbólico em Múcio Teixeira Júnior. O

professor relata que a Escola Normal Joaquim Murтинho foi fundada em 1930, na cidade de Campo Grande, e contava com bons professores. No entanto, a instituição foi fechada em 1940, em virtude da reforma na Lei que regulamentava a educação, feita por Julio Müller. Em 1947, a Lei nº 834 criou novamente a Escola Normal Joaquim Murтинho, porém, com a falta de normalistas no estado, seu funcionamento ocorreu de imediato. O então Governador Arnaldo de Figueiredo nomeou Múcio Teixeira Júnior diretor do Ginásio Estadual Campo-grandense e da Escola Normal Joaquim Murтинho. A relevância do evento de instalação da escola, bem como a presença de pessoas representativas naquele momento histórico, é assim assinalada:

Naquele tempo, as solenidades de ensino tinham **grande repercussão social**. A festa de instalação da Escola Normal aconteceu em 4 de abril de 1948 e **foi uma das mais importantes do ano**. Estavam presentes o professor Jerци Jacó, Diretor de Educação e Cultura, que veio de Cuiabá para o evento, Dr. Dolor de Andrade, deputado federal, mais tarde candidato da UDN ao Governo do Estado, Waldir Santos Pereira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Nicola Fragelli, Suplente de Senador e professor de Francês, Demóstenes Martins, que mais tarde fez parte do secretariado do Governo Fernando Correa das Costa, Severino de Queirós, professor de Português e representante do Governo, além de representantes da 9ª Região Militar. (SÁ ROSA, 1990, p. 49-50, grifo nosso).

Na historiografia, Silva (2015) retrata que Maria Constança de Barros Machado não pertencia aos grupos de elite, no entanto, com a sua inserção nos campos político e educacional contribuiu para uma representação perante a sociedade, favorecendo seu acúmulo do capital social, haja vista os laços de amizade com pessoas de destaque naquele período.

Para Bourdieu (1999, p. 67), "O volume de capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado."

Maria Constança possuía contato com pessoas que detinham, principalmente, o capital econômico e simbólico, como Paulo Coelho Machado, nascido em família favorecida economicamente, que atuou com presença marcante na sociedade como político e pecuarista, e Oliva Enciso, de origem familiar pobre, que ascendeu socialmente ao ingressar no campo político e educacional com a criação de instituições educativas. (SILVA, 2015).

Assim sendo, ao construir sua trajetória, o agente adentra em diversos grupos que resultam no acúmulo do seu capital social e permitem que percorra novos caminhos e acumule outros capitais, como o econômico, cultural e simbólico.

Silva (2015) destaca o prestígio social marcado naquele momento histórico ao agente que possuía relação com o ensino secundário. Para a autora, o ensino secundário era

considerado etapa primordial para uma trajetória de sucesso, significando manutenção para as elites ou ascensão social para as famílias economicamente desfavorecidas ou das classes médias. Assim sendo, fazer parte deste campo educacional denotava prestígio e posições de destaque, tanto para alunos como para professores.

Nesse sentido, os agentes participaram na legitimação, pois estavam envolvidos por lutas simbólicas de diferentes formas. Para Bourdieu (1989), cada campo possui uma autonomia relativa, e dentro de cada campo há produções que são legitimadas e se tornam essenciais para o grupo.

Assim, na conjuntura do campo em questão, tornou-se necessária a criação de um ginásio de ensino secundário gratuito e, para emanarem força e legitimação, os agentes que legitimaram esta ideia e deram forças a ela eram imbuídos e munidos de capitais.

A compreensão que se tem do campo no período é que escolas gratuitas de ensino secundário eram escassas, para isso recorremos à historiografia como os trabalhos de Britez (2014) e Brito (2001). Com base no trabalho de Britez (2014) há o entendimento que até ao ano de 1942³⁸ apenas oito instituições ofereciam o ensino secundário em todo o Mato Grosso, conforme é apresentado no Quadro 7, que traz as instituições do período.

Fazendo a relação com o campo, o que estava em jogo e era objeto de disputas era um ginásio de ensino secundário gratuito em Mato Grosso, tendo em vista a falta de escolas, em especial na cidade de Campo Grande. Destarte, nas memórias encontra-se também a falta de escolas primárias e secundárias, evidenciada, por exemplo, no fato de Enciso (1986) fazer assistência domiciliar, com o intuito de atender crianças sem escola.

Instalado em Campo Grande em 1949, o Ginásio recebeu a denominação de Ginásio Barão do Rio Branco e contou com apoio de diversos agentes. A Campanha ganhou força em Mato Grosso e foram fundadas outras instituições no estado. Recorrendo à memória, Enciso (1986) narra sobre a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e a sua constituição em Mato Grosso, além da instalação em Campo Grande de outros seis ginásios, fundados entre os anos de 1949 a 1963. Na porção Sul do estado, Campo Grande foi a primeira cidade contemplada. Com o intuito de exemplificar os ginásios fundados em Mato Grosso a partir de 1949, elaboramos o Quadro 7.

³⁸ Utiliza-se como referência até o ano de 1942, pois em 1949 já é fundado o Ginásio Barão do Rio Branco em Mato Grosso, o primeiro da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Quadro 7 - Ginásios fundados no estado de Mato Grosso pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos entre os anos de 1949 a 1963.

Ano	Cidade	Instituição
1949	Campo Grande	Ginásio Barão do Rio Branco
1950	Bela Vista	Ginásio Bela Vista
1959	Guia Lopes da Laguna	Ginásio Guia Lopes
1959	Cuiabá	Ginásio Dom Aquino Corrêa
1960	Porto Murtinho	Ginásio Ruy Barbosa
1960	Rondonópolis	Ginásio Industrial 13 de junho
1963	Rio Verde de Mato Grosso	Ginásio Agrícola de Rio Verde

Fonte: Enciso (1986).

Organização: Astofe, 2018.

Como descrito anteriormente, a compreensão que se tem do campo no período é de um campo em que poucas eram as escolas secundárias gratuitas em Mato Grosso, especialmente o curso ginásial, que contava especificamente com três instituições, em Cuiabá, Corumbá e Campo Grande. Os ginásios de iniciativa particular detinham o maior número de instituições, sendo um total de oito, com maior concentração em Corumbá e Campo Grande. O fato de as instituições se concentrarem mais em algumas cidades deixava outras carentes, justificando assim a implantação e aceitação da Campanha em todo o Mato Grosso a partir do ano de 1949.

Com sua força simbólica depositada pelos agentes que a legitimaram, a CNEG conta ainda com o auxílio de muitas pessoas para a instalação em Campo Grande. No início a instituição não tinha sede, e funcionou em uma escola emprestada, com materiais e mesas emprestados. Recebia também ajuda da iniciativa privada e contava com o auxílio do poder público, que muito contribuiu para sua oficialização no estado.

Destarte, sendo apoiada por diversos representantes de muitos espaços sociais da sociedade, a Campanha em seu início enfrentou dificuldades, pois não tinha um espaço ou materiais adequados,

[...] fundamos o primeiro ginásio, que recebeu o nome de Ginásio Barão do Rio Branco e funcionou primeiro na escola de Dona Galega (Ana Luísa do Prado Pastos) e mais tarde no Colégio de Dona Simpliciana Correia da Silva. Mais tarde, mudou-se para o Grupo Escolar Joaquim Murtinho até adquirir sua sede própria. (SÁ ROSA, 2012, p. 83).

O Ginásio Barão do Rio Branco funcionou em uma “[...] escolinha particular da D. Ana Luísa Prado Bastos.” (ENCISO, 1986, p. 112) e seus exames eram aplicados em outras instituições de ensino. Outra instituição fundada por Oliva Enciso foi a Sociedade Miguel Couto

dos Amigos do Estudante³⁹, que auxiliou a Campanha por meio de pagamentos “por empréstimo” aos docentes durante três anos.

Em levantamento realizado no Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), Plataforma da Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de Mato Grosso e Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, percebemos que os auxílios começaram no ano de 1951. A Campanha em Mato Grosso contou em sua maioria com recursos financeiros, doação de imóvel e doação de terreno.

Apesar de possuir uma forte representação por meio dos agentes que contribuíram para sua instalação e legitimação, apenas em 1951⁴⁰ o poder público auxiliou a CNEG em Campo Grande, isto é, foram dois anos sem o apoio financeiro por parte do estado. Além da legitimação atribuída pelas personagens campo-grandenses, o poder público teve papel crucial neste processo.

Quando Oliva Enciso recebeu a proposta de Felipe Tiago Gomes, ela dispunha do capital social, pois, sobre o período que trabalhou na Prefeitura, afirma: “Assisti a 26 entradas de Prefeitos e todos sem distinção se tornaram meus amigos.” (ENCISO, 1986, p. 28). O capital social se refere: “[...] ao conjunto de relacionamentos sociais [...]” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 51), relações estas mantidas pelo agente ou pela família. Desse modo, é permeado pelas relações sociais como amizades, laços de parentesco e contatos profissionais, entre outros.

Já no ano de 1955, quando Oliva Enciso adentrou ao cargo de vereadora pelo partido UDN, pode-se inferir que a mesma não dispunha somente do capital social, bem como o capital simbólico, mas, também, o capital político, que é uma forma do capital simbólico, sendo também,

[...] crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa [...] os próprios poderes que eles lhe reconhecem. [...] como crédito e credibilidade, só existe na representação e pela representação [...]. O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá aquele que o exerce, um crédito com que ele o credita[...] que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. (BOURDIEU, 1989, p. 188).

Dessa maneira, compreendemos que Oliva Enciso dispunha de um capital político e atuava com o poder simbólico que a ela foi conferido pelos agentes representados. Há o

³⁹ A referida instituição foi fundada e presidida pela professora Oliva Enciso, com o objetivo de atender estudantes necessitados, e esta era mantida por meio de auxílio financeiro do Governo e da sociedade civil. .

⁴⁰ Com base no levantamento desenvolvido no Arquivo Histórico de Campo Grande - ARCA, Plataforma da Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de Mato Grosso e Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, no período do mês de novembro de 2014, agosto de 2015 e julho de 2016.

entendimento de que este acúmulo de capitais favoreceu no que concerne à adesão a Campanha, à sua instalação em outras cidades, aos auxílios conferidos e, por fim, à sua legitimação no estado, tendo em vista a força simbólica atribuída à Campanha por meio dos agentes.

Em síntese, compreendemos que a Campanha contribuiu para a expansão do ensino secundário em Mato Grosso, com sede em seis cidades do estado e em especial em Campo Grande, com o Ginásio Barão do Rio Branco. A referida Campanha se destinava à classe trabalhadora, aos “desprovidos de recursos financeiros”, e mantinha-se firme em sua finalidade de democratizar o curso ginasial, denominando-se uma instituição privada sem fins lucrativos, dessa maneira, ligada ao que se denomina terceiro setor atualmente.

Compreendemos que por meio de seu discurso inscreveu-se como instituição privada que exercia função pública. A CNEG adentrava ao espaço público sem percalços, tendo em vista as parcerias com a ordem governamental. Severino (2005) salienta que entre os anos de 1930 a 1964, com o avanço do capitalismo, da indústria e da urbanização, o Estado e a Igreja Católica entraram em conflito no que tange à educação e, assim, os “empresários da educação” são inseridos nesse campo: “[...] trata-se, no Brasil, de uma instituição [o Estado] que, apesar de estatal, não é efetivamente pública, é autenticamente privada, apesar de custeada com o sangue e o suor do trabalho realizado pelo conjunto da sociedade civil.” (SEVERINO, 2005, p. 36-37). Nesse sentido, segundo o autor, a questão está nos repasses de verbas públicas para instituições privadas, como é o caso da CNEG.

A sua aceitação na cidade se deu pela quantidade mínima de escolas secundárias gratuitas, logo de cursos ginasiais, sendo apenas uma - o Liceu Campo-Grandense. Concluímos que a Campanha obteve prestígio tanto pela representação simbólica dada pelos agentes que a legitimaram, como pelo apoio do poder público.

Em suma, o campo era constituído por poucas escolas secundárias, na maioria de iniciativa particular, e as escassas públicas utilizavam do exame de admissão, o que dificultava o acesso ao ensino por meio de uma seletividade rigorosa. Os agentes deste campo eram personalidades representativas e reconhecidas na sociedade campo-grandense, tinham posse de diferentes espécies de capitais, como o social, institucionalizado (títulos) e simbólico, que se refere ao prestígio ou a boa reputação de um agente em um grupo ou na sociedade em geral. Dessa maneira, estes agentes emanavam força e poder simbólico, e legitimaram assim a instalação da Campanha na porção Sul do estado.

3.3 A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos nos documentos públicos em Mato Grosso

Este tópico tem por objetivo compreender a instalação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso (1949), com a criação do Ginásio Barão do Rio Branco em Campo Grande, por meio da mobilização de fontes primárias, constituídas por documentos públicos.

Para tanto, foi realizado um levantamento de atas, jornais, revistas e legislações sobre a referida Campanha no estado. Após o recolhimento das fontes, elaboramos um *corpus* documental que auxiliou no processo de mapeamento e catalogação dos arquivos, levantados entre o período de 2014 a 2017, em Campo Grande e Cuiabá, bem como na Biblioteca Nacional Digital⁴¹.

No Sul do estado de Mato Grosso, a Campanha possuía em seu escopo a finalidade de democratizar o curso ginásial do ensino secundário, visto que a única instituição pública em funcionamento naquele período era o Liceu Campo-Grandense, criado em 1938.

Para sua instalação, a CNEG obteve a parceria de Oliva Enciso, tendo em vista a falta de ginásios públicos na cidade de Campo Grande, Sul de Mato Grosso, voltados ao atendimento das classes trabalhadoras. Nesse sentido, a Campanha se designava àqueles que não tinham condições de frequentar o ensino secundário, conforme explicitado no capítulo XII, art. 49, do Estatuto da CNEG: “[...] terão preferência para matrícula nos educandários da CNEG os estudantes desprovidos de recursos[...]” (CNEG, 1961, p. 16).

Destarte, os educandários destinavam-se a ministrar o ensino a milhares de jovens das camadas mais empobrecidas da sociedade que, segundo o projeto de Lei nº 4.421 de 17 de maio de 1954, desejavam “[...] contribuir para um Brasil maior, ampliando seus conhecimentos e melhorando sua cultura, tornando-se, dessa forma, cidadãos mais úteis à coletividade brasileira.” (BRASIL, 1954, p. 2).

Em 1950, Felipe Tiago Gomes afirmou ao Jornal “A Noite”, do Rio de Janeiro, a existência de vinte oito educandários sob inspeção federal e outros trinta em processo de organização, que se mantinham firme no seu propósito da democratização do ensino secundário.

Para a instalação na cidade era necessário: “[...] **elementos capazes, idealistas** que, com a **colaboração das autoridades** estaduais, procuram, emprestando toda sorte e sacrifícios, elevar o nível cultural do nosso povo.” (A NOITE, 1950, p. 8, grifo nosso). Assim, em 1950, sete anos após sua gênese, esse movimento em prol da educação conseguiu recursos, conforme

⁴¹:Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervodigital/>>. Acesso em: 04 Maio 2017.

publicado no Jornal A Noite (1950, p. 8): “Agora, com a aprovação pelo Congresso Nacional de projetos que beneficiam o movimento, esperamos que a organização estenda seus objetivos a centenas de cidades localizada no interior do Brasil.”

Felipe Tiago Gomes, ao chegar ao Centro-Oeste, estabeleceu a CNEG em dois estados, Mato Grosso e Goiás, ressaltando que, para tanto, procurou pessoas interessadas pela educação. Sobre Oliva Enciso, a personalidade escolhida em Mato Grosso, Felipe Tiago esclareceu ao Jornal "A Noite":

A professora Oliva Enciso é uma pedagoga que tem prestado os mais relevantes serviços à educação em seu Estado como figura principal da Sociedade Miguel Couto de Amigos do Estudante, de Campo Grande, Mato Grosso, e organizadora ali da notável Escola Rural Miguel Couto, sem favor uma das experiências mais interessantes de ensino rural. (A NOITE, 1950, p. 8).

Ainda no referido jornal, Felipe Tiago Gomes relata que em poucos dias foi organizada a seção da Campanha com sede em Mato Grosso, e assim foi estudada a possibilidade de fundação de um ginásio noturno e gratuito, o que foi possível com a colaboração da Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante. Em 12 de novembro o ginásio foi fundado e em 01 de dezembro: “[...] já tinha início um curso de admissão para ingresso no ‘Ginásio Barão do Rio Branco’, que contou de início com 38 alunos.” (A NOITE, 1950, p. 8). Segundo o relato, foi acolhido com “simpatia” pelos estudantes que não podiam custear o ensino secundário.

Nesse ponto, compreendemos que o campo “permitiu” a entrada da instituição, haja vista duas circunstâncias: a) a falta de ginásios secundários gratuitos b) aceitação dos agentes. Percebemos que a Campanha iniciou seu processo de implantação e consolidação com auxílio de diversos elementos, tais como os agentes que participam de sua fundação em Campo Grande, o campo carente de escolas secundárias gratuitas e, logo, os agentes que necessitavam desta escola, além do poder público que aderiu à ideia e a auxiliou. No entanto, observamos que estes “agentes fundantes” eram personalidades representativas da sociedade e colaboraram com sua força simbólica. Oliva Enciso, personagem principal deste processo, tinha posse de diferentes espécies de capitais, como o capital social, simbólico e político, que a auxiliaram na consolidação e legitimação da instituição na cidade.

No mesmo jornal observamos como se deu a instalação do ginásio na cidade de Bela Vista. Segundo Felipe Tiago Gomes, a fundação do Ginásio Bela Vista foi um acontecimento que marcou a cidade, pois era o único ginásio na longa fronteira Sul e Sudoeste de Mato Grosso. “Na primeira semana de inscrição para os exames de admissão, apareceram mais de 100

candidatos. O entusiasmo era geral: Bela Vista dava a impressão de uma cidade em festa, na noite em que instalamos oficialmente o Ginásio.” (A NOITE, 1950, p.8).

Nessa cidade, o agente fundador da CNEG foi Rubem Alberto Abbot de Castro Pinto, militar que, como Deputado, elaborou projetos de lei concedendo auxílio à Campanha em Mato Grosso, bem como seu irmão Júlio Mário Abbott de Castro Pinto, Deputado Estadual eleito em 1951 pela União Democrática Nacional, que elaborou a Lei nº. 537, de 05 de novembro de 1952, concedendo uma subvenção anual de Cr\$ 100.000,00 ao Ginásio Bela Vista.

Assim sendo, compreendemos que a CNEG, por meio de elementos capazes e idealistas mobilizava o poder público e utilizava de agentes com posse de capitais para se estabelecer em uma determinada região.

No Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, encontramos na Ata n° 31, de 10 de julho de 1959, a transcrição de um discurso em que a então Deputada Estadual Oliva Enciso discorreu sobre a CNEG em Mato Grosso:

Sr. Presidente, Srs. deputados. Ocupo novamente hoje esta tribuna para trazer ao conhecimento de V. Excia. a excelência de uma Campanha que se expande pelo País visando cooperar com os Poderes Públicos na solução deste grave problema que é a educação da nossa gente. [...]. Devo esclarecer que este Felipe Tiago Gomes, muitas vezes foi descalço. ‘Ele natural de Alagoas, contou o seu sonho’ lera Haya de la Torre, que me inspirava um grande movimento para criar no Brasil [...] a escola para o estudante pobre em todo o País, sem peso para os pais e angústia para os filhos. Decidiram, então, iniciar a luta. Ninguém acreditava nessa impossível quimera. Foi no tempo de Capanema, disse ele aplicada a primeira estratégia. [...] . A Câmara ajudou, o Ministério da Educação, as Prefeituras locais, [...] professores deram aulas de graça, classes produtoras cooperaram e também as pessoas de boa vontade. As escolas começaram a brotar pelo Brasil inteiro. (MATO GROSSO, 1959, p. 18).

Face ao exposto, a Campanha iniciou-se apenas com a vontade de seu fundador Felipe Tiago Gomes e de mais quatro colegas de faculdade que não possuíam recursos, muito menos capitais para a instalação da instituição no Recife e no Brasil. A estratégia adotada para sua concretização perpassou a busca por auxílios de outros agentes, como dos poderes públicos, políticos e representantes sociais em cada cidade, sendo que, em Mato Grosso, nas duas cidades que a CNEG foi instalada, contou com a colaboração de personalidades políticas como Oliva Enciso e Rubem Alberto Abbot de Castro Pinto.

A fim de compreender as relações entre Oliva Enciso e as outras cidades e seus respectivos entusiastas, elaboramos o Quadro 8.

Quadro 8 - Representantes da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso (1949 – 1963).

Cidade	Instituição	Representante	Profissão
Campo Grande	Ginásio Barão do Rio Branco	Oliva Enciso	Professora, Vereadora e Deputada Estadual – UDN
Bela Vista	Ginásio Bela Vista	Rubem Alberto Abbott de Castro Pinto	Médico Militar e Deputado Estadual –UDN
Guia Lopes da Laguna	Ginásio Guia Lopes	Salomé de Melo Rocha	Professora
Cuiabá	Ginásio Dom Aquino Corrêa	-	-
Porto Murтинho	Ginásio Rui Barbosa	Edson Britto Garcia	Deputado Estadual e Deputado Federal - UDN
Rondonópolis	Ginásio Industrial 13 de Junho	-	-
Rio Verde do Mato Grosso	Ginásio Agrícola de Rio Verde	Frei Cristóvão	Frei

Fonte: Enciso (1986).

Organização: Astofe, 2018.

Diante das informações apontadas no Quadro 8, observamos que em três dos setes ginásios fundados os entusiastas eram políticos, todos do mesmo partido, a União Democrática Nacional. Isso nos remete ao que Seidl (2017) aponta, referindo-se à teoria bourdieusiana, sobre as regras do jogo em um campo, quando a aproximação de interesses se mostra crucial:

[...] Bourdieu indica uma concepção da vida social como conjunto de atividades reguladas realizadas por agentes que se orientam uns em relação aos outros em determinado espaço social. Essas atividades são invariavelmente informadas por uma lógica de competição, de concorrência ou de luta entre agentes (jogadores) que dispõem de recursos desiguais (capitais) e estão interessados em manter ou melhorar suas posições dentro do jogo – pelo aumento de patrimônio econômico, obtenção de mais cultura, maior reconhecimento profissional. (SEIDL, 2017, p. 241).

Neste “jogo” proposto pelos agentes na materialização da CNEG, circundavam interesses por parte de pessoas representativas ou que almejavam maior reconhecimento social e político para alavancar sua carreira pública, ou seja, contribuir com a educação para ter um prestígio social e sua posterior eleição.

Destarte, com estes auxílios e apoiada por tais agentes, Oliva Enciso retratou em seu discurso na Assembleia Legislativa que no ano de 1959 a Campanha recebeu a aplicação de dotações orçamentárias, no Ministério da Educação e Cultura, sendo aprovado pelo presidente da República o montante de 55 milhões de cruzeiros para subsidiar os duzentos e cinquenta e sete estabelecimentos em todo o país.

No entanto, antes do recebimento dos recursos, conforme já relatado, a Campanha enfrentou problemas no custeio de suas atividades. No município de Campo Grande, por

exemplo, o Ginásio Barão do Rio Branco passou por dificuldades em seu período de instalação, pois não possuíam sede ou materiais. Por meio das memórias da autora é possível compreender os percalços encontrados nos primeiros anos da instituição, principalmente pela falta de auxílio governamental.

O primeiro auxílio para a CNEG, segundo Gomes (1973), ocorreu em 1950, quando, com muito esforço, receberam Cr\$ 200.000, por meio da emenda do então Senador Santos Neves, a pedido de Christiano Dias Lopes Filho e com parecer favorável emitido pelo Deputado Paulo Sarasate. Assim, “[...] Com esse auxílio iniciou-se a colaboração financeira do Governo Federal à CNEG.” (GOMES, 1973, p. 114).

Nas pesquisas nos jornais, Diários Oficiais da União e Ementário de Leis (1947 a 1965), identificamos que o Ginásio recebeu verbas governamentais entre os anos de 1951 a 1966, que resultaram em um total de dezessete auxílios em dinheiro para a Campanha em Mato Grosso, sendo 16 destinados ao Ginásio Barão do Rio Branco e um ao Ginásio Bela Vista, da cidade de Bela Vista. A seguir, o Quadro 9 traz informações sobre alguns auxílios do poder público, levantados para a Campanha em Mato Grosso.

Quadro 9 - Leis, Decretos e Projetos concedendo auxílio a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso.

Título	Resumo	Acervo
Lei nº197-23/10/1951	Dispõe sobre um auxílio de Cr\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil cruzeiros) ao Ginásio Barão do Rio Branco com sede em Campo Grande, fundado – C.N.E.G. seção de Mato Grosso	Assembleia Legislativa de Mato Grosso- Instituto Memória
Lei nº 1.490-b, de 11 de dezembro de 1951	Concede auxílio à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências.	Portal da Câmara dos Deputados
Lei nº 265 – 29/04/1952	Concede auxílio ao Ginásio Barão do Rio Branco.	Arquivo Histórico de Campo Grande-ARCA
Lei nº 537 - 05/11/1952	Concede uma subvenção anual de Cr\$ 100.000,00 no Ginásio Bela Vista, da cidade de igual nome.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Projeto de Lei 4.421 – 17/05/1954	Concede a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos franquia postal telegráfica para a correspondência que expedir em objeto de serviço. No Projeto de lei nº 4.421 de 17 de maio de 1954, decretado pelo Congresso Nacional e aprovado pela Câmara dos Deputados, que concede a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos franquia postal e telegráfica para a correspondência que expedir em objetos de serviço.	Portal da Câmara dos Deputados

Continua.

(Continuação) **Quadro 9. Leis, Decretos e Projetos concedendo auxílio a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso.**

Título	Resumo	Acervo
Lei nº 1.245 – 27/08/1954	Concede à Seção Estadual da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, sociedade civil de fins educacionais, sediada no Rio de Janeiro, um auxílio de Cr\$ 30.000,00.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei nº 1468 – 18/11/1960	Abre no Tesouro do Estado o Crédito Especial na importância de Cr\$ 240.000,00 para o fim que especifica.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei nº 1509 – 14/07/1961	Abre no Tesouro do Estado, o crédito especial na importância de Cr\$ 200.000,00, para o fim que especifica.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei nº 1543-08/09/1961	Abre no Tesouro do Estado, o crédito de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros).	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Decreto Legislativo nº 432 - 17/10/1961	Concede o auxílio de Cr\$ 1.000,000,00 (um milhão de cruzeiros) ao Ginásio Barão do Rio Branco, de Campo Grande.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Decreto Legislativo 474/62	Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de um imóvel ao Ginásio Barão do Rio Branco, da cidade de Campo Grande.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei nº 779 – 04/07/1962	Autoriza o Executivo a expedir título de aforamento em favor da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.	Arquivo Histórico de Campo Grande - ARCA
Lei nº 2.032 - 03.12.1963	Abre no tesouro do Estado o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 destinado a auxiliar o Ginásio Barão do Rio Branco, da cidade de Campo Grande.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei nº 2.277 - 30.10.1964	Abre crédito especial de Cr\$ 4.350.000,00 para atender a Lei nº 1.799, de 03.12.62, que subvenciona a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos Seção de Mato Grosso.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei nº 2.479 - 30.10.1964	Abre, crédito especial de Cr\$ 3.750.000.000,00 (Três milhões setecentos e cinquenta mil cruzeiros) para atender a Lei nº 1.799, de 03.12.62, que subvenciona a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – Seção de Mato Grosso.	Assembleia Legislativa de Mato Grosso – Instituto Memória
Lei nº 957 - 18/05/1966	Autoriza o Executivo ao doar uma área de território à Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.	Arquivo Histórico de Campo Grande - ARCA
Lei nº 1.472 – 16/11/1973	Declara de utilidade pública o colégio Barão do Rio Branco, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.	Arquivo Histórico de Campo Grande - ARCA

Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande - ARCA, Plataforma da Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de Mato Grosso e Arquivo Público Estadual de Mato Grosso.

Organização: Astofe, 2018.

Apesar de possuir uma forte representação por meio dos agentes que contribuíram para sua instalação e legitimação, percebe-se de acordo com o Quadro 9 que apenas em 1951⁴² o poder público auxiliou a CNEG, isto é, foram dois anos sem o apoio financeiro por parte do estado. Portanto, além da legitimação atribuída pelas personagens campo-grandenses, o poder

⁴²Com base no levantamento desenvolvido no Arquivo Histórico de Campo Grande - ARCA, Plataforma da Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de Mato Grosso e Arquivo Público Estadual de Mato Grosso, no período do mês de novembro de 2014, agosto de 2015, julho de 2016 e em dezembro de 2017.

público teve papel crucial neste processo, o que se torna evidente na quantidade de auxílios recebidos entre os anos de 1951 a 1966.

O jornal “Correio da Manhã” (1959) trouxe informações sobre o projeto de lei para subvenção anual de Cr\$ 30.000,00 aos ginásios da CNEG, medida que foi proposta pelo governador Ponce de Arruda, que desejava em seu mandato, colaborar com a educação secundária e visava a solução do problema de falta de escolas: “[...] o governador mato-grossense diz que já vem auxiliando na medida das possibilidades, o Ginásio Barão do Rio Branco, que funciona na sede da Escola Modelo Joaquim Murtinho [...]” (CORREIO DA MANHÃ, 1959, p. 7). Além disso, tal ginásio contava com o apoio anual de Cr\$ 100.000,00.

Segundo Ponce de Arruda, a aprovação do projeto de lei mencionado seria possível devido à presença de Oliva Enciso como representante:

Desta maneira, é de se esperar que, tendo como presidente em Mato Grosso, uma representante do povo, a deputada Oliva Enciso, fácil se tornará a aprovação da medida lembrada pelo chefe do Executivo, beneficiando-se assim milhares de jovens que não dispõem de meios para efetivação de seus estudos de grau médio. (CORREIO DA MANHÃ, 1959, p. 7).

Nesse sentido, tais recursos demonstraram o crescente investimento nos ginásios fundados pela CNEG que o poder público federal e estadual (em sua maioria estadual) desempenhou, haja vista as necessidades do período, ou seja, a demanda por educação secundária.

Isso posto, compreendemos que a CNEG, como instituição privada, ao mobilizar estratégias e abranger o campo no qual estava jogando, participava de um “jogo político” no qual submetia seus interesses ao estado para angariar recursos. Nesse luta por interesses, conforme Britez e Andrade (2016, p. 8), “[...] as instituições privadas são mantidas e subvencionadas pelo poder público para suprir as necessidades objetivas da sociedade”, a exemplo da CNEG, que se adequou às regras do jogo ao elaborar o estatuto a pedido do Ministro de Educação e alinhar-se à LDB com o intuito de receber verbas.

Nas memórias de Enciso (1986, 1995) não há registros de como a Campanha foi percebida em Mato Grosso, porém, tendo em vista a população a qual se destinava, as necessidades do período e as pessoas que a ajudaram na instalação, inferimos que foi bem recebida.

A Campanha possui particularidades, pois não se intitulava pública nem se configurava como privada, apresentando-se como um braço do Estado no que tange à oferta da educação.

Nesse sentido, Silva (2001) afirma que a CNEG atuava como uma via de privatização, uma vez que

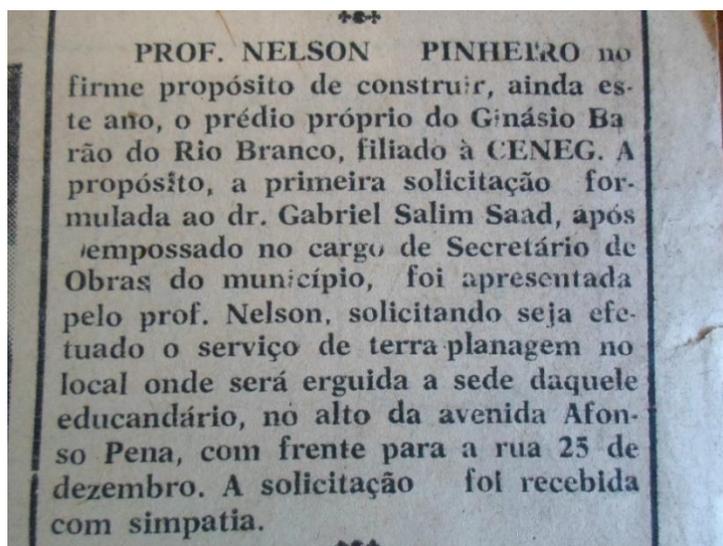
A CNEG assume o discurso de uma via entre o público e o privado, entre o Estado e o Mercado, embasando-se, para tanto, no mecanismo e no discurso do tema da comunidade. Na realidade, ela se constitui, historicamente, em uma via de privatização adotada pelo Estado, sobrevivendo há 56 anos com recursos advindos dos poderes públicos [...]. A análise da trajetória da CNEG possibilita evidenciar elementos constitutivos das novas tendências da privatização da educação brasileira, permitindo um melhor entendimento da redução e/ou modificação da intervenção estatal nos serviços essenciais à população, como a educação e outros. (SILVA, 2001, p. 22).

Em uma análise sob a teoria bourdieusiana, podemos considerar que a CNEG, em seus primórdios, atuava como "mão esquerda" do Estado, a qual, segundo Bourdieu (1998, p. 10): “[...] se opõe ao Estado da mão direita, aos burocratas [...] Muitos movimentos sociais a que assistimos (e assistiremos) exprimem a revolta da pequena nobreza contra a grande nobreza do Estado.”

O referido autor afirma que há certo desespero no que tange à ausência do Estado em alguns setores da vida social que deveriam ser de sua responsabilidade e atribuição, como a habitação, educação e saúde, entre outros, por meio de programas de moradias populares, escolas e hospitais públicos, mas que o Estado não atende e nem é capaz de fazê-lo. Nessa perspectiva, a CNEG surgiu a partir da compreensão do contexto vivenciado pelo país naquele período histórico, no qual não havia educação secundária para todos em Recife e em Campo Grande, Sul de Mato Grosso, o que a levou a mobilizar-se e inserir-se no campo e no jogo.

Em Campo Grande, por falta de sede própria, o Ginásio Barão do Rio Branco inicialmente funcionou no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, recebendo apenas no ano de 1966 uma doação que possibilitou o estabelecimento de sua sede. No jornal do “Comércio” de Campo Grande do dia 03 de fevereiro de 1967, ano XLVI nº 10.406, houve um pedido do então diretor Nelson de Souza Pinheiro para a construção do prédio do ginásio:

Figura 6 - Pedido de construção do prédio do Ginásio Barão do Rio Branco.



Fonte: Arquivo Público Estadual de Mato Grosso (2018).

Por meio das memórias, da historiografia e dos documentos públicos que reunimos, temos os indícios de que o Ginásio Barão em seu início não possuía sede própria, pois na data de sua instalação foi determinado que a Comissão Estadual se encarregasse de encontrar um ginásio noturno e gratuito, onde pudesse se instalar. Os materiais utilizados também não eram da instituição, mas emprestados. No Quadro 10 listamos as instituições escolares que o Ginásio passou antes de possuir o prédio.

Quadro 10 - Sedes do Ginásio Barão do Rio Branco em Campo Grande (1949 – 1966).

Ano	Instituição
1949	Escola Particular da D. Ana Luísa Prado Bastos
19??	Escolar Particular de D. Simpliciana Corrêa ⁴³
1954	Grupo Escolar Joaquim Murinho
1966	Prédio próprio na avenida Afonso Pena

Fonte: Enciso (1986).

Organização: Astofê, 2018.

No que concerne aos diretores, encontramos registros de três que passaram pela gestão do Ginásio Barão no período mencionado, conforme pode ser observado no Quadro 11.

⁴³A escola particular de Dona Simpliciana Corrêa em buscas no site da Biblioteca Nacional Digital encontra-se com o nome de Escola Particular Prof. Simpliciana Corrêa e contava com quarenta alunos matriculados no ano de 1930.

Quadro 11 - Diretores do Ginásio Barão do Rio Branco (1949 -1955).

Ano	Diretor
1949 a 1953	Maria Constança de Barros Machado
1954	Nelson de Souza Pinheiro
1955	Arassuay Gomes de Castro

Fonte: Enciso (1986).

Organização: Astofe, 2019.

Além das subvenções angariadas e da legitimação pelos representantes, a Campanha recebeu, por meio da Lei nº 957, de 18 de maio de 1966, a doação de um terreno para a construção da sede própria, situado na Avenida Afonso Pena. Quando o engenheiro Nilo Javari Barém se encarregou de desenhar a planta urbana de Campo Grande, em 1909, a Avenida Afonso Pena inicialmente tinha o nome de Rua Marechal Hermes.

Nilo Javari Barém propôs o assentamento urbano no espigão divisor entre os dois principais córregos existentes, o Segredo e o Prosa, formadores do Rio Anhanduí, de modo a ocupar as formas tubulares desses terrenos. O desenho apresentava um plano ortogonal, em xadrez, com ruas largas (sentido Leste-Oeste). **As principais ruas foram consideradas as estabelecidas de Sul a Norte, tendo como eixo central a Marechal Hermes (atual Av. Afonso Pena).** Ao longo da avenida central foi projetada a implantação de duas praças públicas, considerando-se a Praça da República (atua Praça do Rádio Clube) como a principal, em torno da qual deveria se constituir o centro da futura cidade. (LE BOURLEGAT, 2009, n.p., grifo nosso).

No livro “Pelos Ruas de Campo Grande”, Paulo Coelho Machado (2008) retrata a Avenida Afonso Pena como “a grande avenida” que para ele foi,

[...] um dos mais belos bulevares do mundo, lembrando as avenidas de Paris, de Nova Iorque, de São Paulo e Belo Horizonte. Nasceu modesta, com suas quadras que se foram expandindo celeremente até chegar à magnificência atual, prometendo novas conquistas de embelezamento, que fazem dela orgulho dos campo-grandenses. (MACHADO, 2008, p. 307).

A Avenida Afonso Pena gozava de prestígio no período, sendo uma das mais importantes da cidade, juntamente com a Rua 14 de Julho, recebendo diversos desfiles: “Nossa avenida sempre foi palco de desfiles militares e colegiais, em grande estilo, nos festejos da independência e dos aniversários da cidade [...]” (MACHADO, 2008, p. 308). Desta maneira, o terreno doado pela Prefeitura ao Ginásio Barão do Rio Branco na “Avenida Principal” corroborou para a instalação e legitimação da instituição, devido à importância da rua no período.

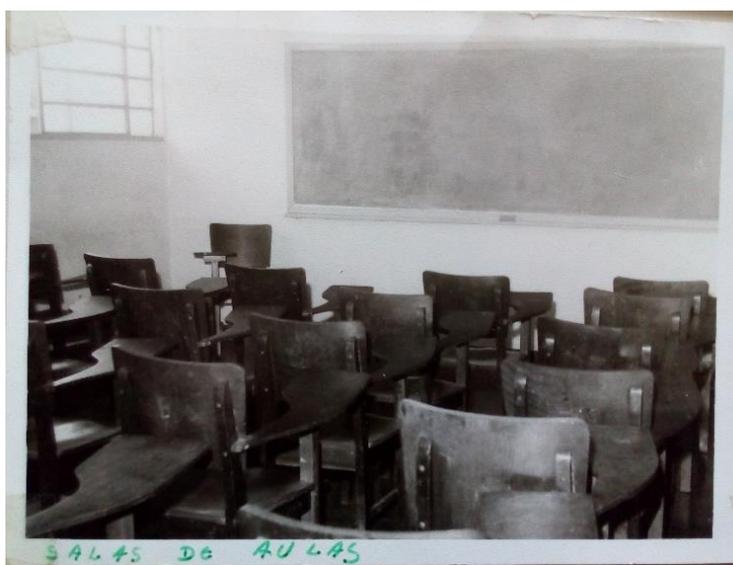
Figura 7 - Ginásio Barão do Rio Branco (CNEC).



Fonte: Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto (2018).

As fotografias a seguir dispostas demonstram a sala de aula do Ginásio, bem como a frente da escola, as imagens não possuem data ou definem em que região da cidade a instituição se encontrava. No entanto, indícios levam-nos a crer que era a própria sede na Avenida Afonso Pena, no terreno doado pela Prefeitura.

Figura 8 - Sala de aula do Ginásio Barão do Rio Branco.



Fonte: Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto (2018).

Figura 9 - Frente do Ginásio Barão do Rio Branco.



Fonte: Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto (2018).

Por meio dos documentos públicos também é possível compreender as práticas deste ginásio. Luís Alexandre de Oliveira, na obra de Sá Rosa (1999, p. 34), lembrou-se do Inspetor Federal Amélio de Carvalho Baís, caracterizando-o como “[...] indivíduo bondoso ao extremo [...]”, sendo que em documentos como boletins e fichas individuais do Ginásio Barão do Rio Branco sua assinatura se encontra presente. Outro Inspetor Federal que também realizava seus trabalhos na instituição foi Henrique Carregal, no período de gestão do diretor Arassuay Gomes de Castro.

Figura 10 - Ficha Individual do Aluno com assinatura do Inspetor Amélio Baís (1953).

Ginásio Barão do Rio Branco
 Curso: *1º Ciclo*
 FICHA INDIVIDUAL DO ANO LETIVO DE *1953* 1º CICLO
 Nome do Aluno: *Sá, Álvaro Martins Neto*
 Turma: *1ª* Série: *1ª* Turma: *A*

1.ª EPOCA		1.ª Parcial	2.ª Parcial	PROVA FINAL	NOTA ANUAL
Matemática	4	8	8	9	8
Alfabeto	4,5	6	5	5	5,5
Português	4	4	4	4	4
História	3	3	3	3	3
Geografia	2	-	-	2	2
TOTAL					<i>See attached</i>
NOTA ANUAL					
1.ª Parcial	4	8	8	9	8
2.ª Parcial					5,5
PROVA FINAL					4,5
NOTA ANUAL					6
NOTA GLOBAL					
RESULTADO					

NOTA GLOBAL: RESULTADO:
 Visto do Inspetor: *Dr. Amélio de Carvalho Baís*

Fonte: Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto, 2018.

Figura 11 - Documento de Transferência de aluno com assinatura do Inspetor Henrique Carregal (1961).

NOTURNO
EXAME DE ADMISSÃO

Nome do Aluno: _____

29 de novembro de 1941 " COLÉGIO DOM BOSCO "

Data do Nascimento: _____ Estabelecimento que expedeu o Certificado: _____

TRÊS LAGOAS MATO GROSSO CAMPO GRANDE MATO GROSSO

Local: _____ Estado: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Nome do Pai: _____

Nome da Mãe: _____

Observações: *Transferência expedida para a 3ª série ginasial de acordo com a Port. Minist. 501/5/52, Art. 20 para o Colégio Dom Bosco DE CAMPO GRANDE. Nada impede a sua matrícula.*
Campo Grande, 28 de fevereiro de 1961

AS, DIRETOR
Araucary Gomes de Castro

AS, INSPECTOR
Henrique Carregal

Reservado para reconhecimento de firma

RESULTADOS

Português:	7,0	Mat.:	7,5
Geografia:	9,0	Hist.:	6,5
Média Geral:	7,4	Data:	28/2/61

NO PRESENTE DOCUMENTO NÃO SÃO ENVIADAS OU RECEBIDAS

Fonte: Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto, (2018).

O Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, criou o serviço de inspeção com o escopo de equiparar as instituições de ensino secundário ao Colégio Pedro II, os quais, após serem reconhecidos, poderiam expedir certificados de habilitação. Para tanto, era necessário que a instituição fizesse o pedido de inspeção e atendesse a alguns requisitos, tais como: possuir um edifício, instalações e material de acordo com o estabelecido pelo Departamento Nacional de Ensino; dispor de um corpo docente inscrito no registro de professores; ter garantias financeiras que permitissem seu funcionamento por dois anos e obedecer à organização didática estabelecida. Em relação ao cargo de diretor da instituição, exigia-se que fosse uma pessoa “[...] de notória competência e irrepreensível conduta moral.” (BRASIL, 1932, p.17).

Inicialmente, atendendo a esses requisitos, o cargo de diretora do Ginásio Barão do Rio Branco foi designado para a professora Maria Constança de Barros Machado, personalidade da sociedade campo-grandense já citada nesse estudo.

O capítulo II do referido Decreto que instituiu o serviço de inspeção, estabelecia que:

Art. 64. Para os fins de inspeção os estabelecimentos de ensino secundário serão agrupados de acordo com o número de matrículas e com as distancias e facilidades de comunicação entre eles, constituindo distritos de inspeção.

Art. 65. A inspeção permanente, em cada distrito, será exercida pelos inspetores e caberá aos inspetores gerais a incumbência de percorrer os distritos não só para fiscalizar a marcha dos serviços, como para solucionar divergências suscitadas entre os inspetores e os dirigentes dos estabelecimentos de ensino.

Art. 66. Além dos inspetores de estabelecimento haverá, em cada inspetoria regional, um inspetor regional, especializado em uma das secções didáticas, e quatro inspetores-

assistentes, especializados em cada uma das demais secções. (BRASIL, 1931, p. 6947).

Apesar de não possuir sede própria, Enciso (1986) retratou que o Ginásio obteve oficialização, contando com o auxílio de pessoas da sociedade campo-grandense da época, tais como a Profa. Maria Constança de Barros Machado e o Inspetor Federal Dr. Amélio de Carvalho Baís.

Figura 12 - Certificado expedido pelo Ginásio Barão do Rio Branco (1954).



Fonte: Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto (2018).

Outro aspecto relevante diz respeito às disciplinas ofertadas neste Ginásio. No primeiro boletim que tivemos acesso consta que no ano de 1950 as disciplinas eram: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia, Trabalhos Manuais e Desenho.

Figura 13 - Disciplinas ofertadas no Ginásio Barão do Rio Branco em 1950

CAMPO GRANDE		MATO GROSSO											
FICHA INDIVIDUAL DO ANO LETIVO DE 1950													
Curso GINÁSIAL		Turma NOTURNO				Série 4ª				Turmas			
		Portug.	Latim	Franc.	Ingl.	Matem.	Ciências	H. Geral	H. do Brasil	Geografia	Trabalhos	Manuais	Desenho
1ª EPOCA													
Maio													
Abril													
Março		0	5	2	4	0,5		3		6,5	5	6	
TOTAL		1,5	6	4	5	0,5		6		4	6	3	
Setembro													
Outubro													
TOTAL													
NOTA ANUAL													
1ª Parcial		5,5	6	6	4,5	3,5		6		8	5	6	
2ª Parcial													
PROVA FINAL													
Nota Anual de Exercícios x 2													
1ª Prova Parcial x 2													
2ª Prova Parcial x 3													
Prova Final x 5													
TOTAL													
NOTA FINAL													
TOTAL													
NOTA GLOBAL													
RESULTADO													
2ª EPOCA													
Prova Escrita													
Prova Oral													
MÉDIA													
Média 2ª Época x 5													
Nota Anual de Exercícios x 2													
1ª Prova x 1													
2ª Prova x 2													
TOTAL													
TOTAL													
NOTA GLOBAL													
RESULTADO													

Português
Latim
Francês
Inglês
Matemática
Ciências Naturais
H. Geral
H. do Brasil
Geografia
Trabalhos Manuais
Desenho

Fonte: Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto (2018).

Com base na Reforma do Ministro Gustavo Capanema e nas denominadas Leis Orgânicas do Ensino (1942), Shwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 205) assinalam que, para Capanema: “[...] o sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho. A educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais.” Assim sendo, reforçava-se um ensino voltado às elites condutoras do país, com um currículo que predominantemente possuía caráter humanista. (MENEZES, 2012).

A referida Reforma não alterou as bases do ensino secundário, que permaneceu com o tempo de duração de sete anos, organizados em dois ciclos: ginásio, com duração de quatro anos, e o curso clássico e científico, com duração de três anos. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

A falta de professores formados no período consistia em um desafio a mais para a manutenção das instituições e concessão dos certificados pelos órgãos de inspeção. Segundo Oliva Enciso, em entrevista à Sá Rosa (2005, p. 15), “Era uma época de carência de professores, então aceitávamos para lecionar pessoas que tinham diploma da didática viva, do saber adquirido pelo autoconhecimento.”

No entanto, observamos que havia também professores que possuíam outro tipo de formação, como no caso do professor Arassuay Gomes de Castro, que se graduou em línguas neolatinas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Lorena (SP), e lecionou no referido Ginásio, em que também foi diretor, como citado no trecho do jornal “A Crítica”,

[...] lecionou no Colégio Estadual de Campo Grande, no Colégio Osvaldo Cruz e no Ginásio Barão do Rio Branco, colégio onde foi diretor por muitos anos e onde também conheceu sua esposa, Maria José. Foi professor de latim e de português no Ginásio Barão do Rio Branco, que funcionava no período noturno no prédio do Colégio Joaquim Murtinho, na Avenida Afonso Pena. (A CRÍTICA, 1969, p. 2).

Em 11 de dezembro de 1951, o então presidente do Senado Federal, João Café Filho, concedeu “[...] à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, o auxílio de Cr\$ 1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil cruzeiros)” (BRASIL, 1951), o que corresponde em 2019⁴⁴ a R\$ 1.442.170,29 (um milhão quatrocentos e quarenta e dois mil cento e setenta reais e vinte e nove centavos). Desse montante, o Ginásio Barão do Rio Branco recebeu o total de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), o que corresponde hoje a R\$ 40.739,27 (quarenta mil setecentos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos).

É pertinente destacarmos que de acordo com publicações em Diários Oficiais, o Ginásio Barão do Rio Branco recebeu auxílio financeiro por parte da União em outras épocas, conforme consta na Tabela 5.

Tabela 5 - Auxílio financeiro da União para o Ginásio Barão do Rio Branco.

Valor da época	Valor atualizado – IGP – DI/FGV	Diário Oficial da União
Cr\$ 15.000,00	R\$ 7.138,17	13/12/1954 – p. 277
Cr\$ 38.360,00	R\$ 12.892,85	14/12/1956 – p. 216
Cr\$ 40.000,00	R\$ 12.705,84	15/07/1957 – p. 29
Cr\$130.000,00	R\$ 8.539,04	20/12/1962 – p. 351
Cr\$130.000,00	R\$ 4.732,06	27/12/1963 – p. 363

Fonte: Jusbrasil (2014)⁴⁵

Organização: Astofe, 2018.

⁴⁴ Salientamos que, os valores atuais foram compostos pela conversão monetária da moeda da época para o Real assim como pela correção monetária, por meio do índice IGP-DI/FGV.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/>, 2014>. Acesso em: 12 nov. 2014.

No que tange ao auxílio monetário, nos arquivos públicos de Campo Grande foi possível encontrar a Lei nº 265, de 29 de abril de 1952, que assim estabelecia:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a subvencionar o GINÁSIO BARÃO DO RIO BRANCO, desta cidade, com a importância de quarenta mil cruzeiros (Cr\$40.000,00) anuais, e ficando com o direito de encaminhar para aquele Ginásio todos os alunos que necessitarem de ajuda dos cofres públicos para o seu cultivo intelectual do primeiro ciclo secundário.

Art. 2º - A despesa decorrente da presente lei ocorrerá pelo “Fundo Municipal de Assistência”, criado pela Lei nº 231, de 21 de setembro de 1951. (CAMPO GRANDE, 1952, n.p).

De acordo com as legislações encontradas e os relatos de Enciso (1986), o referido Ginásio contou, no decorrer de sua história, com o apoio do poder público, federal e municipal e com a presença de representantes políticos, que se viam na obrigação de expandir a oferta educacional para atender às necessidades de desenvolvimento econômico e social de Campo Grande. A função social da instituição era a formação dos jovens que não tinham condições de frequentar as escolas privadas entre as décadas de 1940 e 1950. (BRITTEZ, 2014).

O Projeto de Lei nº 4.421, de 17 de maio de 1954, decretado pelo Congresso Nacional e aprovado pela Câmara dos Deputados, concedeu adicionalmente à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos uma franquia postal e telegráfica para a correspondência que expedisse em objetos de serviço.

Coerentemente com seu objetivo de atender à população trabalhadora, o horário de funcionamento do Ginásio dava-se no turno noturno, como se observa a seguir:

Com o funcionamento no horário **noturno**, esses educandários proporcionam uma igual oportunidade também aqueles que, durante o dia, entregam-se as atividades múltiplas de uma grande nação de trabalhadores, como sejam: militares, funcionários públicos, operários etc., patrícios que, nas horas de descanso, sobrepondo o interesse de aprimorarem sua cultura e ampliarem seus conhecimentos as diversões e ao merecido repouso, buscam, os bancos escolares dos ginásios noturnos da CNEG. (BRASIL, 1954, p. 2, grifo nosso).

Nessa perspectiva, Heitor Freire (2010), em artigo publicado no jornal “Correio do Estado”, relata, sobre o período em que frequentou aulas no Ginásio Barão do Rio Branco: “Prestei o exame de admissão no Colégio Osvaldo Cruz, onde cursei a primeira série ginásial. Por necessidade de trabalho, a partir daí passei a estudar à noite no Ginásio Barão do Rio Branco, e lá terminei o curso ginásial.” (FREIRE, 2010, p. 1). Por sua vez, Enciso (1986) traz outra faceta das dificuldades do período, estendidas também aos professores que atendiam a

esses estudantes no noturno: “Iam lecionar à noite, de graça, sem medir sacrifícios.” (ENCISO, 1986, p. 114).

Assim sendo, percebemos que estes ginásios tinham o objetivo de disseminar o curso ginásial do ensino secundário a todos aqueles que não tinham condições. Portanto, segundo o referido documento: “O pedreiro, o lavrador, o carpinteiro, enfim, o pai de família que possui apenas as primeiras letras, luta com dificuldades tremendas para educar a sua prole, decidir, realizar e progredir no seu labor.” (BRASIL, 1954, p. 2).

No ano de 1954, como observamos nos arquivos encontrados, a Campanha, cumprindo com suas finalidades, mantinha oitenta e oito educandários do ciclo secundário, inteiramente gratuitos, que funcionavam sob o regime de inspeção por parte do Ministério da Educação e Cultura. No período em questão, contava com a matrícula de cerca de doze mil alunos em todo o território nacional. Nesse ponto, cabe aqui destacarmos que os alunos não pagavam mensalidades para frequentar o Ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Com o crescimento da Campanha em todo o país e tendo também que dividir seu tempo com outras atividades, Oliva Enciso pediu demissão do cargo de presidente estadual da CNEG em Mato Grosso, recebendo em 05 de dezembro de 1968 uma carta de Felipe Tiago Gomes, o fundador dos educandários, que ressaltou: “[...] não nos é possível silenciar todo um passado de vinte anos de seu companheirismo, de grandes lutas e de grandes alegrias, que lastrearam a estima e a admiração que nutrimos pela sua personalidade inconfundível.” (ENCISO, 1986, p. 116).

Com isso, observamos que o Ginásio Barão do Rio Branco esteve sob o olhar de Oliva por quase vinte anos, desde sua fundação na cidade de Campo Grande, deixando um considerável legado para com a educação no estado. Ainda que tenha pedido demissão, Oliva Enciso não se desligou completamente da Campanha, como narrou: “Ainda ontem presidi a reunião da assembleia geral do Setor de Campo Grande, quando foram eleitos os novos membros do Conselho local e Fiscal. Dos 13 eleitos, somente um não é ex-aluno do Ginásio Barão do Rio Branco.” (ENCISO, 1986, p. 117).

Importante ressaltar que não foram encontrados documentos que comprovem o fim do denominado Ginásio, mas, em 1973, a instituição foi declarada de utilidade pública pela Lei nº 1.472, de 16 de novembro de 1973, reconhecendo-se assim o trabalho do Ginásio perante a sociedade campo-grandense. Esta informação demonstrou que após a saída de Oliva Enciso o Ginásio ainda foi mantido. Segundo Brites (2014), o referido Ginásio seguiu com seu trabalho até o ano de 2012, como assinala,

[...] compreende-se que o Ginásio Barão do Rio Branco ofereceu o ensino secundário para a classe trabalhadora, se manteve em funcionamento e posteriormente foi denominado de “Escola Cenecista de Educação Pré-escolar e Ensino Fundamental Oliva Enciso”, que funcionou em Campo Grande até o ano de 2012. (BRITZ, 2014, p. 147).

Diante desse quadro, concluímos que o Ginásio, por muitos anos, pode oferecer o curso ginásial do ensino secundário a todos os cidadãos, ao disseminar o ideal de um professor que queria oferecer um ensino público de qualidade também àqueles que não tinham condições, haja vista as dificuldades de acesso ao ensino à época, que já eram acentuadas no primário, mas se intensificavam no secundário. Felipe Tiago Gomes, nesse sentido, indagava: “Por que só os ricos podem estudar?” (ENCISO, 1986, p. 108). Assim sendo, compreendemos que o Ginásio atingiu seu objetivo, oferecendo também aos menos favorecidos a oportunidade de concluir os estudos.

Dessa forma, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, por meio de tal estabelecimento de ensino em Campo Grande, foi pioneira em terras mato-grossenses e contribuiu para a expansão do ensino secundário no Sul e em todo o Mato Grosso, levando Enciso (1986) a retratar sua satisfação ao conseguir expandir a oferta educacional a todos.

Em síntese, compreendemos que a Campanha contribuiu para a expansão do curso ginásial do ensino secundário em Mato Grosso, com sede em seis cidades do estado e, em especial em Campo Grande, com o Ginásio Barão do Rio Branco. Destinava-se à classe trabalhadora, aos “desprovidos de recursos financeiros”, e mantinha-se firme em sua finalidade de democratizar. A sua aceitação na cidade se deu pela quantidade mínima de escolas secundárias gratuitas, sendo apenas uma - o Liceu Campo-Grandense. Concluímos que seu prestígio foi obtido tanto pela representação simbólica dada pelos agentes que a legitimaram como pelo apoio do poder público.

3.4 A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos na historiografia

Este tópico tem por objetivo compreender a instalação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos por meio da historiografia, isto é, com a utilização de dissertações e teses que tratem de tal temática. Ressaltamos que, como não foram encontrados estudos que tivessem como objeto de pesquisa o Ginásio Barão do Rio Branco, utilizamos estudos que contribuíssem, de modo geral, na compreensão da instalação da CNEG no Brasil e de alguns aspectos do contexto em que se deu sua consolidação em Mato Grosso.

A historiografia no que tange ao assunto é bastante limitada, como podemos constatar. Retomando o estado do conhecimento, é possível afirmar que apenas no estudo de Brites (2014) há indícios da Campanha em Mato Grosso, embora, por não ser o objeto principal do seu trabalho, a autora não apresente uma maior aproximação da temática.

Já Holanda (1977), em sua dissertação intitulada “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade: um estudo histórico”, apresenta as “fases” da Campanha, assim descritas: Primeira fase - 1943 a 1952; Segunda fase - 1953 a 1971. De acordo com o referido autor, na primeira fase o Brasil se encontrava no contexto do Estado Novo, envolto pelo sistema de pensamento totalitário e pelos princípios do nacionalismo, integração nacional, centralização e hierarquia, com vistas à perda das liberdades públicas. A educação, nesse período, voltava-se ao atendimento das demandas do processo de industrialização, em que se exaltava nacionalidade e o ensino profissional, tornando-se assim a responsável pela solução dos problemas nacionais.

Com a Reforma Capanema em 1942, o ensino se mostrou dualista, com a regulamentação de dois modelos de ensino: humanista, voltado para as elites condutoras do país, e técnico industrial, destinado à classe operária, principalmente com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em Mato Grosso, podemos ressaltar este processo por meio das memórias de Oliva Enciso (1986), pois, um dos objetivos da fundação da Sociedade Miguel Couto dos Amigos do Estudante⁴⁶, em 1940, foi a instalação de uma escola profissional. Oliva conseguiu pleiteá-la no Rio de Janeiro, pela influência de Roberto Mange, diretor regional em São Paulo do Departamento Nacional do Senai, que concedeu autorização, em 1945, para a construção da Escola do Senai em Campo Grande, sendo a primeira escola inaugurada em 1949.

Nesse sentido, observamos o reflexo da política educacional vigente que buscava atender às demandas do mercado e, assim, educava os jovens para o trabalho. O campo educacional do período era carente de escolas secundárias e a fundação do Senai se deu antes da fundação do Ginásio Barão do Rio Branco, ou seja, muitos estudantes que terminavam o primário e não conseguiam ingressar no Liceu Campo-grandense não tinham outra escolha a não ser o ensino técnico oferecido pelo Senai. Podemos observar, assim, que a atuação de Oliva Enciso esteve voltada às classes trabalhadoras, demonstrada por sua adesão à CNEG e ao Senai.

⁴⁶ As finalidades da instituição eram: i) a educação, ii) assistência a menores e iii) comércio e produção. Oliva Enciso assume a presidência da associação e conta com o apoio de personalidades da sociedade campo-grandense como Múcio Teixeira Júnior, Paulo Coelho Machado e Arassuay Gomes de Castro.

A Escola Senai e seu anexo, o internato, destinavam-se à formação e ao aperfeiçoamento de trabalhadores . Os cursos oferecidos no ano de sua fundação eram: mecânico serralheiro, mecânico de automóveis, eletricista, carpinteiro e pedreiro, além de cursos de aperfeiçoamento noturnos. (ENCISO, 1986).

Segundo Enciso (1986), em 1948 foi publicado edital de convocação destinado a menores de 14 a 16 anos, pelo Secretário Geral da Prefeitura, Wilson Barbosa Martins, com o intuito de preencher, por meio de seleção, 40 vagas nos cursos supracitados. A Prefeitura apresentou 87 candidatos, e os 15 primeiros eram da Escola Miguel Couto de sua responsabilidade e fundação.

Na inauguração, Oliva foi homenageada por Roberto Mange do Senai, recebendo agradecimentos pela cooperação, dedicação e insistência. A fotografia ilustrada na Figura 14 mostra Oliva recebendo medalha de honra ao mérito de Roberto Mange, convidada na ocasião pela Rádio Tupi para receber a homenagem.

Figura 14 - Oliva Enciso recebe de Roberto Mange Medalha de Honra ao Mérito (1951).



Fonte: Mato Grosso do Sul: Minha Terra/Senai (2003).

Dentre as homenagens, Oliva é lembrada como “um exemplo a imitar”, haja vista que fez parte da instalação do ensino profissional no Oeste brasileiro, conforme consta no boletim informativo Senai de julho de 1949:

Quando se tiver de escrever a história da penetração do ensino profissional no Oeste Brasileiro, haverá a necessidade de se não omitir um nome de mulher, o de D. Oliva Enciso, senhora mato-grossense, cuja vida, embora envolta da mais tocante modéstia e voluntária obscuridade, tem sido a expressão de um constante devotamento ao progresso do país. Pode-se dizer que ao seu dinamismo se deve em grande parte a instalação da Escola Senai de Campo Grande, com internato anexo. (ENCISO, 1986, p. 85).

Com a fundação do Senai, esperava-se que a classe operária fosse beneficiada, no entanto, isso não ocorreu como um todo, pois, segundo Holanda (1977, p. 9) aqueles que se beneficiaram foram os industriais, “[...] uma vez que tais cursos, aliados a outros vieram corroborar as diferenças sociais [...]”

O ensino secundário manteve seu caráter elitista e a legislação vigente não responsabilizava o Estado para com sua universalização. Desse modo, havia dois tipos de ensino: um voltado às elites e outro para as classes operárias, como o Senai. Assim sendo, explica-se o grande número de instituições secundárias de iniciativa privada e a prática dos estados em manter em suas capitais um único ginásio público, como o Liceu Cuiabano em Cuiabá e o Liceu Campo-grandense na cidade de Campo Grande, fundado anos mais tarde.

Deste modo, com a grande maioria da população em situação de penúria e a majoritariedade do ensino privado, a população menos abastada não tinha acesso à educação secundária profissionalizante ou acadêmica. Por outro lado, os estados e municípios, que sequer conseguiam atender o ensino elementar, não possuíam também recursos para investir na educação secundária, já que não era sua responsabilidade.

Holanda (1977) chama atenção para uma das possíveis “raízes” do movimento cenegista: a pobreza, que marcava Pernambuco e o Brasil, e assolava principalmente os idealizadores da Campanha que não possuíam facilidade em conseguir dinheiro para estudar. Tendo por base sua realidade e a de muitos outros jovens, Felipe Tiago Gomes, juntamente com quatro colegas, idealizaram um bom ensino gratuito por meio da Campanha do Ginásio Pobre (C.G.P), que mais tarde passou a se chamar Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Ao descrever os boletins da C.G.P, que eram utilizados para a divulgação e legitimação da Campanha, Holanda (1977, p. 15) aponta o entusiasmo pela educação capaz de construir uma nova sociedade, mais justa e igualitária: “Tudo nos indica que a principal característica da Campanha haveria de ser entusiasmo pela educação movido pelo espírito humanitário e por um idealismo capaz de levar ao sacrifício.”

Felipe Tiago Gomes, o principal fundador, conseguia congrega outros elementos no Brasil, viajando por muitos estados com o seu ideal. No Sul de Mato Grosso, o principal agente articulador para a instalação da CNEG foi Oliva Enciso, que, assim como o fundador da Campanha, não possuiu recursos para estudar, só sendo possível por meio de uma bolsa de estudos adquirida por intermédio do capital social.

Azevedo (2007) ressalta o papel da imprensa para a legitimação da CNEG. Com base na autora, compreendemos que a partir de 1945 a Campanha vivenciou a sua fase de expansão pelos estados e a imprensa colaborou quando pressionou o governo e cobrou providências.

Segundo a autora, nesse período seus fundadores necessitaram aderir a uma nova ideia, que alterava os seus princípios, pois a Campanha, inicialmente,

[...] não aceitava a colaboração do Estado e de políticos em suas atividades. Acreditavam que a população e a imprensa seriam o suficiente para solidificar e expandir suas ações. Contudo, a realidade apresentada foi outra e os membros do movimento perceberam que era necessário iniciar uma parceria com o Estado, se quisessem de fato dar continuidade à Campanha. (AZEVEDO, 2007, p. 76).

A partir dessa análise, observamos as estratégias utilizadas por estes agentes no campo. Estratégias estas que buscavam legitimar a Campanha no campo por meio de políticos, que possuíam força e representação com a utilização de seu capital social e político, e da imprensa, que, por se tratar de um veículo de informação, conseguia dar visibilidade e cobrar auxílios de políticos e do Estado, corroborando com a legitimação.

Holanda (1977), nessa perspectiva, afirma que a imprensa se tornou uma aliada da Campanha, e a auxiliou a adentrar diversos espaços sociais.

[...] sua penetração na Câmara dos Deputados e no Senado, bem como no Ministério da Educação, conseguindo, nestes ambientes, adesões que lhe valeram, além da aquisição de recursos financeiros, outros tipos de ajuda para a sua evolução. Dentre estes, o interesse despertado em certos políticos que viram na Campanha um meio de solucionar o problema da educação secundária em "seus" estados e municípios. (HOLANDA, 1977, p. 26).

Ressaltamos os interesses que subjazem na adesão da Campanha em Mato Grosso. Oliva Enciso, que já possuía um trabalho com educação por meio da Sociedade Miguel Couto e, logo depois, em 1949, aderiu à CNEG em Campo Grande e auxiliou na fundação de outras instituições no estado, apresentou-se como candidata ao cargo de vereadora em 1954 e ao cargo de Deputada Estadual em 1963, tendo em ambos sua candidatura concretizada, o que lhe permitiu elaborar projetos de leis para a Campanha, bem como para outras questões sociais.

Em nossas idas e vindas aos arquivos públicos de Campo Grande, destacamos: o Arquivo Histórico de Campo Grande (Arca), que possui em seu acervo o Jornal "O Satélite", no qual Oliva Enciso aparece como figura importante e representativa para a sociedade mato-grossense, fruto do seu capital simbólico.

Figura 15 - Oliva Enciso como Deputada Estadual.



Fonte: Jornal O Satélite/ARCA.

Desse modo, é possível afirmar que o capital simbólico adquirido por Oliva Enciso no decorrer de sua trajetória profissional assegurou a ela prestígio e boa reputação no campo da sociedade em geral.

Em Bela Vista, o então “entusiasta” da CNEG foi Rubem Alberto Abbot de Castro Pinto, rapaz que desde cedo tomava partido na política e foi presidente da Liga de Estudantes Pró Divisão do Estado⁴⁷ criada em 1932, juntamente com seu irmão Júlio Mário Abbott de Castro Pinto, Oclécio Barbosa Martins, entre outros. Nessa cidade fora fundado o Ginásio Bela Vista em 1950. Nas eleições de 1954, pleiteou a candidatura como Deputado Estadual e recebeu o maior número de votos pelo partido União Democrática Nacional, o mesmo de Oliva Enciso.

Tabela 6 - Eleições de 1955 Deputados Estaduais eleitos pelo partido União Democrática Nacional (UDN).

Nome	Votos
Ruben Alberto Abbott de Castro Pinto	2 993
Manoel de Oliveira Lima	2 928
Adê Marques	2 853
Walter Faustino Dias	2 674
Antônio Moisés Nadaf	2 178
Gonçalo Botelho de Campos	2 157
Edward Reis Costa	2 157

Continua.

⁴⁷Segundo Freire (2014, p. 1): “[...] foi criada no Rio de Janeiro, a Liga de Estudantes Pró Divisão do Estado, liderada por jovens mato-grossenses, que se tornaram, depois de formados, verdadeiros bastiões da divisão.”

(Continuação) **Tabela 6 - Eleições de 1955 Deputados Estaduais eleitos pelo partido União Democrática Nacional (UDN).**

Nome	Votos
José Feliciano de Figueiredo	2 023
Wilson Loureiro de Oliveira	1 697
Hugo Correa	1 646
Manoel José de Arruda	1 615
Martinho Marques da Silva	1609
Héli Correa da Costa	1 403
Dormevil Malhado da Costa Faria	1 352

Fonte: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 1958.

Organização: Astofe, 2018.

Com isso, compreendemos que a “rede de relações” aumentou e tomou outras proporções que contribuíram para a manutenção da CNEG em Bela Vista, afirmando a nova fase da CNEG, que instituía relações com o Estado e com políticos. Dias (1998, p. 29) em entrevista a Oliva Enciso, lembrou que trabalhar na Prefeitura auxiliou na fundação do Ginásio Barão: “Ela recordou conosco as agruras pelas quais passou para consolidar o sonho de fundar a escola Miguel Couto e contou que trabalhar na prefeitura naquela época, facilitou as negociações para fundar o colégio Barão do Rio Branco [...].”

Desse momento em diante, a CNEG se aproximou do Estado. Como vimos no capítulo anterior, o Estado encarregava-se da educação primária e normal, disponibilizando recursos e investimentos, enquanto o ensino secundário estava a mercê. Nesse sentido, a iniciativa da Campanha auxiliava o Estado, que não demandava tantos investimentos e esforços, transferindo assim sua responsabilidade para a sociedade, como assinala Mestriner (2001, p. 23): “Propaganda uma outra modalidade de ação social, nem estatal, nem privada, mas pública, porquanto operada por um setor social comunitário considerado sem fins lucrativos e, portanto, paralelo ao mercado e parceiro do Estado.”

O ano de 1952 propiciou a expansão da Campanha por sua instalação em diferentes estados, principalmente do Sul, e pela autorização do Ministério de Educação e Cultura para seu funcionamento. Para uma análise de como estava a CNEG, eram realizados Congressos Nacionais, com participação dos representantes de cada estado. No IV Congresso, decidiu-se que caberia às comunidades o financiamento das instituições de ensino para pagar seus professores, que até o momento lecionavam gratuitamente. Para Holanda (1977), esta ação foi preponderante, pois:

Entende-se com este fato um importante passo dado pela Campanha em sua primeira fase de evolução, com o qual procurou fazer da comunidade sua fonte principal de financiamento, ao mesmo tempo porém que se definia como um movimento voltado para as cidades do interior do país visando a ampliação de oportunidades no ensino médio brasileiro. (HOLANDA, 1977, p. 27).

O referido autor alerta sobre uma preocupação latente dos fundadores do movimento, que diz respeito à CNEG não se tornar uma concorrente do Estado e muito menos adquirir características do setor privado, pois possuía como escopo instalar-se onde nenhuma houvesse chegado.

E, de fato, não há registros de que o Ginásio Barão do Rio Branco de Campo Grande no período delimitado tenha cobrado mensalidades dos discentes. No entanto, na pesquisa de campo encontramos um “Carnê de Contribuições Sociais” de 1983, em que os alunos pagavam mensalmente uma taxa de Cr\$ 5.500,00.

Figura 16 - Carnê de Contribuições Sociais do Ginásio Barão do Rio Branco (1983).

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC
 MANTENEDORA DA ESCOLA DE 1.º E 2.º GRAUS BARÃO DO RIO BRANCO
 Avenida Afonso Pena, 1611 - Jardim dos Estados - Fones: 393-4159 e 624-7312

Carnê de Contribuições Sociais Nº: 1996
 Este carnê deve ser pago no Bamerindus: 596
 AG. CAMPO GRANDE (MS.)

Nome: _____
 Série: 7º ano supletivo Turma: _____
 Período: noturno
 Endereço: R. 7 de Setembro 1236

TALÃO DE PAGAMENTO
 BAMERINDUS
 O banco da nossa terra.

Fonte: Centro de Escolas Recolhidas Álvaro Martins Neto, 2018.

Essa fase é identificada com a perda de espaço da CNEG no Brasil, a partir da tendência de estatização do ensino e a defesa da escola pública. Segundo Azevedo (2007), nesse período de redemocratização, a partir de 1980, a Campanha perdeu espaço em muitos estados devido à falta de recursos federais e ao gradativo investimento na escola pública.

No XXIX Congresso Nacional da Campanha, realizado em 1984, estabeleceram-se metas para superar as dificuldades encontradas, tais como: a) Oferecer um ensino de melhor qualidade, para atrair alunos com melhor poder aquisitivo; b) Atuar em outros níveis de ensino, como a educação infantil e o ensino superior; c) Oferecer escolas produtivas, como por

exemplo, a fazenda-escola, os centros de ensino profissionalizante, o programa de artesanato nas escolas, entre outros. (AZEVEDO, 2007).

Tais metas apontam mudanças importantes na configuração da CNEG, primeiro pela expansão do foco que inicialmente era o ensino secundário, com a oferta outros níveis de ensino, como a educação infantil e o ensino superior, e segundo pela alteração no público alvo, em sua gênese voltado às classes populares e nesse momento sinalizando a busca por alunos que tivessem como custear sua educação. Segundo Azevedo (2007), essas premissas definem um rompimento com os principais objetivos de sua fundação: oferecer gratuitamente o ensino secundário.

Em suma, a instalação da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso ocorreu como em outras partes do Brasil: Felipe Tiago Gomes, ao chegar a determinada cidade, ia ao encontro de pessoas representativas, que já possuíam algum trabalho social e pudessem auxiliar na fundação da Campanha naquele município. Compreendemos que no Sul de Mato Grosso Oliva Enciso mobilizou seus capitais (social, simbólico e político) para a instalação da CNEG no estado e sua posterior expansão.

Com a utilização das memórias e de documentos, constatamos que o segundo ginásio instalado em Mato Grosso, o Ginásio Bela Vista, na cidade de Bela Vista, também contou com auxílio de pessoas que detinham capitais, como Rubem Alberto Abbot de Castro Pinto e Júlio Mario Abbot de Castro Pinto, irmãos que mobilizavam suas propriedades atuantes e sua força simbólica por meio da política, permitindo a instalação e legitimação da Campanha na região.

O Ginásio Barão do Rio Branco, no período delimitado entre 1949 a 1963, não cobrava mensalidades de alunos, uma vez que nos seus arquivos não foram encontrados documentos que apresentem o contrário. No entanto, em 1983 o cenário mudou, devido às crises que CNEG enfrentava com a falta de recursos públicos e o crescente investimento na educação pública.

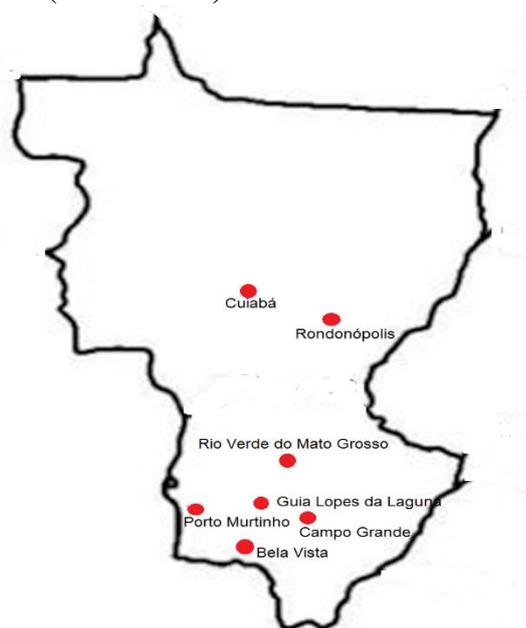
3.5 A materialização da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no estado de Mato Grosso: os ginásios

O propósito deste tópico está em compreender a institucionalização dos ginásios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso. Inicialmente, destacamos as dificuldades encontradas para o acesso aos documentos destes ginásios, pois muitos foram fechados. No entanto, procuramos as prefeituras e respectivas secretarias de Educação que, em sua maioria, não sabiam da existência dos ginásios. Assim sendo, utilizaremos de documentos

públicos e da historiografia, que auxiliaram nas análises desta parte da história educacional de Mato Grosso.

Os ginásios fundados pela CNEG em Mato Grosso, apresentados por Enciso (1986), foram: Ginásio Barão do Rio Branco, Ginásio Bela Vista, Ginásio Guia Lopes, Ginásio Dom Aquino Corrêa, Ginásio Ruy Barbosa, Ginásio Industrial 13 de Junho e Ginásio Agrícola de Rio Verde, todos fundados entre os anos de 1949 a 1963.

Figura 17 - Mapa das cidades contempladas pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso (1949 - 1963).



Fonte: Mapas do Brasil⁴⁸ (2018)
Organização: Astofe, 2018.

O primeiro ginásio de ensino secundário gratuito fundado instalou-se em Campo Grande e contou com o auxílio de Oliva Enciso e outros agentes com posse de capitais. O segundo, Ginásio Bela Vista, organizado na cidade de Bela Vista, é assim apresentado por Marcílio (1963):

A 29 de janeiro de 1950, em prosseguimento ao programa estabelecido no ano anterior, cria a Campanha dos Ginásios Gratuitos, o Ginásio de Bela Vista na cidade do mesmo nome, tendo como seus patrocinadores o Dr. Rúben Abbot de Castro Pinto, Dr. Antonio Santos Lima, Prof. Ester Silva, sendo indicado para sua direção Dr. Amélio Baís. (MARCÍLIO, 1963, p. 172).

⁴⁸ Disponível em: <<https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/mapas-do-brasil/>>. Acesso em: 15 Out. 2018.

Por meio do jornal “A Noite” (1950) compreendemos um pouco do campo educacional anterior à data de instalação da CNEG no município de Bela Vista, isto é, antes de 1950. Este campo não se difere do estado que se encontrava todo o Mato Grosso, ou seja, um campo carente de escolas secundárias.

Separada da República do Paraguai, por um pequeno rio o Apa, Bela Vista, uma das principais cidades da fronteira, só dispunha de escolas primárias, algumas aliás muito boas como a das Irmãs Vicentinas, o Grupo Escolar do Estado e outras mais. (A NOITE, 1950, p. 8).

O campo apresentado é composto apenas por escolas primárias, reforçando a assertiva de que os estados mantinham escolas secundárias apenas em suas capitais. Outro ponto diz respeito ao intuito da Campanha em ofertar tal nível de ensino em lugares longínquos, onde o poder público não havia chegado.

Oliva Enciso assinala, em um pronunciamento feito na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, transcrito na Ata nº 31, de 17 de julho de 1959, o campo ao qual pertencia a cidade de Bela Vista:

A cidade de Bela Vista, separada da República do Paraguai apenas por um rio, nós ali encontramos crianças que estavam no quarto ano e continuavam nessa mesma série por 2, 3, 4 vezes por não ter outra coisa a fazer. Lá chegando para fazer a campanha em Bela Vista, na época de efervescência política, tivemos que entrar em entendimento com dois líderes de partidos contrários que eram o doutor Castro Pinto e o Sr Caporossi para formar a unificação em torno desse grande ideal. (MATO GROSSO, 1959, p. 19).

Esse discurso dimensiona os percalços que eram encontrados pelo caminho para a instalação da CNEG em outras cidades, o que demandava novas articulações e certo jogo político. Para Bourdieu (1989), o campo político pode ser compreendido também como campo de forças e como campo das lutas, no qual se busca transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura.

Nesse jogo político é exigida do agente uma adesão fundamental ao próprio jogo, uma *illusio*, ou seja, uma crença e investimento no jogo que é produto do próprio jogo e condição para seu funcionamento. Todos que estão nele envolvidos, para não correrem o risco de serem excluídos das vantagens materiais ou simbólicas associadas à posse de um capital simbólico, aceitam esse acordo tácito, reconhecendo assim que vale a pena jogá-lo. (BOURDIEU, 1989).

O campo político é um lugar de concorrência pelo poder do monopólio de direito de falar e agir em nome de uma parte ou totalidade. O porta-voz (político) apropria-se da palavra

do grupo, bem como de sua força, contribuindo para a produção ao prestar uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das ideias que emanam dele são medidas pela força de mobilização, como o grupo a reconhece.

O porta-voz, ao anunciar uma vontade, ideia ou, no caso aqui analisado, um projeto, faz com que os destinatários nele se reconhecem, atribuam a ele força simbólica e material em forma de trabalho, votos ou subvenções, entre outras, tornando-o assim realidade. Nessa perspectiva,

É porque basta que as ideias sejam professadas por responsáveis políticos para se tornarem em **ideias-forças** capazes de se imporem à crença ou mesmo em **palavras de ordem** capazes de mobilizar ou de desmobilizar, que os erros são faltas ou, na linguagem nativa, “traições”. (BOURDIEU, 1989, p. 187, grifo nosso).

Nesse sentido, compreendemos que no campo investigado, por mais que houvesse entaves políticos, ambos se propuseram a implantar a escola, por meio de ideias-força e palavras de ordem, o que demandou jogo político e aceitação para um “bem coletivo”.

Bourdieu (1989) ainda nos alerta que o capital político, uma forma de capital simbólico, em que os agentes conferem a uma pessoa os próprios poderes que eles lhe reconhecem, como crédito e credibilidade, existem na representação e pela representação. O poder simbólico é um poder que aquele que consente dá a quem exerce um crédito, põe sua confiança, só existe porque se crê que ele existe, ou seja, consiste em um crédito firmado na crença e no reconhecimento.

Sob essa ótica, o capital político favorece o agente no que tange à confiança que a população lhe dá, no entanto, trata-se de um capital instável, que só pode ser mantido com esforço e trabalho constante para acumular crédito e não ser desacreditado, o que demanda silenciamento, prudência e dissimulação, impostos a personagens públicas que sempre estão perante a um tribunal da opinião. (BOURDIEU, 1989).

Nos estudos de Lopes e Souza (2016) podemos observar que, no campo analisado, as instituições responsáveis pela formação de professores não acompanharam o desenvolvimento da criação de escolas secundárias, ocorrendo assim a falta de professores. Como medida emergencial, o Ministério da Educação e Saúde (MES) criou em 1946 o Exame de Suficiência, que possuía como objetivo “recrutar” professores para as regiões distantes dos centros urbanos em que o ensino secundário estivesse em expansão, sendo que “Uma dessas regiões para a qual houve a expansão do Ensino Secundário foi a região sul do estado de Mato Grosso Uno.” (LOPES; SOUZA, 2016, p. 6).

Esse exame era composto por: a) prova escrita; b) prova didática e c) prova prática, se fosse o caso. As provas eram aplicadas da seguinte forma:

Art. 2 § 6º. Na prova escrita que terá a duração máxima de três horas, observar-se-ão as seguintes prescrições:

a) a prova de cada turma constará de dissertação sobre o assunto de ponto sorteado, no momento, dentre os de uma relação de vinte pontos, organizados pela banca examinadora e que abranjam toda a matéria da série ou séries em que se ministre o ensino da disciplina no ciclo do curso secundário correspondente ao registro do candidato. Cada ponto será dividido em duas partes: uma referente a assunto do programa e outra a metodologia e didática da disciplina;

b) para a primeira parte das provas escritas de Matemática e Desenho, a banca examinadora poderá formular três ou mais questões sobre o assunto sorteado, se este, a seu juízo, não se prestar a uma dissertação;

c) a nota da prova escrita será o quociente da divisão por seis da soma das notas atribuídas pelos três examinadores a cada uma das partes da prova;

§ 7º. Haverá prova prática somente nos exames dos candidatos ao registro para o ensino de Física, Química, História Natural, Ciências Naturais, Economia doméstica e Trabalhos manuais. Essa prova, que terá a duração máxima de meia hora, para cada candidato, constará de trabalhos práticos sobre assunto sorteado com a antecedência que a banca examinadora julgar necessária em cada caso.

§ 8º. A prova didática, que tem por fim avaliar a capacidade pedagógica do candidato constará de duas aulas: a primeira sobre assunto da disciplina de livre escolha do examinando, e a segunda sobre assunto da disciplina, sorteado com a antecedência de duas horas. Nessa prova, observar-se-ão as seguintes prescrições: 20 a 30 pontos constantes de assuntos que, por sua natureza e extensão, se prestem a uma explanação metódica no tempo improrrogável de 40 minutos. (BRASIL, 1952, p. 4).

Segundo o Decreto-lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946), tal exame deveria acontecer prioritariamente na Faculdade de Filosofia do estado ao qual pertencia o candidato, podendo ser realizado, na falta dessa instituição, em estabelecimentos do mesmo gênero, desde que fosse habilitado pelo MES e oferecesse as disciplinas contidas no exame, “[...] ou perante Bancas examinadoras designadas pelo Diretor Geral do DNE [Departamento Nacional de Educação]” (LOPES; SOUZA, 2016, p. 7).

Na porção Sul do estado de Mato Grosso, a instituição habilitada era o Colégio Estadual Campo-grandense, que a partir da permissão concedida pelo Departamento de Educação e Cultura (DEC) passou a realizar os exames em 1953. Assim sendo, em julho daquele ano as inscrições foram abertas, e um total de trinta e três candidatos concorreram ao exame, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 - Candidatos inscritos no Exame de Suficiência.

Cidade	Instituição	Número de Candidatos
Campo Grande	Colégio Campo-grandense	4
Campo Grande	Ginásio Barão do Rio Branco	4
Campo Grande	Colégio Dom Bosco	1
Campo Grande	Colégio Osvaldo Cruz	7
Três Lagoas	Ginásio Estadual Dois de Julho	3
Três Lagoas	Escola Normal D. Aquino Corrêa	3
Ponta Porã	Ginásio São Francisco de Assis	6
Bela Vista	Ginásio Bela Vista	5

Fonte: Lopes e Souza (2016).

Organização: Astofe, 2018.

Diante dessa tabela, observamos o esforço da CNEG em manter os dois ginásios fundados pela Campanha em Mato Grosso regularizados e com professores habilitados.

Os exames eram realizados na presença do Inspetor Federal de Ensino, Dr. Amélio de Carvalho Baís, e da Diretora do Colégio Campo-grandense, Maria Constança de Barros Machado⁴⁹, colaboradores do movimento cenegista em Mato Grosso. Enciso (1986) assinalou que eles corroboraram para a oficialização e o Inspetor foi indicado para diretor do Ginásio em Bela Vista, no entanto, não encontramos outras fontes documentais que confirmassem essa informação.

No jornal do “Comércio” de 25 de setembro de 1959, ano 39, nº 8357, nas publicações referentes aos trabalhos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, encontramos um convite de Oliva Enciso a todos os deputados para comparecerem à instalação da CNEG em Mato Grosso, às 16h daquele dia. Embora a deputada não mencione em qual cidade ocorreria a anunciada fundação, pelos dados levantados constatamos que duas instituições foram fundadas naquele ano: o Ginásio Guia Lopes, na cidade de Guia Lopes da Laguna, e o Ginásio Dom Aquino Corrêa, em Cuiabá.

O Ginásio Guia Lopes, fundado em 1959, teve a atuação de Salomé de Melo Rocha, Sr. Adair Carneiro e Dr. Reinaldo de Arruda, entre outros agentes. (ENCISO, 1986). Segundo Neri e Stein (2017), a cidade de Guia Lopes da Laguna contava apenas com uma escola, a Escola Visconde de Taunay, que em sua gênese ofertava apenas o ensino primário.

Decreto Federal nº 5.812 de setembro de 1943 com a criação do território de Ponta Porã, a escola seria subordinada à mesma. Em 16 de outubro do mesmo ano a "Escola Mista Visconde de Taunay" como fora nomeada naquele momento, haveria de ter "quatro classes isoladas". (NERI; STEIN, 2017, p. 4).

⁴⁹ Maria Constança de Barros Machado atuou como diretora do Colégio Campo-grandense a partir de 1952.

De acordo com Dalmolin (2012), Salomé de Melo Rocha possuía o intuito de colaborar com a educação, sendo seu pai, Manuel de Melo, o grande incentivador, pois, “[...] influenciou muito no sentido de influenciar os filhos do ideal de servir ao próximo e levar a instrução onde fosse necessário.” (DALMOLIN, 2012, p. 1).

Salomé de Melo Rocha nasceu em Minas Gerais, mudando-se para Guia Lopes da Laguna em 1941. Neri e Stein (2017, p. 3) destacam que a referida professora foi: “[...] uma pessoa preocupada com a Educação, pois, sendo a primeira agente postal da cidade e como professora, sua maior preocupação era contribuir com a educação das crianças e jovens da cidade que a acolheu.” Observamos que a professora compartilhava do mesmo ideal firmado pela CNEG, qual seja, contribuir para a educação em lugares em que o poder público não estava presente, encaixando-se no perfil de pessoas entusiastas da educação buscado pela Campanha.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (2012) da instituição⁵⁰, a escola, apesar de fundada em 03 de maio de 1959, iniciou suas atividades de 01 de março de 1960, quase um ano após sua fundação. De acordo com o documento, a escola foi denominada “Grupo Escolar Visconde de Taunay” e era mantida pela Seção Estadual da Campanha de Educandários Gratuitos. No entanto, compreendemos que o Ginásio Guia Lopes funcionou em tal escola, assim como em Campo Grande o Ginásio Barão do Rio Branco funcionou no Grupo Escolar Joaquim Murtinho, embora não possuísse a nomenclatura de grupo escolar.

Neri e Stein (2017) realizaram entrevistas com professoras da instituição e uma delas disponibilizou uma carta do Sr. Lino Alves da Rocha, marido de Salomé de Melo Rocha, na qual evidenciava sua preocupação com a educação ao relatar que sua esposa tinha o objetivo de contribuir para a instalação de um ginásio na cidade, ideal iniciado a partir de conversas com alunos da Escola Manoel de Melo, fundada em 1952 pelo casal, em que narravam a impossibilidade de cursar o ensino secundário, já que não haviam ginásios na cidade, apenas em outras localidades do estado.

Assim sendo, as referidas autoras evidenciam como ocorreu o princípio da Campanha na cidade. Salomé de Melo Rocha, após ler uma matéria no jornal “Correio da Manhã” sobre a CNEG, foi ao encontro de Oliva Enciso, que nesse período atuava como vereadora, solicitando auxílio para a ampliação do Grupo Escolar Visconde de Taunay.

Não diferente das demais instituições fundadas pela CNEG, a escola enfrentou dificuldades para se manter e ampliar, no entanto, contou com o apoio da comunidade e de fazendeiros que realizavam festas para contribuir financeiramente. Assim:

⁵⁰Atualmente a instituição é denominada Escola Estadual Salomé de Melo Rocha.

De acordo a biografia redigida pela Professora, sobre a patrona da instituição, em 1960 a Sra. Salomé de Melo Rocha fundou o Ginásio Guia Lopes da Laguna. De fato a escola Visconde de Taunay passou a oferecer Ginásio em 1966 e por decisão do governo do Mato Grosso, a unidade escolar foi absorvida à Rede Estadual de Ensino segundo o Diário Oficial de 24 de maio de 1966 pelo Decreto nº 41 de 20 de maio de 1966. (NERI; STEIN, 2017, p. 5).

As autoras afirmam que a Seção Estadual da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos havia se findado e, portanto, o governador Pedro Pedrossian “encampou” o Ginásio Guia Lopes, pois havia a necessidade de uma instituição secundária na cidade, e assim a instituição passou para o estado. No entanto, tal assertiva contradiz a memória de Enciso (1986), que relata no ano de 1968 seu pedido de demissão da presidência da CNEG em Mato Grosso. Atualmente o Ginásio Guia Lopes é denominado Escola Estadual Salomé de Melo Rocha e oferece o ensino fundamental, médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O quarto educandário firmado no estado estabeleceu-se na cidade de Cuiabá, em 13 de junho de 1959, solicitado por estudantes da Diretoria da União dos Estudantes Secundários de Mato Grosso. Segundo Enciso (1986), sua abertura contou com o apoio dos estudantes, do secretário de Educação Dr. Hermes Rodrigues de Alcântara e outras pessoas da comunidade. Entre seus diretores Oliva Enciso destaca o Professor Atílio Ourives e Professor Pernúfio da Costa Leite.

Sobre os diretores apresentamos um breve perfil de cada um:

1. Professor Atílio Ourives - nasceu em Barra dos Bugres, formou-se em Filosofia e Pedagogia em Campo Grande e em 1956 ingressou no curso de Direito na Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso, em Cuiabá. Atuou como professor desde 1955, no Colégio Dom Bosco em Campo Grande, Colégio Salesiano em Cuiabá, Colégio Estadual Barnabé de Mesquita, Colégio Estadual de Mato Grosso, bem como ministrou aulas no Ginásio Dom Aquino. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, 2006).
2. Benedito Pedro Dorileo foi membro da Academia Mato-Grossense de Letras, ocupando a cadeira nº 26, e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Atuou no magistério desde muito cedo, ministrando aulas de alfabetização para crianças e adultos. Tornou-se professor do Centro de Instrução e formou Oficiais da Polícia Militar, e com a aprovação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades) lecionou Língua Portuguesa no Colégio Salesiano São Gonçalo e no Ginásio Dom Aquino.

Podemos observar que seus diretores também foram professores do Ginásio e possuíam diploma, situação diferente de outros ginásios, como o de Campo Grande, que em seu início recrutava pessoas que não eram necessariamente professores por formação. Nos livros de memória evidenciamos também que outros profissionais ministravam aulas, como médicos e advogados. Oliva Enciso, ao ser entrevistada por Sá Rosa (2005, p. 65), lembra-se da carência de professores e menciona um exemplo: “[...] cito uma professora de Terenos, Dona Elvira Matias, que não era normalista, mas foi uma das melhores educadoras que tivemos”.

Nos arquivos públicos não encontramos muitos documentos sobre o Ginásio Dom Aquino Corrêa, foi possível identificar portarias, como a Portaria nº 1923, de 18 de junho de 1963, que dispensava “[...] Maria Catarina de Campos Sampaio do Ginásio Dom Aquino desta capital (Cuiabá)” (MATO GROSSO, 1963, p. 1) e a Portaria nº 1925, de 28 de novembro de 1963, em que o Secretário de Educação Cultura e Saúde, admitia um funcionário para atuar:

[...] como Diarista, prestar seus serviços no Ginásio “Dom Aquino”, desta capital, com diária de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), devendo a despesa correr à conta da Verna 5.8 – Colégios e Ginásios 8.32.1- Pessoal Variável – 100 – Contratados, Mensalistas e Diaristas, do Vigente Orçamento. (MATO GROSSO, 1963, p.1).

Outro ponto refere-se à sua nomenclatura, uma vez que a instituição aparece nas memórias como “Ginásio Dom Aquino Corrêa” e nos documentos públicos como “Ginásio Dom Aquino”. Segundo Marcílio (1963), o Ginásio funcionou no Grupo Escolar Senador Azerêdo.

O Ginásio Rui Barbosa fundado em 01 de fevereiro de 1960 na cidade de Porto Murтинho contou com a “[...] ação patriótica do ex-Deputado Estadual e ex-Deputado Federal Dr. EDSON BRITTO GARCIA [...]”. (ENCISO, 1986, p. 115, grifo da autora). Segundo Enciso (1986) os auxílios também foram da Profª Maria Constança de Barros Machado, do Inspetor Federal Dr. Amélio de Carvalho Baís, Dr. Hermínio Batista de Azevedo e outros “[...] **elementos de destaque da comunidade** murtinhense [...]”. (ENCISO, 1986, p. 115, grifo nosso).

Nas memórias, a sua fundação é narrada, tendo a principal ação de Edson Britto Garcia⁵¹ então deputado estadual pela UDN:

Quando ele contou numa reunião, do veto, por parte do Governo, ao projeto que apresentara da criação do ginásio e da possibilidade que a Campanha oferecia, conforme eu lhe tinha informado, levantou-se o Comandante da Guarnição Militar: - “Eu me ofereço para lecionar matemática e tenho mais dois oficias que podem lecionar história e geografia [...]”. E um dos primeiros atos do Governador Dr.

⁵¹Nasceu em Cáceres – MT, bacharelou-se em direito e ingressou na política por meio do partido União Democrática Nacional. Atuou como deputado estadual pela UDN entre 1959 a 1961 e deputado federal em 1963.

Fernando Corrêa da Costa, a pedido do Dr. Edson Britto Garcia, foi encampar o ginásio (07/02/61) para garantir seu funcionamento. (ENCISO, 1986, p. 115).

Sobre este ginásio não encontramos muitos elementos que aproximassem da compreensão de sua instalação. No entanto, nos arquivos públicos de Mato Grosso foram encontrados documentos, como a Lei nº 1498, de 11 de julho de 1960, que criava “[...] os cargos destinados ao suprimento de pessoal administrativo e professores do Ginásio ‘Rui Barbosa’, da cidade de Porto Murtinho” (MATO GROSSO, 1960, p. 1) e uma nomeação proposta pelo Departamento de Educação e Cultura de 1964 para “Nomeação de Francisco Ramon Ayub para exercer, interinamente, o cargo de Professor Padrão X, da cadeira de Inglês do Ginásio Estadual ‘Rui Barbosa’, da cidade de Porto Murtinho.” (MATO GROSSO, 1964, p.1).

Dentre essas proposições, compreendemos que a sua fundação e implantação em Mato Grosso foi efetivada, tendo em vista a criação de cargos para o Ginásio e pela nomeação do professor quatro anos após sua fundação. Outro aspecto diz respeito ao Ginásio “passar” para o estado, o que, de acordo com a memória de Enciso (1986), ocorreu em 1961. Nos documentos públicos, a instituição é referenciada, em 1964, como “Ginásio Estadual Rui Barbosa”.

O educandário denominado Ginásio Industrial 13 de Junho foi fundado em 11 de junho de 1960, na cidade de Rondonópolis, com o auxílio da comunidade e por intermédio do Prof. Epaminondas Lins, Ana Miranda Lins, Osmar Moraes Anicésio e Antônio Berriel Júnior, além de contar com “[...] **outros elementos de destaque.**” (ENCISO, 1986, p. 116, grifo nosso).

De acordo com o site⁵² da Escola Cenecista 13 de Junho, a instituição foi criada com apoio dos poderes Legislativo e Executivo, bem como de entidades representativas, “[...] todos envolvidos na busca de soluções para os problemas educacionais e atendimento às questões sociais que envolvem o desenvolvimento da região Sul de Mato Grosso [...]” (CNEC, [20-?], p.1).

Inicialmente, o ginásio possuía a denominação de “Ginásio Maria Constança de Barros Machado”, com a qual funcionou até 1961. A partir de então, recebeu o nome de “Ginásio Industrial 13 de Junho”, não havendo no site oficial da instituição registros da alteração ou da razão da escolha do novo nome.

O Ginásio Agrícola de Rio Verde, situado no município de Rio Verde de Mato Grosso, instalou-se na região em 1963, tendo como entusiasta o Frei Cristóvão, o prefeito Olívio de Oliveira e sua esposa Áurea Colenghi Stival de Oliveira, que mais tarde atuou como secretária do Ginásio, além do auxílio de outros agentes da comunidade. (ENCISO, 1986).

⁵² Disponível em: <<http://escola13dejuno.cneec.br/institucional/historia/>> Acesso em: 02 Jun. 2018.

Pires (2015) afirma que esse Ginásio só pode se concretizar pela insistência do povo, recebendo primeiramente o nome de “Colégio Agrícola de Rio Verde”, modificado depois para “Colégio Agrícola Frei Cristóvão”, em homenagem ao Frei.

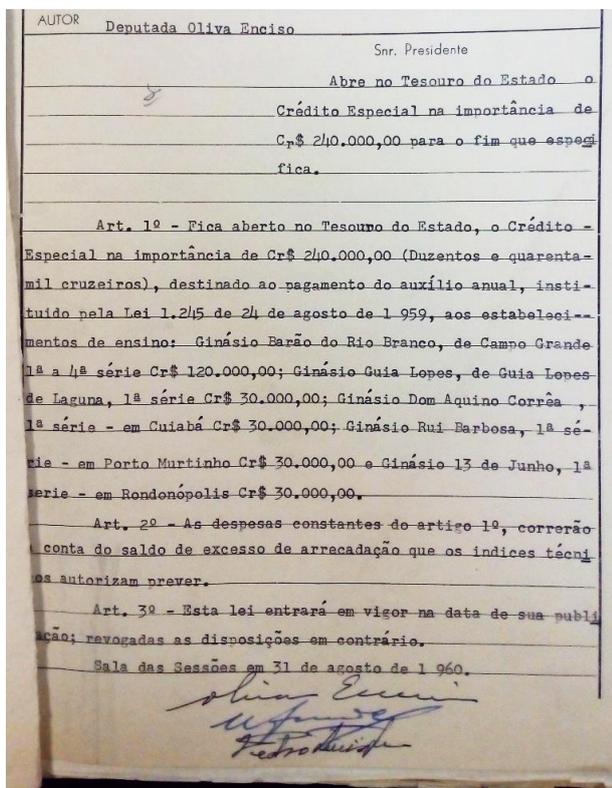
O Colégio Agrícola, desde o seu nascimento, foi agregado à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Como Frei Cristóvão Pirolli foi seu fundador e, por muitos anos, seu diretor, o povo e as autoridades de Rio Verde resolveram denominá-lo “Colégio Agrícola Frei Cristóvão.” (PIRES, 2015, p. 17).

Nesse sentido, como em outras regiões, o Ginásio Agrícola de Rio Verde obteve ajuda de pessoas representativas e dispostas a “lutar” pela educação na cidade. Os documentos referentes a este Ginásio também são escassos, no entanto, identificamos o Parecer nº 030/1972, aprovado em sessão plenária pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso, no dia 22 de março de 1972, em que o presidente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e diretor do colégio Agrícola de Rio Verde –MT solicitava autorização para a criação de Curso Supletivo.

As subvenções eram destinadas, em sua maioria, ao Ginásio Barão do Rio Branco, haja vista a sua implantação pioneira no estado, no entanto, há recursos destinados para os outros ginásios, como a Lei nº 1.468, de 18 de novembro de 1960, em que a Deputada Oliva Enciso, como redatora da lei, possibilitou a abertura no Tesouro do Estado do Crédito Especial de Cr\$240.000,00.

No documento exposto na Figura 18, observamos que as subvenções são para: Ginásio Barão do Rio Branco – Cr\$120.000,00; Ginásio Guia Lopes, Cr\$ 30.000,00; Ginásio Dom Aquino Corrêa – Cr\$ 30.000,00; Ginásio Rui Barbosa – Cr\$ 30.000,00; Ginásio 13 de Junho - Cr\$ 30.000,00.

Figura 18 - Subvenções a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Mato Grosso (1960).



Fonte: Assembleia Legislativa de Mato Grosso, 2018.

Outro auxílio foi dado pela Lei nº 1.543, de 13 de setembro de 1961, elaborada pela Deputada Oliva Enciso, em que “Abre no Tesouro do Estado crédito Especial de Cr\$540.000,00”, de acordo com a lei:

Art. 1º Fica aberto no Tesouro do Estado, o crédito especial de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros) destinados à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos Seccão de Mato Grosso, tendo em vista a lei nº 1.245, de 24-8-59, para os seguintes educandários:

a) Referente ao exercício de 1960:

- 1 Ginásio Barão do Rio Branco de Campo Grande – 4 séries – 5 turmas – 150.000,00
- 2 Ginásio Dom Aquino Corrêa de Cuiabá – 1ª série – 1 turma – 30.000,00
- 3 Ginásio Guia Lopes de Guia Lopes da Laguna – 1 série – 1 turma – 30.000,00

b) Referente ao exercício de 1961:

- 1 Ginásio Barão do Rio Branco – 4 séries – 6 turmas – 180.000,00
- 2 Ginásio Dom Aquino Corrêa – 2 séries – 2 turmas – 60.000,00
- 3 Ginásio Guia Lopes – 2 séries – 2 turmas – 60.000,00
- 4 Ginásio 13 de Junho de Rondonópolis – 1 série – 1 turma – 30.000,00. (MATO GROSSO, 1961, p. 1).

Face ao exposto, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Sul e em todo o Mato Grosso obteve subvenções que demonstram a força que a instituição possuía devido aos

“entusiastas”, alguns da área política, outros professores, que por meio de sua representação simbólica emanaram poder ao ideal de Felipe Tiago Gomes.

Compreendemos, assim, que a Campanha corroborou para a expansão do ciclo ginásial do ensino secundário em Mato Grosso, tendo em vista a falta de instituições públicas no estado, pois nas cidades fundadas em sua maioria eram as pioneiras na educação secundária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação objetivou compreender o processo de constituição da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) em Mato Grosso, de 1949 a 1963, materializada por meio da implementação em Campo Grande do Ginásio Barão do Rio Branco.

A fim de aproximar dos objetivos propostos, analisamos fontes da historiografia e da memorialística, que foram cruzadas com outras fontes, tais como jornais, revistas do período e legislações.

Por meio da memória, buscamos trazer à tona histórias de agentes não contadas e nem sempre escutadas pela “história oficial”, na qual predominam somente as vozes dos agentes legitimados e a utilização de documentos “oficiais”. Nesse sentido, a pesquisa possibilitou um novo olhar sobre fontes da memorialística.

As memórias, de maneira geral, têm por escopo contar uma parte da história da educação, da sociedade ou de uma escola, entre outros. Nesse sentido, o estudo compreendeu uma parte da História da Educação a partir de várias perspectivas, operacionalizada com produções de diferentes campos: historiografia, memórias e documentos públicos, que possibilitaram aproximações para compor o objeto de estudo. Por esse viés, entendemos que a história da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Sul de Mato Grosso com o Ginásio Barão do Rio Branco demanda registro e aprofundamento.

Em todo o percurso do estudo, buscamos responder às seguintes questões: 1) Qual o ideário da Campanha? 2) Como e quando ocorreu a fundação do Ginásio em Campo Grande – Sul de Mato Grosso? Como era sua organização? 3) Como se configura o campo, os agentes e o poder simbólico na institucionalização da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos?

A Campanha Nacional de Educandários possuía em seu escopo o intuito de ofertar o curso ginásial do ensino secundário gratuitamente a todos àqueles que não podiam custear seus estudos. Tal ideal surgiu em Recife- PE, no ano de 1943, e expandiu-se por todo o Brasil, atuando em Mato Grosso a partir de 1949, especialmente no Sul, na cidade de Campo Grande e em outras cidades do estado.

Tendo como premissa o ideal, sua expansão e adesão em diversos entes federados, sua instalação no município de Campo Grande ocorreu com atuação principal de Oliva Enciso, que obteve auxílio de outras personalidades da sociedade campo-grandense, como Múcio Teixeira Júnior, José Barbosa Rodrigues, Maria Constança de Barros Machado e Paulo Coelho Machado, que contribuíram com a força simbólica e representação que possuíam para a sua

legitimação e oficialização no estado. Dessa forma, compreende-se que os agentes eram munidos de diferentes espécies de capitais e, por excelência, do capital simbólico.

Ao chegar à porção Sul do estado, embora detendo auxílio dos agentes, enfrentou dificuldades, funcionou em espaço e com materiais emprestados, até obter a sede própria na Avenida Afonso Pena, uma avenida de prestígio.

O campo educacional apresentava-se com escassas instituições secundárias gratuitas em Mato Grosso, concentradas em três cidades, Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, ressaltando ainda mais a carência de escolas em outras cidades do estado. Em Campo Grande, somente uma escola ofertava o ensino secundário, o Liceu Campo-Grandense, criado em 1938. Nesse sentido, o campo permitiu a sua entrada, tendo em vista as condições mínimas de estudar o secundário em Mato Grosso, em 1949.

Em Mato Grosso a população carente de instituições secundárias públicas, na maioria das cidades, tinha acesso somente às instituições secundárias de iniciativa particular, assim, aqueles que dispunham de capital financeiro terminavam os estudos. Nesse campo, o que estava em jogo e era objeto de disputas, portanto, era o ensino secundário gratuito, tendo em vista a falta de escolas, em especial na cidade de Campo Grande.

Oliva Enciso mobilizou estratégias para a implementação da CNEG em Campo Grande, haja vista que sua atuação política possibilitava utilizar seu poder simbólico para atingir seus objetivos. Outro ponto foram as subvenções concedidas pelo poder público, uma vez que, em sua maioria, os projetos de leis que dizem respeito à concessão de verbas à CNEG eram de autoria da primeira vereadora de Campo Grande.

Observando como ocorreu a fundação da CNEG em Mato Grosso, percebemos a grande dificuldade no processo de institucionalização. Entretanto, cabe considerar a legitimidade dada por outros agentes que corroboraram para a oficialização da CNEG na cidade. Nesse sentido, as obras dos memorialistas consultados para esse estudo contribuíram no que tange à compreensão dos aspectos demográficos, econômicos, políticos, sociais e educacionais do período. A partir de seus apontamentos, apreendemos que o município de Campo Grande, em 1943, contava com trinta mil habitantes, um aumento populacional propiciado pela chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, momento em que muitas pessoas vieram de outras localidades do país para trabalhar. Desse modo, a educação também teve que se adequar à nova demanda da população.

No entanto, até 1938, Campo Grande contava apenas com a oferta da educação primária, cenário parcialmente modificado a partir desse ano devido a instalação do Liceu Campo-

Grandense. Todavia, a instituição não supria nem a demanda por educação na cidade, tampouco a de outras localidades do Sul de Mato Grosso, que também careciam desse nível de ensino.

O Ginásio Barão do Rio Branco foi fundado na cidade de Campo Grande em 12 de novembro de 1949, enfrentando dificuldades para seu funcionamento, já que não possuía sede própria, materiais e professores. A problemática da falta de professores foi sanada com o auxílio da Sociedade Miguel Couto dos Estudantes, que pagou por empréstimo os professores. No que se refere à sede, primeiramente a Campanha foi instalada na “Escola Particular da D. Ana Luísa Prado Bastos”, transferindo-se para outros locais, até receber doação do terreno na Avenida Afonso Pena. Todo este percurso ocorreu por intermédio de Oliva Enciso, detentora de diversos capitais, dentre estes o social, simbólico e político, dessa maneira, corroborou para a instalação e manutenção da instituição no estado.

O Ginásio Barão do Rio Branco ofertava aulas gratuitas no período noturno e foi recebido com “simpatia” pelos estudantes, haja vista a falta de instituições secundárias gratuitas naquele período. A instituição, apesar de não possuir sede própria, atendeu aos requisitos exigidos para ser oficializada pelo Governo Federal, contando, para tal, com o auxílio de Maria Constança de Barros Machado e do Inspetor Federal Amélio de Carvalho Baís.

Em outras cidades, a instalação da CNEG ocorreu de forma semelhante, em sua maioria havia um agente entusiasta em busca de levar oportunidades educacionais ao seu município. Compreendemos que havia intenções e disputas que subjaziam a esse “querer” dos entusiastas, no entanto, nesse estudo não foi possível aprofundar sobre a participação dos agentes no Sul de Mato Grosso, pelos limites de abrangência da pesquisa.

Na cidade de Bela Vista, o principal “patrocinador”, como diria Marcílio (1973), foi Rubem Alberto Abbott de Castro Pinto, que desempenhou função política a partir de 1954 como deputado estadual, pelo partido União Democrática Nacional, o mesmo de Oliva Enciso. Nesse ponto, cabe ressaltar que a “rede de relações” acrescia e ganhava outros adeptos, que poderiam utilizar da fundação da CNEG na cidade para angariar votos.

Oliva Enciso narrou em suas memórias que obteve grande auxílio de Maria Constança de Barros Machado e do Inspetor Federal Amélio Carvalho Baís para a oficialização dos ginásios. No entanto, os auxílios foram maiores, como no Exame de Suficiência para habilitação de professores, em que a instituição habilitada, o Colégio Estadual Campo-grandense, deveria contar com a presença do Inspetor Federal de Ensino Amélio Carvalho Baís e da Diretora do colégio, Maria Constança de Barros Machado, para que ocorresse sua realização, ou seja, havia uma “rede de relações” neste processo, o que corroborou para a habilitação de dois ginásios da CNEG em Mato Grosso.

O Ginásio Guia Lopes encontrava-se num campo em que eram escassas as escolas primárias, já as secundárias sequer existiam. Por atuação de Salomé Melo Rocha, professora e dona de uma escola primária, a Campanha nesta cidade ganhou mais uma escola. Na cidade de Cuiabá, somente o Liceu Cuiabano ofertava o ensino secundário, o que não era suficiente para atender à demanda da população, assim, com a mobilização dos estudantes e de outros agentes fundou-se o Ginásio Dom Aquino Corrêa na cidade.

A compreensão dos campos das outras cidades onde a Campanha se instalou coloca-se como um profícuo campo de investigações futuras, pois nosso estudo conseguiu vislumbrar que havia falta de escolas nas cidades de Cuiabá (capital do estado) e Campo Grande, o que sugere maior demanda em outras cidades do interior.

Em relação ao Ginásio Barão do Rio Branco, que materializou a Campanha no Sul de Mato Grosso, em Campo Grande, conseguimos apurar que as condições físicas da instituição no seu início eram precárias, no entanto, pelo fato de ter conseguido se adequar às rígidas exigências, à época, para se obter da inspeção federal a oficialização, podemos inferir que o ginásio passou a oferecer aos seus alunos boas condições de ensino, principalmente após sua instalação em sede própria.

As disciplinas ofertadas pelo Ginásio eram: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia, Trabalhos Manuais e Desenho, de acordo com dados do boletim do ano de 1950. Tais disciplinas denotam o predomínio da formação humanista desinteressada, cunhada pela Reforma Capanema, que propagava uma formação enciclopédica. (SOUZA, 2008).

Encontramos nas memórias relatadas por professores dessa escola que, muitas vezes, eram aceitos docentes somente com o diploma de “didática viva”, um professor autodidata que possuía saberes aprendidos na vivência e experiência. No entanto, havia professores graduados como Arrasuay Gomes de Castro, e, por certo, Maria Constança de Barros Machado, Oliva Enciso e Múcio Teixeira Júnior também lecionaram no Ginásio, já que eram professores.

Compreendemos, analisando seus movimentos, que a CNEG atuava com o poder simbólico em Mato Grosso, pois fazia parecer “natural” receber auxílios governamentais e atuar em consonância com políticos. A Campanha adaptou-se ao campo, no qual as escolas eram em sua maioria privadas, mobilizando estratégias para nele permanecer. A estratégia adotada foi a abertura de sua atuação com representantes políticos e, além disso, desde seu início, ainda que não se configurasse como instituição pública, recebia doações do poder público.

Tal estratégia funcionava de forma dúbia, pois ao mesmo tempo que poderia com mais facilidade receber subvenções, legitimava-se no campo por meio dos capitais advindo dos agentes políticos. No período em questão, as instituições privadas recebiam doações públicas na forma de subvenção e terrenos, instaurando-se, dessa maneira, um poder simbólico, advindo das relações entre políticos, Governo e instituições que não eram da esfera pública.

A Campanha não se apresentava como instituição pública ou privada, mas como um “braço do Estado”, adaptando-se ao discurso do assistencialismo para angariar recursos governamentais. Para Silva (2001), a CNEG utilizava das benesses do Estado a partir da articulação com agentes alocados em pontos estratégicos dos organismos estatais, adotando a relação com a comunidade e assumindo-se pelo viés do setor público não estatal ou privado sem fins lucrativos, com o intuito de manter privilégios “[...] inclusive o de reivindicar os recursos financeiros que a legislação educacional permite.” (SILVA, 2001, p. 42).

Com base em Cury (2016), compreendemos a relação da iniciativa privada com o Estado. Juridicamente, a Campanha era uma instituição privada, que se diferenciava daquela com fins lucrativos. Dessa maneira, a CNEG desempenhava uma função pública como instituição privada sem fins lucrativos.

Outro ponto relevante diz respeito à aproximação do seu fundador com o ministro da educação Clemente Mariani, com o diretor do Departamento Nacional de Educação Lourenço Filho e Sarah Kubistchek, que em momentos diferentes de sua história colaboraram com a Campanha. Tais aproximações representaram alterações importantes, como a elaboração do primeiro Estatuto em 1948, a grande expansão no governo do presidente Juscelino Kubistchek e o novo Estatuto em 1961, elaborado nos moldes da LDB para o recebimento de verbas. A solicitação para o reconhecimento da Campanha como de utilidade pública também possuía interesses, haja vista que com tal título poderia continuar a receber recursos públicos.

Em síntese, compreendemos que a CNEG em Mato Grosso, materializada em Campo Grande na instituição de ensino secundário Ginásio Barão do Rio Branco, supriu as demandas da época e atuava na contramão da maioria das instituições privadas instaladas em Campo Grande e no estado, pois ofertava o curso ginasial gratuitamente.

A Campanha em Mato Grosso obteve auxílio de uma tríade para sua instalação: do campo, dos agentes e do poder público, que contribuíram na sua legitimação na porção Sul e em todo o estado de Mato Grosso.

Por último, sem a pretensão de fechar a questão, consideramos que a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos obteve sucesso em sua instalação, tendo em vista o apoio

que recebeu dos agentes e do poder público e a sua aceitação pela sociedade, bem como a sua expansão por outras regiões do estado de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

- A CRÍTICA. Escritos: Professor Castro é homenageado pelo Instituto Histórico e Geográfico de MS. Campo Grande, MS: 1969, 2p. Disponível em: <http://www.acritica.net/editorias/geral/escritos-professor-castro-e-homenageado-pelo-instituto-historico-e-ge/36281/>. Acesso em 17 ago. 2015.
- AKSENEN, Elisângela Zarpelon; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Desvelando os exames de admissão ao ginásio na educação paranaense. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 58, p. 230-243, set. 2014.
- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.
- ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor: história e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da ideia de escola pública, universal e gratuita: Condorcet e Diderot**. HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Faculdade de Educação - UNICAMP - Campinas – SP: 1997 p. 374-387.
- ALVES, G. L. Nacional e regional na historiografia educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos Estados mato-grossenses. In: _____. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Uniderp. 2003. p. 31-53.
- ANDRADE, Heloíse Vargas. **Ensino secundário e agentes intelectuais no sul de Mato Grosso (1931-1961)**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2017.
- ANDRADE, Thiago. **José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo**. Jornal Correio do Estado. Correio B. Campo Grande: MS, 2016. Disponível em: <https://www.correiodoestado.com.br/arte-e-cultura/jose-barbosa-rodrigues-trajetoria-marcada-pelo-pioneirismo/281191/>.> Acesso em: 21 de nov. 2018.
- A NOITE. Jornal A Noite (RJ) - 1950 a 1959. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_05&pagfis=4739&url=http://memoria.bn.br/docreader#.> Acesso em: 09 mai. 2018.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo : Moderna, 1989.
- ASSIS, Daisy Laraine Moraes de. **A Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG) e a nova organização escolar: histórias e memórias da educação no município de Ibicaraí/BA**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação): Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005, 295p.
- ASL, ACADEMIA SUL MATO GROSSENSE DE LETRAS. Demóstenes Martins: Cadeira 28, Biografia. Campo Grande, MS, 2014. Disponível em:

<<http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-28/156-demosthenes-martins.>>
Acesso em: 18 nov. 2018.

AZEVEDO, Karla Veruska. **A trajetória da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em terras capixabas (1948 – 1971)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) : Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Edifícios escolares em Campo Grande no século XX. 096. 02 ano 08, 2008. **Revista arquitextos**. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/140>>. Acesso em: 23 maio 2018.

BITTAR, Marisa, FERREIRA JR, Amarílio. De freguesia a capital, 100 anos de educação em Campo Grande. **Campo Grande 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 169-194.

BEZERRA, Juliana. Revolução de 1930. Toda a matéria. Disponível em:
<https://www.todamateria.com.br/revolucao-de-1930/>. Acesso em: 30 set. 2018.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A educação nos 50 anos da Constituição de 1946**. Brasília. 33 N° 132 out/dez. 1996. Disponível em:
<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176502/000518632.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

BOECHAT, Ivone. **Escola comunitária: escola de todos**. Brasília : CNEC. Edições, 1993, 140 p.

BOTO, Carlota. **Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet**. Educ. Soc. vol.24 N°84 Campinas Sept. 2003.

BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola**. 2011. 379p. Tese (Livre-docência em Educação)– Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A (Org.). **Escritos de educação**. 2 ed. Petrópolis:Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1992.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução Lucy Magalhães- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____ **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 149-168.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: _____. **Escritos de educação: Maria Alice e Afrânio Catani (Org.)** 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 65-69.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Tradução Sergio Miceli. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 324p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 6ª ed. - Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O novo capital. In: _____ **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 35-52.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas em 1954 e 1955**. v. 3 (parte 2). Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Brasil, 1958.

BRASIL. Lei Nº 91, de 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quaes são as sociedades declaradas de utilidade pública. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0091.htm> Acesso em: 08 nov. 2018.

BRASIL. **Coleção das Leis da República (1889-2000)**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 4 out. 2018a.

BRASIL. Decreto-Lei 4.244 de 9 de Abril de 1942. **Lei orgânica do ensino secundário**. Disponível em: <www2.camara.gov.br> Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 Jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932**. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>> Acesso em: 08 Maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 1.490-b, de 11 de dezembro de 1951**. Concede auxílio à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1490-b-11-dezembro-1951-362124-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 06 Mai. 2018.

BRASIL. **Projeto de lei nº 4.421- 17/05/1954. Concede a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos franquia postal telegráfica para a correspondência que expedir em objeto de serviço**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D5AB928FCC9195E24FABF637DD695CBC.proposicoesWeb2?codteor=1217580&filename=Dossie+PL+4421/1954> Acesso em :02 jun. 2015.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Prefácio**: uma obra a abrir caminhos. In: ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira; SILVA, Alice Felisberto da, (Orgs). Memórias do ensino secundário no sul de Mato Grosso no século XX. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2015, p. 09-11.

BRAGHINI, K. M. Z.. **O ensino secundário brasileiro nos anos de 1950 e a questão da qualidade de ensino**. Dissertação- (Mestrado Educação, História, Política e Sociedade). São Paulo, SP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.

BRITTEZ, Adriana Espíndola. **A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960)**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Campo Grande, 2014, 202p.

BRITTEZ, Adriana Espíndola. **Homem, sociedade e educação na obra do memorialista Paulo Coelho Machado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2010.

BRITTEZ, Adriana Espíndola; ANDRADE, Heloíse Vargas. **Oliva Enciso e Luiz Alexandre de Oliveira: retratos da educação secundária em campo grande (1920-1960)**. VI Seminário Internacional AMÉRICA PLATINA (VI SIAP) e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços TEMA: “América Platina: alargando passagens e desvendando os labirintos da integração” Campo Grande, UEMS. ISBN: 978-85-99540-21-3, , 2016.

BRITO, S. H. A. **Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, SP. UNICAMP, 2001.

CAHEN, L. **Condorcet et la Revolution Française**. Genève: Slatkine, 1970.

CAMPO GRANDE. Lei nº 265, de 29 de abril 1952. Concede auxílio ao Ginásio Barão do Rio Branco. **Diário Oficial**. Campo Grande: MT, 1952.

CAMPO GRANDE. Lei Nº 957, 18 de maio de 1966. Autoriza o executivo a doar uma área de terreno à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. **Diário Oficial**. Campo Grande: MT, 1966.

CASTANHEIRA, Karla Alves de Araújo França. **Guaimbê: a construção de uma comunidade de participação por meio de práticas de nomeação** [manuscrito]. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2013.

CNEC. História da rede CNEC. Brasília: DF, 2018. Disponível em: <http://h.cnec.br/institucional-cnec/historia/> Acesso em: 01 dez. 2018.

CNEC. História da Unidade: Ginásio Industrial 13 de Junho. 20??. Disponível em: <http://escola13dejunho.cnec.br/institucional/historia/> Acesso em: 30 mai. 2018.

CNEG, Estatuto da. **Estatuto da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos**. Fortaleza- CE, 1961, 19p.

CONDORCET (Marie-Jean- Antoine-Nicolas Caritat, Marquis de Condorcet). Relatório e projeto de decreto sobre a organização da instrução pública, apresentados à Assembléia Nacional em nome do Comitê de Instrução Pública em 20 e 21 de abril de 1792. Trad. De Maria Auxiliadora Cavazotti. In: _____. **Escritos sobre a instrução pública**. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 21-35.

CONDORCET, Jean Antoine Nicolas de Caritat. Esquisse d’un tableau historique des progrès de l’esprit humain. Paris, 1822. Disponível em: <http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-28180&I=4&M=tdm>. Acesso em: 29 fev. 2018.

CORREIO DA MANHÃ. Apoio aos Educandários Gratuitos em Mato Grosso. Rio de Janeiro : RJ, Ano 1959\Edição 20314, p. 7. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=107195&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 22 Mai 2018.

COSTA, Eremilda Vieira da. **De Augsburg para o Pernambuco: Irmãs Franciscanas de Maristella formando professoras** - Timbaúba/PE, 1938 a 1950. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós – Graduação em Educação, Recife, UFPE, 2003.

CUNHA, Marcus Vinícius da. **A Educação no período Kubitschek: os centros de Pesquisas do INEP**. R. bras. Est. pedag. Brasília, 72(171):175-195, maio/ago. 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar e a rede privada: concessão e autorização. **Movimento Revista de Educação**, Rio de Janeiro, ano 3, Nº5, 2016.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos ; 90).

DALMOLIN, José Vicente. Nossa terra, nossa gente, nossa história. 2012. Disponível em: <http://nossaterranossagentenossahistoria.blogspot.com.br/2012/03/capitulo-30.html>. Acesso em: 29 Mai. 2018.

DIAS, Lucimar. **Encontro com Oliva Enciso**. Revista Comunec: Escola Oliva Enciso. Ano 1, ed.1, Campo Grande: MS, 1998.

DOURADOS NEWS. Conheça um pouco da história de José Barbosa Rodrigues. Dourados: MS, 2003. Disponível em: <http://www.douradosnews.com.br/noticias/conheca-um-pouco-da-historia-de-jose-barbosa-rodrigues-c6b4f8d16cd8fc2/147714/> Acesso em: 18 nov. 2018.

DIDEROT, Denis. **Textos fundamentais**. Trad. Fani Goldfarb Figueira. Revista Intermeio, Campo Grande, v. 1, Nº 1, p. 5-10, 1995.

DUARTE, Ariane dos Reis. **Idealismo e educação** : as relações entre a Campanha

Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) e o Colégio Santa Luzia de Gravataí/RS, 1968/2007. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014, 93p.

ENCISO, Oliva. **Mato Grosso do Sul: minha terra**. São Paulo: Editora Resenha Ltda, 1986.

ENCISO, Oliva. **Pensai na Educação, Brasileiros!** São Paulo: Editora Resenha Ltda, 1995.

FERNANDES, Cláudio. Revolução Francesa. História do Mundo. 20??, 5p. Disponível em: <http://historiadomundo.uol.com.br/idade-moderna/revolucao-francesa.htm#> Acesso em: 23 ago. 2017.

FERRO, Marc. "O filme: uma contra-análise da sociedade?", In: Jacques Le Goff; Pierre Nora (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p. 199-215.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.

FERRER, Silvaniza Maria Vieira. **A Campanha Nacional das Escolas da Comunidade – CNEC e o “entusiasmo” pela educação ginásial no Ceará no período de 1958 a 1963 / por Silvaniza Maria Vieira Ferrer.** – 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2010. 238p.

FRAGA, Andréa Silva de. **Imprensa estudantil e práticas de escrita e de leitura: a revista O Estudo (Porto Alegre/RS, 1922 a 1931)/Andréa Silva de Fraga.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

FREIRE, Heitor. *Jornal do Comércio: Da diligência.* Campo Grande, MS, 2010, 2p. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/da-diligencia/6650/> Acesso em: 20 abr. 2018.

FREIRE, Heitor. *Um sonho realizado.* Campo Grande, MS, 2014, 2p. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/impressao/?_=%2Fartigos%2Fum-sonho-realizado Acesso: em 20 abr. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** 2. ed. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1983.

GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da Comunidade.** Distrito Federal: CNEC. 4ª ed. 1973.

HEY, Ana Paula. Poder simbólico. In: CATANI, Afrânio Mendes [et. al.]. (Orgs.) **Vocabulário Bourdieu.** 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 292.

HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **CNEC. Um Estudo Histórico.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1977.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **A instrução pública primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927.** Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

KNOBLAUCH, Adriane et al. Levantamento de pesquisas sobre cultura escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 38, Nº 3, p. 557-574, jul./ set. 2012.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre– *Revista ARCA* Nº 14 – 2009. Disponível em: <http://www.capital.ms.gov.br/arca/artigos/ruas/>. Acesso em: 20 jun. 2018.

LIMA, Flávia. **Coragem marca a vida de professora: com determinação,** Oliva Enciso, hoje com 89 anos, ajudou a construir história da educação na região Centro-Oeste. Campo Grande: MS, 1999.

LOPES, Marcos Henrique Silva; SOUZA, Luzia Aparecida. **“Recrutamento” de professores para o ensino secundário: o exame de suficiência.** 3º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática História da Educação Matemática e Formação de Professores Universidade Federal do Espírito Santo - Campus São Mateus outubro 31, 2016 – novembro 2, 2016.

MACIULEVINICIUS, Paula. Há 48 anos, picolezeiro reza 3 vezes ao dia para "menina santa" morta no Amambaí. *Campo Grande News: Campo Grande,* MS, 2016. Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/ha-48-anos-picolezeiro-reza-3-vezes-ao-dia-para-menina-santa-morta-no-amambai>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas ruas de Campo Grande**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: MS, 2. ed., 2008.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MARTINS, Demóstenes. **A poeira da jornada: memórias**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2. ed., 2013.

MARTINS, Demóstenes. **História de Mato Grosso**. São Paulo. V. Bicego, s.d. 204p.

MARTINS, Wilson Barbosa. **Memória: janela da história**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

MATO GROSSO. Ata nº 31 de 17 de julho de 1959. **Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Instituto Memória**: Campo Grande, MT, 1959.

MATO GROSSO. **Diário Oficial**. Ano 1930 Edição D00086. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=106513&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 10 mai. 2018.

MATO GROSSO. Portaria nº 1923 de 18/06/1963. **Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. Cuiabá: MT, 1963.

MATO GROSSO. Portaria nº 1925 de 28/11/1963. **Assembleia Legislativa de Mato Grosso**. Cuiabá: MT, 1963.

MATO GROSSO. Lei nº 1498: Cria os cargos destinados ao suprimento de pessoal administrativo e professores do Ginásio “Rui Barbosa”, da cidade de Porto Murtinho. **Ementário de Leis 1947 a 1965**. Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Cuiabá: MT, 1960.

MATO GROSSO. Nomeação de Francisco Ramon Ayub para exercer, interinamente, o cargo de Professor Padrão X, da cadeira de Inglês do Ginásio Estadual “Rui Barbosa”, da cidade de Porto Murtinho. **Departamento de Educação e Cultura**, Cuiabá: MT, 1964.

MENEZES, Fernando Vendrame. **Indícios das práticas curriculares na disciplina história em uma escola exemplar de campo grande entre 1942 e 1970**. / Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Educação.-- Campo Grande, MS, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTANÕ, Carlos (Org). **O Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2015.

MOREIRA, J. Roberto. **Aspectos Atuais da Situação Educacional e Cultural em Pernambuco.** Educação e Ciências Sociais, Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, I (3): 21-75, dez. 1956.

NAVES, Nelsimar José. **História e memória do Ginásio Simon Bolívar em Corumbáiba – GO.** (1956 a 1974) [manuscrito], 2013.

NERI, Cláudia de Cillo Mazucato. STEIN, Nedina Roseli Martins. **História da Escola Estadual Salomé de Selo Rocha e sua importância na cidade de Guia Lopes da Laguna.** Anais Eletrônicos do IV EHECO, Campo Grande, MS, 2017.

NÓBREGA-TERRIEN, Sônia Maria; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, Nº 30, p. 5-16, jul./dez. 2004.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C.M. **Bourdieu e a educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NUNES, Clarice. **Escola e dependência:** o ensino secundário e a manutenção da ordem. Rio de Janeiro :Achiame, 1980.

NUNES, Clarice. **O “velho” e “bom” ensino secundário:** momentos decisivos. Revista Brasileira de Educação. Nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2001, p. 35-60.

OLIVEIRA, Stella Sanches de. **Implantação e organização do curso ginasial no Sul de Mato Grosso:** expressões de um projeto de modernização (1917-1942) / Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Educação.-- Campo Grande, MS, 2014.

OLIVEIRA, Luiz Alexandre de. **O mundo que eu vi.** Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Campo Grande: Mato Grosso do Sul, 1986.

PINTO, V. T. C de. **Paulo Coelho Machado o biógrafo da cidade.**:Personalidades. Série Campo Grande, Campo Grande, ano 7, 39-47.

PIRES, Frei Olavio. Escolas. In: **Província capuchinha do Brasil central:** Síntese Histórica, 2013. Disponível em: < <http://olavocap.blogspot.com/>> Acesso em: 05 Jun. 2018.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. **Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa em Educação:** o ensino superior em música como objeto. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 221-233, jul./dez. 2013.

PETRAS, James. **Neoliberalismo:** América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: FURB, 1999 (Col. Sociedade e Ambiente, Nº 3.).

POLLAK. Michel. **Memória e identidade social.** Estudos históricos. Rio de Janeiro. v. 5. n. 1992. p. 200-212.

QUARTI, Márcia; JALLES, Cristiane. **Verbete:** Wilson Barbosa Martins. Fundação Getúlio Vargas. CPDOC: Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wilson-barbosa-martins>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ROCHA, Escola Estadual Salomé de Melo. PPP - Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Salomé de Melo Rocha - SED/MS - 2012. Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/ProjetoPoliticoPedagogico>. Acesso em: 09 jun. 2018.

RODRIGUES, J. Barbosa. **Isto é Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Edição do autor, 1978. 139p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930/1973**. 9. ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

SANFELICE, José Luís. **História das Instituições Escolares**. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (Org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. Os Arquivos Escolares e a Cultura Material Escolar: a experiência do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). *Revista de Extensão Universitária da UFS, Aracaju*, v. 1, n. 2, p. 51-60, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revex/article/view/2308>

SANTOS, Maria Luiza de Paula. **Campanha Nacional de Escolas da Comunidade: Uma proposta para formação do jovem estudante pobre (1943-2007)**. Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT – UFMT/IE, 2007, 146p.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história**. Campo Grande, MS: FUNCESP, 1999.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990. 236p.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Oliva Enciso: a mulher que imprimiu novos rumos a Mato Grosso do Sul**. In: **Personalidades: coletânea de textos**. Campo Grande, MS: Fundac/ARCA, A Fundação, 2005, p. 10-19.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Oliva Enciso: a mulher que imprimiu novos rumos a Mato Grosso do Sul**. In: MENEZOZI, Arnaldo Rodrigues (org). **Campo Grande: Personalidades históricas**. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul; volume III, 2012, 192p.

SAVIANI, Dermeval. **A história das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.

SAVIANI, Dermeval [et. al]. **O legado educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 3. ed. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCWHENGBER, Isabela de Fátima. Aspectos históricos do jornal Correio do Estado. In: 7º Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia Sul e 7º Encontro Regional Sul de História da Mídia, 2018, Rio Grande do Sul. **Anais...** UFRGS, 2018. Rio Grande do Sul

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/Aspectos%20historicos%20do%20jornal%20Correio%20do%20Estado.pdf>> Acesso em: 26 Nov. 2018.

SEIDL, Ernesto. Jogo (sentido do). In: CATANI, Afrânio Mendes [et. al.]. (Orgs.) **Vocabulário Bourdieu**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 241.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O público e o privado como categoria de análise em educação. IN: LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara Tavares da; **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. 185 p. (Coleção memória da educação). ISBN 85-7496-126-4.

SILVA, Geraldo Bastos. **A Educação Secundária**. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

SILVA, Ronalda Barreto; FONSECA, Daisy da Costa Lima. A atuação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC na educação baiana (1953-1964). Universidade do Estado da Bahia: UNEB, 2001.

SILVA, João Batista da. **A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC no Piauí: 1952-1997**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Mestrado em Educação, 2010. 149p.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária : além do Estado e do Mercado 9 : a experiência da campanha nacional de escolas da comunidade - CNEC (1985-1998) --** Campinas, SP :Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação Comunitária: Além do Estado e do Mercado? - A Experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC (1985-1998)** In: IV Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação., O Oral, o Escrito e o Digital na História da Educação. 2002, Porto Alegre. São Leopoldo: USININOS, 2002. (v.01. p.104 – 105).

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Roosilenny dos Santos. **O ensino secundário em Corumbá, sul do estado de Mato Grosso: o Ginásio Maria Leite (1918-1937)**. 2010. 95p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Católica Dom Bosco, MS, 2010.

UFMT. **Atílio Ourives:** patrimônio da UFMT. 2006. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/noticias/noticia/5756/atilio-ourives-patrimonio-da-ufmt>> Acesso em: 29 Mai. 2018

VECHIA, Ariclê. CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. **A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **A educação na literatura do século XIX**. Campinas/SP: Alínea, 2008.